

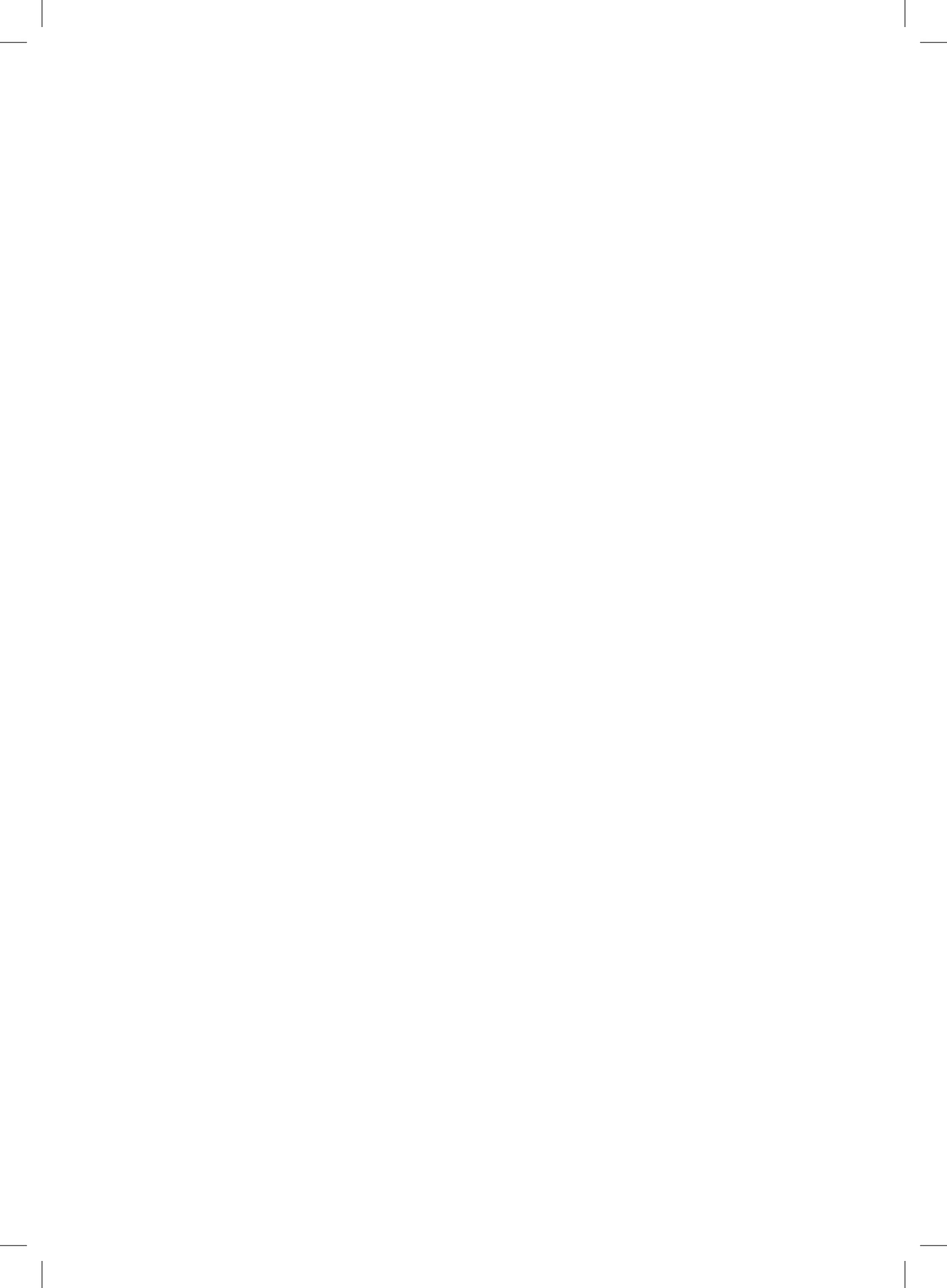
RE
V
IS
T
A

10

Janeiro - Dezembro 2014

PSIQUE

Departamento de Psicologia e Sociologia
Universidade Autónoma de Lisboa



Ficha Técnica

PSIQUE | Volume X | Janeiro – Dezembro 2014 | Publicação anual

Revista Científica de Psicologia do Centro de Investigação em Psicologia – CIP – da Universidade Autónoma de Lisboa – Luís de Camões.

A Psique é um periódico anual que publica anualmente, desde 2005, artigos originais e comunicações na área científica da Psicologia, nos seus vários domínios de especialização. A Psique dirige-se particularmente a investigadores, docentes e estudantes em Psicologia mas também aos leitores em geral que se interessem pelo conhecimento desta ciência. A revista publica artigos em Português, Espanhol, Francês e Inglês.

DIRECTORA

Iolanda Costa Galinha Universidade Autónoma de Lisboa *iolanda.galinha@gmail.com*

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Iolanda Costa Galinha Universidade Autónoma de Lisboa *iolanda.galinha@gmail.com*
José Magalhães Universidade Autónoma de Lisboa *jose.magalhaes@ine.pt*

CONSELHO EDITORIAL

Ana Antunes Universidade da Madeira *aantunes@uma.pt*
Ana Gomes Universidade Católica *ana.m28.gomes@gmail.com*
Anne Marie Vointhron Universidade de Paris *vonthronam@wanadoo.fr*
António Mendes Pedro Universidade Autónoma de Lisboa *amendespedro@netcabo.pt*
Carmen Ferrándiz García Universidad de Murcia *carmenfg@um.es*
Catarina Silva Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Universidade de Lisboa *catarinagonzalez@gmail.com*

Gina Lemos Universidade do Minho *gclemos@gmail.com*
Iolanda Costa Galinha Universidade Autónoma de Lisboa *iolandag.galinha@gmail.com*
Isabel Leite Universidade de Évora *imss@uevora.pt*
João Hipólito Universidade Autónoma de Lisboa *dps@universidade-autonoma.pt*
Jorge Gomes Instituto Superior Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa *jorgegomes@iseg.utl.pt*

José Magalhães Universidade Autónoma de Lisboa *jose.magalhaes@ine.pt*
Liliana Faria Instituto Superior de Línguas e Administração *liliana.faria@lx.isla.pt*
Luis Rey Yedra Universidad Veracruzana *lyedra@uv.mx*
Luis Sérgio Vieira Universidade do Algarve *lsvieira@ualg.pt*
Magda Sofia Roberto Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Universidade de Lisboa *magda.sofia.roberto@gmail.com*

Manuel Sommer Universidade Autónoma de Lisboa *manuel.sommer@gmail.com*
Maria del Pilar G. Flores Universidad Veracruzana *pgonzalez@uv.mx*
Miguel Lopes Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa *mplopes@iscsp.ulisboa.pt*

Mónica Pires Universidade Autónoma de Lisboa *monica_pires@hotmail.com*
Nuno Colaço Universidade de Évora *nunocolaco@uevora.pt*
Odete Nunes Universidade Autónoma de Lisboa *odete.nunes@ual.pt*
Patrícia Jardim Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa *ppalma@iscsp.utl.pt*

Pedro Duarte Universidad Veracruzana *pdias@uv.mx*
Pestana Cruz Universidade do Algarve *jcruz@ualg.pt*
Paula Pires Universidade Autónoma de Lisboa *paula.pires.carvalho@gmail.com*
Ricardo Rodrigues Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Universidade de Lisboa *ricardo.rodrigues@iscte.pt*

Rita Morais Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Universidade de Lisboa *mritamorais@gmail.com*

Rui Costa Lopes Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa *rui.lopes@ics.ulisboa.pt*

Rute Brites Universidade Autónoma de Lisboa *brites.rute@gmail.com*
Saul Neves de Jesus Universidade do Algarve *snjesus@ualg.pt*
Tito Laneiro Universidade Autónoma de Lisboa *tlaneiro@gmail.com*
Vera Engler Cury Pontifícia Universidade Católica de Campinas *vency2985@gmail.com*

EDITORA

EDIUAL – Universidade Autónoma Editora
Rua de Santa Marta, n.º 56
1169-023 Lisboa
Tel.: +351 213 177 640
E-mail: edual@universidade-autonoma.pt

PROPRIEDADE

CEU – Cooperativa de Ensino Universitário, C.R.L.
Rua de Santa Marta, n.º 47
1169-023 Lisboa – Portugal
Tel.: +351 213 177 600/46
Fax: +351 213 533 702
N.I.F.: 501 641 238

COORDENAÇÃO GRÁFICA

Madalena Mira

CAPA

Samuel Ascensão

DESIGN | COMPOSIÇÃO GRÁFICA

Samuel Ascensão

IMPRESSÃO

—

ISSN

1647-2284

DEPÓSITO LEGAL

227755/05

TIRAGEM

300 Exemplares

PREÇO

15,50 €

Psique: analis série psicologia / prop. CEU - Cooperativa de Ensino Universitário, Universidade Autónoma de Lisboa - Departamento de Psicologia e Sociologia; dir. José Silva Pinto. - Vol. 1 (2005) - . - Lisboa : Edial - Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal, 2005- . - 24 cm.

Anual

ISSN 1647-2284

1. Psicologia – Periódicos. I. Universidade Autónoma de Lisboa. Departamento de Psicologia e Sociologia

Índice

Nota Editorial	7
Iolanda Costa Galinha	
Escala de Estima de Si – S.E.R.T.H.UAL Versão Reduzida: Estudos de Validação	9
<i>S.E.R.T.H.UAL Self-Esteem Scale Reduced Version: Validation Studies</i>	
Rute Sofia Brites Lopes Dias, Mónica Rute Taveira Pires, Maria Odete das Neves Fernandes dos Santos Nunes, João Evangelista de Jesus Hipólito	
Águas passadas que movem moinhos: Uma reflexão sobre a importância da história para a gestão e a psicologia das organizações	39
<i>Passed waters moving mills: A reflection on the importance of history for the management and organizational psychology</i>	
Miguel Pereira Lopes, Albino Pedro Anjos Lopes	
Netporn – Implicações no Tipo de Atitudes Sexuais e Crenças sobre a Violência Sexual	51
<i>Netporn – Implications for the type of Sexual Attitudes and Beliefs on Sexual Violence</i>	
Ana Sofia Semedo Pereira Lopes	
Personalidade e personalidade pré-mórbida na fase inicial da doença de Parkinson	91
<i>Personality and premorbid personality in the early stage of Parkinson's disease</i>	
Charles Ysaacc da Silva Rodrigues	
Perturbação Obsessivo-Compulsiva da Personalidade: Etiologia e Intervenção Psicoterapêutica	107
<i>Obsessive-Compulsive Personality Disorder: Etiology and Psychotherapeutic Intervention.</i>	
Filipa de Carvalho Alves Capela, Ana Isabel Machado Couceiro	

A Importância da Perceção Comunicacional nas Organizações. 129
The Importance of the Perception of Communication within Organizations
António Camilo-Alves, João Carlos Araújo Pinto

E depois da reforma, sair ou não sair?: A gestão da idade em contexto de trabalho. 151
And after retirement, to leave or not to leave?: Age management in the workplace.
Maria Margarida Cróca Piteira

Nota Editorial

Iolanda Costa Galinha¹

Neste momento de fecho do volume X da *Psique*, esta nota editorial tem como primeira finalidade agradecer aos especialistas em Psicologia, envolvidos no processo de revisão, selecção, e reformulação dos artigos publicados neste volume da *Psique*. Referimo-nos, naturalmente, ao Conselho Editorial da *Psique*, que foi o responsável por nos apoiar de perto neste processo ambicioso de promover, em simultâneo, a celeridade e a qualidade dos artigos a publicar neste volume da *Psique*.

Actualmente, vivemos uma conjuntura social e política difícil na sociedade portuguesa em geral e, não menos difícil, entre as comunidades académica e científica. Perante objectivos ambiciosos e prazos apertados, como foram os que a *Psique* se impôs este ano, foi com surpresa que a Coordenação Editorial da *Psique* foi recebendo, a cada dia, a colaboração responsável e assídua da maioria dos Conselheiros Editoriais.

O aspecto mais marcante e surpreendente no desenvolvimento deste volume X da *Psique* terá sido precisamente a formação espontânea de uma equipa coesa e apoiante entre os membros do Conselho Editorial e a Coordenação Editorial. Esse momento preciso, em que este apoio foi manifestado, envolveu-nos numa energia muito positiva que nos impulsionou a continuar. Todos acreditámos na *Psique* e a *Psique* aconteceu.

Neste momento, parece-nos possível cumprir o objectivo a que nos propusemos para este ano, de actualizar totalmente o atraso da publicação da *Psique*. Ainda que esta meta ainda não esteja garantida, o volume XI da

¹ Editora da Revista *Psique*. Professora em Psicologia na Universidade Autónoma de Lisboa. Doutorada pela Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto. Investigadora Pós-Doutoranda na Universidade de Virgínia (EUA) e no ISCTE/CIS. E-mail: iolanda.galinha@gmail.com.

Psique encontra-se em fase de desenvolvimento avançado, perspectivando-se a sua publicação dentro dos prazos pretendidos.

O nosso objectivo para este ano, a par com a celeridade nos processos de revisão e edição, foi o de promover a qualidade dos artigos publicados pela revista. Nesse sentido, não temos apenas a agradecer aos nossos Conselheiros Editoriais mas também à disponibilidade dos nossos Autores que foram, na sua maioria, devotados e persistentes no processo de reformulação dos seus artigos.

Em virtude do forte investimento humano envolvido nesta publicação, a Coordenação Editorial, constituída por mim e pelo meu incansável colega José Magalhães, tudo continuará a fazer para que os resultados venham a ser recompensadores para todos os envolvidos, incluindo nós próprios, os nossos conselheiros, os nossos autores e os nossos leitores.

Certamente, o caminho parece-nos, neste momento, mais curto e bem acompanhado.

Despedimo-nos, com este sentimento de realização e gratidão, até ao próximo volume da revista.

Iolanda Costa Galinha
Directora da Psique
Lisboa, Maio de 2014

Escala de Estima de Si – S.E.R.T.H.UAL Versão Reduzida: Estudos de Validação

S.E.R.T.H.UAL Self-Esteem Scale Reduced Version: Validation Studies

Rute Sofia Brites Lopes Dias¹

Mónica Rute Taveira Pires²

Maria Odete das Neves Fernandes dos Santos Nunes³

João Evangelista de Jesus Hipólito⁴

PSIQUE – ISSN 1647-2284 – N.º 10 – Janeiro-Dezembro 2014 – pp. 9-37

Recebido em 15/01/2014; aceite em 22/04/2014

Resumo

O presente estudo teve como objectivo a análise das propriedades psicométricas da versão reduzida da escala portuguesa S.E.R.T.H.UAL, desenvolvida a partir da escala original (60 itens). Inicialmente, escolhemos os 20 itens que integraram a versão reduzida com base na carga factorial de cada item, por factor. Após a aplicação a uma amostra de 465 participantes, submetemos os dados à análise estatística, descritiva e factorial (Análise de Componentes Principais). Os resultados demonstram a existência duma estrutura bifactorial – estima de si positiva e estima de si negativa – que explica 34.68% da variância dos dados, com níveis satisfatórios de fidelidade. Pudemos ainda determinar um valor de estima de si global, através

¹ CIP – Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: rbrites@ual.pt.

² CIP – Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: mpires@ual.pt.

³ CIP – Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: odete.nunes@ual.pt.

⁴ CIP – Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: j.hipolito@ual.pt.

da diferença entre os valores de cada factor. A esse respeito, os resultados da amostra evidenciam a ausência de diferenças entre homens e mulheres, um aumento tendencial com a idade (adulta), valores mais elevados nos homens casados e nos participantes academicamente mais diferenciados. A S.E.R.T.H.UAL revela propriedades psicométricas satisfatórias atestando a sua adequabilidade na avaliação da estima de si.

Palavras-Chave: Estima de si; *self*; validade factorial.

Abstract

This study aimed to analyze the psychometric properties of the Portuguese SERTHUAL self-esteem reduced scale, developed from the original 60 items scale. Initially, the selection of the 20 items of the reduced version was based on items' loadings, per factor. After applying this version to a 465 participants' sample, we subjected the data to descriptive and factorial statistical analysis (Principal Components Analysis). The results demonstrate the existence of a two-factor structure – positive self-esteem and negative self-esteem – which explains 34.68% of data variance, with satisfactory reliability. The scale also allows determining a global self-esteem value, through the difference between each factor scores. Regarding this, the results show the absence of gender differences and a gradual increase in self-esteem with age. Married men and participants with a higher education present higher self-esteem scores. S.E.R.T.H.U.A.L shows satisfactory psychometric properties attesting its adequacy for assessing self-esteem.

Keywords: Self-esteem; *self*; factorial validity.

Tradicionalmente, o estudo da estima de si individual tem versado sobre a infância e a adolescência, existindo um vasto leque de produção científica nesse âmbito. O desenvolvimento de um instrumento originalmente destinado à idade adulta vem, assim, colmatar uma lacuna, quer devido ao reduzido número de estudos publicados (Robins, Tzesniewski, Tracy, Gosling, & Potter, 2002), quer devido às suas próprias conclusões:

parece evidenciar-se um aumento gradual da estima de si na adultícia (Helson & Wink, 1992; Lall, Jain, & Johnson, 1996; Roberts & Bengtson, 1996).

Assim, a escala de Estima de Si – S.E.R.T.H.UAL⁵ – versão reduzida, foi desenvolvida a partir da escala S.E.R.T.H.UAL original (Nunes et al., sd). A experiência de utilização desta versão, com 60 itens, revelou algumas dificuldades, nomeadamente a morosidade da aplicação. Apesar da riqueza qualitativa proporcionada pelas 10 dimensões que compõem o instrumento, a ausência de respostas completas e a necessidade de alargar a aplicabilidade da escala, conduziu ao desenvolvimento da versão reduzida, com 20 itens.

O conceito de estima de si aparece predominantemente, na literatura, com a designação de auto-estima, pois que o termo original *self-esteem* foi traduzido, na maior parte das línguas latinas, por auto-estima⁶. A polissemia encontrada na palavra *self*, como substantivo e pronome reflexo, considera a dimensão do *Eu* e do *Mim*, isto é, a pessoa pratica e sofre sobre **si mesma** a ação (ex.: “eu gosto-me”). Este aspecto reflexivo não é encontrado no prefixo *auto*. Por outro lado, o prefixo *auto* é utilizado de uma forma mais abrangente em dimensões que não exclusivamente do âmbito psicológico (ex. automóvel, autonomismo, autoplastia). Contrariamente, o termo *self*⁷ tem sempre o sentido do, ou refere-se ao, **eu**.

⁵ S.E.R.T.H.UAL: *Self Esteem* Rogers, Tap, Hipólito & UAL.

⁶ Estimar, do latim *aestimare*, significa “determinar o valor de”, ou “ter uma opinião favorável sobre” (Duclos, 2004, p. 27). Auto, do grego *autós*, significa “pertença de alguém; por si próprio” (Fowler & Fowler, 1974, p. 78). Gramaticalmente, na língua inglesa, o prefixo *self* tem um significado de “ação reflexiva directa ou indirecta” (Fowler & Fowler, 1974, p. 1148). A mesma fonte bibliográfica relativamente ao significado de *self-esteem*, refere que o “*self* é o objecto dessa reflexão/avaliação” (Fowler & Fowler, 1974, p.1149).

⁷ Rogers (1959) o conceito de *self* consiste “(...) the organized, consistent conceptual gestalt composed of perceptions of the characteristics of the “I” or “me” and the perceptions of the relationships of the “I” or the “me” to others and to various aspects of life, together with the value attached to these perceptions...available to awareness... fluid and changing... a process, but at any given moment it is a specific entity which is at least partially definable in operational terms by means of Q-sort” (p. 200). A designação de Escala de Estima de Si parece-nos traduzir com mais coerência o conceito de *self*.

William James (1890) começou por definir a estima de si como a avaliação individual de cada pessoa sobre (ou à atitude face a) si própria. Cooley (1902), por sua vez, considerava a estima de si como *looking-glass self* – “o eu ao espelho”; estaria associada à aprovação dos outros, à apropriação pela pessoa de dados atributivos e atribuídos.

Coopersmith (1967) definiu-a como a forma como a pessoa se avalia a si própria, tendo acrescentado o termo “valor” (*worth*), para além da noção comum de “avaliação”.

Posteriormente, Rosenberg apresentou uma definição de estima de si: “a generally favorable or unfavorable, positive or negative, pro or con feeling toward himself as whole” (1979, p. 118), a qual tem sido das mais utilizadas (Schmitt & Alik, 2005).

Diversos autores acentuam a estima de si como o resultado subjectivo do olhar valorativo da pessoa sobre si própria (Schaffer, 1999; Smith, 1989), que poderá estar relacionada com uma noção idealizada de si. Oubrayrie, Safont e Tap (1991) referem-se à estima de si como a dimensão afectiva da identidade, o fundamento da auto-avaliação. Harter (1993) conceptualiza-a como o nível de cuidado global que cada um tem pelo *self*. Segundo Butler e Haigh (1954), Rogers terá considerado que o nível de *décalage* entre o *self* percebido e o *self* idealizado é um indicador da forma como a pessoa percepçiona a sua estima de si.

Realçamos, assim, a diversidade de definições e abordagens do conceito embora, na generalidade, se mantenha a associação à noção de avaliação (de si próprio) e fique clara a complexa inter-relação de diferentes processos mentais, no desenvolvimento da estima de si. Trata-se de um processo subjectivo dinâmico, que ocorre ao longo da vida, que sofre mudanças em resultado das experiências pessoais/existenciais mais significativas.

Algumas das teorias mais actuais apresentam conceptualizações da estima de si como estado e não somente como traço (como as classificações clássicas), com base na evidência de que é possível observar flutuações individuais, consoante as situações (Greenier, Kernis, & Waschull, 1995). Segundo estas perspectivas, estima de si deve ser objecto de uma avaliação singular (num *continuum* baixo/elevado), sendo preferível uma definição mais complexa; na equação avaliativa devem ser levadas em conta variá-

veis como o “tipo” e o “nível”, resultando numa abordagem integrada e mais completa da estima de si (Mruk, 2006).

Um conjunto de autores (Coll, Marchesi, & Palacios, 2004; Kernis, 2005) propõe a existência de uma estima de si optimal, em contraposição às concepções de “alta” e “baixa”. Nesta perspectiva são considerados sentimentos implícitos e explícitos favoráveis com valor próprio, que resultam de confrontos bem-sucedidos com os desafios da vida; a estabilidade da estima de si, mais que o seu nível, assume uma função preponderante (Kernis, 2005).

Schimel, Arndt, Pyszczynski, e Greenberg (2001) propõem que a estima de si resultante de um desenvolvimento intrínseco, com base no “ser” da pessoa e não nas suas concretizações, será um recurso interno de protecção mais robusto, que dispensa a utilização de processos defensivos consideráveis. No mesmo sentido, Stinson e colaboradores (2008) afirmam que a estima de si funciona como bom preditor da qualidade dos laços que a pessoa estabelece socialmente.

Segundo Mruk (2006) os teóricos têm procurado, consistentemente, objectivar as razões da existência e manutenção do conceito. A maioria entende este conceito como sendo uma força motivacional básica, embora possamos distinguir duas perspectivas. Uma, considera que a estima de si possui uma função reguladora, no sentido da manutenção do *self* e de um sentimento de constância identitária ao longo do tempo (Coopersmith, 1967), operando com cinco propósitos: manter o bem-estar e o afecto positivo; fornecer *feedback* sobre a adequação das estratégias de *coping* pessoais; reflectir o estatuto individual numa hierarquia dominante; facilitar a auto-determinação e providenciar informação sobre a elegibilidade da pessoa em termos sociais (Leary & Baumeister, 2000). A outra, considera que a estima de si funciona como motivação intrínseca para alcançar níveis superiores de crescimento, auxiliando na aproximação à autenticidade.

Os resultados da investigação têm relevado a importância da estima de si ao longo do ciclo de vida (e da forma como esta deve ser medida, segundo Kwan, John, & Thein, 2007) com valores e grau de estabilidade superiores comparativamente com a infância ou a terceira idade (Robins & Trzesniewski, 2005; Webster & Tiggemann, 2003). Simultaneamente, nesse

processo, tem sido possível identificar variáveis e relações pertinentes para o estudo da estima de si, as quais vão mudando, em função da idade.

Esta associação com a idade está comprovada, os adultos tendem a possuir uma estima de si mais elevada que as crianças e os adolescentes (Helson & Wink, 1992; Lall, Jain, & Johnson, 1996; Roberts & Bengtson, 1996; Twenge & Campbell, 2002), assumindo esta variável ainda um efeito moderador na acção de outras variáveis sobre a estima de si (Twenge & Campbell, 2002; Webster & Tiggemann, 2003).

Entre essas, podemos nomear o género, verificando-se uma tendência das mulheres para valores inferiores de estima de si relativamente aos homens (Kling, Hyde, Showers, & Buswell, 1999; Ponsoda, Abad, Francis, & Hills, 2008), desde o início da adolescência (Byrne, 2000). As razões para estas diferenças serão os papéis de género, as interações facilitadoras de estereótipos, o tratamento diferenciado de professores, a ênfase na aparência, a violência contra as mulheres e a participação atlética (Kling et al., 1999). Dados mais recentes salientam a diferença entre géneros mas somente em alguns domínios específicos da estima de si, destacando-se nos homens os domínios da aparência física, atlética, *self* pessoal e auto-satisfação, e nas mulheres os domínios do comportamento e moral-ético (Gentile et al., 2009). A maioria das investigações assinala significativas diferenças de género.

Também o estatuto socio-económico se relaciona (positivamente) com a estima de si, apesar da ausência de dados consensuais (o que poder-se-á atribuir à existência de variáveis moderadoras desta relação) (Twenge & Campbell, 2002). Outras variáveis psicológicas associadas à estima de si são a agressão (Bushman et al., 2009), a defensividade (Kernis, Lakey & Heppner, 2008), dificuldades interpessoais (Bjørkvik, Biringer, Eikeland, & Nielsen, 2009), a satisfação corporal (Sira & White, 2010) e a insatisfação corporal feminina (Webster & Tiggemann, 2003), a qualidade da vinculação (Foster, Kernis, & Goldman, 2007), a autonomia, competência e relacionamentos diários (Heppner et al., 2008), a percepção do suporte social (Gracia & Herrero, 2004). Pelo contrário, o estado civil não demonstrou relação com o nível de estima de si, em mulheres (Borzumato-Gainey, Kennedy, McCabe, & Degges-White, 2009).

Sumariamente, as evidências demonstram que a estima de si elevada está associada a efeitos benéficos, favorecendo as dinâmicas de realização pessoal e de integração interpessoal, com uma função de sustentação identitária e adaptativa, enquanto a estima de si baixa desencadeia processos subjectivos opostos e prejudiciais (Crocker & Park, 2004; Fonseca, Santos, Tap, & Vasconcelos, 2004), como a depressão (Steiger, Allemand, Robins, & Fend, 2014). É, com frequência (se elevada), considerada um elemento relevante da saúde psicológica positiva (Shiovitz-Ezra, Leitsch, Graber, & Karraker, 2009).

Ao nível da saúde, pode actuar como condição de resiliência e simultaneamente como “amortecedor” (*buffer*) do impacto das adversidades ou de acontecimentos stressantes (Chu, 2002; Kling et al., 1999; Mann, Hosman, Schaalma, & de Vries, 2004; Stinson et al., 2008; Symister & Friend, 2003) ou, pelo contrário, ser um factor de risco (Barker, 2007; Bernichon, Cook, & Brown, 2003; Pyszczynski, Greenberg, Solomon, Arndt, & Schimel, 2004b). As evidências sustentam ainda a ideia da estima de si como moderadora da ansiedade, relacionando-se negativamente com esta (ou com problemas associados), e positivamente com o *coping* bem-sucedido e outros indicadores de saúde mental e física (Pyszczynski, Greenberg, Solomon, Arndt, & Schimel, 2004a). Existem, inclusivamente, dados que atribuem à estima de si uma função predictor da assumpção de dívida crónica (Caputo, 2012).

A estima de si tem sido utilizada também, no âmbito da psicoterapia, quer como medida de resultado do processo psicoterapêutico em diversas psicopatologias (Geller, Brown, & Srikameswaran, 2011; Levaux et al., 2009; Jarry, 2010; Roepke et al., 2011), quer como alvo da própria intervenção (Forsyth, Lawrence, Burnette, & Baumeister, 2007).

Apesar de existirem diversos instrumentos de medida da estima de si, a escala S.E.R.T.H.UAL foi construída a partir de uma técnica consistente com a discussão introduzida por Marsh (1996) de que os itens positivos e negativos poderão estar associados a constructos subjacentes distintos (Lindwall et al., 2012).

Na maior parte das escalas de auto-avaliação, os autores escolhem os itens que medem directamente a atitude ou a capacidade estudada. Para a estima de si, os itens escolhidos vão no sentido da *valorização* da pessoa:

“eu tenho uma boa imagem de mim”. Contudo, os itens também podem evocar uma avaliação negativa, uma *desvalorização*. Por exemplo: “eu não gosto do meu corpo”. Quando se transcrevem os resultados com o objectivo de obter um valor global da estima de si, os itens negativos são invertidos⁸. Nos estudos desenvolvidos com a S.E.R.T.H.UAL (60 itens) (Nunes et al., sd) demonstrámos que a eliminação da estima de si negativa (transformada em fraca estima de si positiva) é uma “má” decisão, quer do ponto de vista psicológico, quer do ponto de vista técnico.

Em termos psicológicos, a técnica introduzida consiste na análise separada dos valores positivos e negativos, calculando a diferença como forma de obter o resultado final. A estes argumentos “psicológicos” qualitativos importantes, adicionamos argumentos estatísticos, nomeadamente os resultados descritos por Marsh (1996) e Lindwall et al. (2012), que sustentam a potencial demarcação entre itens. Na Análise de Componentes Principais elaborada da S.E.R.T.H.UAL original, essa diferenciação mantém-se (Nunes et al., sd).

O objectivo deste estudo é, por um lado, descrever as propriedades psicométricas da versão reduzida da S.E.R.T.H.UAL, procurando determinar, através dos resultados obtidos com os subgrupos da amostra, a existência das diferenças assinaladas na literatura e, por outro, apresentar um instrumento de aplicação mais rápida e eficaz.

Método

Participantes

A amostra é constituída por 465 participantes, 49% do sexo masculino e 51% do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 70 anos ($M=35.52$, $DP= 12.52$). A maior percentagem dos participantes é solteira (48.2%) ou casada/ em união de facto (44.8%).

⁸ Por exemplo, se no item ‘eu encolerizo-me facilmente’ a pessoa atribui o valor 5 (numa escala de 5 pontos), percebido como o máximo negativo, será atribuído o valor 1, percebido como o mínimo positivo. Se a nota é 4, em negativo, inscrever-se-á 2 em positivo. Poder-se-á então adicionar as notas de todos os itens (positivos e negativos invertidos) para obter um valor global positivo de estima de si.

Relativamente às habilitações literárias, existem 37.3% de participantes que possuem cursos de ensino médio ou superior, seguindo-se aqueles com ensino secundário completo (28.3%), ensino secundário incompleto (14.3%) e, com menor expressividade na amostra, os que possuem um curso profissional (7.9%), o 2º ciclo (7%), o 1º ciclo (4.6%) e sem habilitações (0.7%).

A maioria dos participantes está empregada (57.7%), havendo 21% de estudantes, 17.5% de desempregados e uma percentagem reduzida de aposentados (3.8%).

Material

A escala S.E.R.T.H.UAL (*Self Esteem Rogers*, Tap, Hipólito e UAL) foi desenvolvida a partir de dois instrumentos que avaliam a estima de si, a *Rogers' Self-Esteem Scale* (Ro.S.E.S.), com 74 itens, e a *Nouvelle Echelle Toulousaine d'Estime de Soi* (N.E.T.E.S.), com 60 itens, ambas validadas para a população portuguesa. A partir de uma Análise de Componentes Principais (ACP) sobre os 134 itens (numa amostra de 731 participantes), seleccionámos os 60 itens com cargas factoriais mais elevadas ($\geq .60$). Esta versão foi aplicada a uma amostra de 1279 participantes.

Da análise ACP sobre os dados obtidos extraímos quatro factores, dois englobando os itens negativos e dois englobando os itens positivos (ver tabela 1).

Tabela 1
Carga Factorial dos Itens da SERTHUAL-60

Item	Factor/ componente			
	1	2	3	4
32. Sinto-me sem esperança	.72			
19. Eu não me respeito a mim próprio	.72			
23. Sou um falhado	.72			
33. Eu sou uma pessoa na qual não se pode confiar	.71			
35. Eu não tenho valor	.70			
9. Sinto que não há ajuda possível para mim	.68			
59. Nos grupos tenho a sensação de isolamento	.65			

Tabela 1 (continuação)

Item	Factor/ componente			
	1	2	3	4
29. Estou realmente perturbado	.64			
25. Tenho medo de sexo	.62			
55. Tenho a impressão de que faço as coisas pior do que os outros	.62			
11. As minhas decisões não são tomadas por mim próprio	.61			
3. Eu tenho poucos valores e padrões próprios	.61			
50. As pessoas aborrecem-se quando estão na minha companhia	.61			
12. Eu sinto-me apático	.61			
15. Tenho a sensação que não estou a enfrentar as coisas	.58			
39. Os outros desconfiam de mim	.58			
57. Num grupo, gosto de tomar poucas iniciativas	.53			
30. Sinto-me inseguro comigo próprio	.52			
56. Tenho um aspecto físico pouco atraente	.47			
22. Tenho dificuldades em tomar decisões	.47			
4. Tenho dificuldade em controlar a minha agressividade	.44			
48. Os maus resultados profissionais/escolares desencorajam-me facilmente	.41			
46. Para me sentir melhor utilizo estimulantes tais como o café, tabaco, álcool, etc.	.40			
18. Eu evito enfrentar crises ou dificuldades	.39			
2. Eu sou uma pessoa responsável		.61		
27. Eu sou um bom trabalhador		.60		
43. Sou muito fiel às minhas amizades		.58		
24. Eu sou amável		.58		
16. Sou tolerante		.57		
5. Geralmente gosto das pessoas		.56		
28. Eu sinto-me emocionalmente maduro		.55		
41. Os meus patrões/professores estão satisfeitos comigo		.54		
10. Eu normalmente consigo tomar as minhas decisões e manter-me fiel a elas		.53		
45. Tenho confiança em mim mesmo		.51		
49. Tenho uma boa opinião de mim mesmo		.50		
14. Sou uma pessoa racional		.49		

Tabela 1 (continuação)

Item	Factor/ componente			
	1	2	3	4
51. Penso que todas as pessoas deveriam assumir um papel na sociedade		.46		
20. Eu tenho uma atitude positiva para comigo		.45		
60. Estou contente com os meus resultados profissionais/ escolares		.45		
52. Gostaria de participar em movimentos de solidariedade		.44		
34. Eu sou bastante sociável		.43		
40. Ficarei contente comigo mesmo se conseguir fazer grandes coisas na minha vida		.41		
21. Eu sou assertivo (afirmativo)		.40		
44. Sinto orgulho do meu corpo			.69	
8. Eu sou sexualmente atraente			.67	
37. Tenho um aspecto fisico agradável			.60	
38. Sinto-me bem comigo mesmo			.58	
58. Estou contente com a forma como o meu corpo se desenvolve			.51	
31. Eu sou inteligente			.48	
17. Sou ambicioso			.47	
53. Tenho confiança no meu futuro			.46	
7. Eu sou optimista			.43	
1. Muitas vezes aborreço-me comigo próprio pelas coisas que faço				.58
26. Tenho medo de falhar em qualquer coisa que quero muito				.52
13. Eu sou impulsivo				.49
42. Acho que sou nervoso e tenso				.49
36. Zango-me com facilidade				.49
% variância explicada	20.19	11.24	4.42	2.08
N.º itens	25	19	9	5

Esta divisão justificou a análise independente, pela técnica ACP, dos itens negativos e dos itens positivos, da qual resultou uma solução de três factores negativos e três factores positivos.

Relativamente aos negativos, procedemos a nova ACP sobre o maior factor (o qual explicava 31.93% da variância total), dada a sua dimensão, tendo essa análise resultado numa solução de três sub-factores, um dos quais foi ainda sujeito a nova ACP. A dimensão negativa da estima de si integra, assim, cinco factores.

No que diz respeito aos factores positivos, sujeitámos os dois com maior número de itens e com maior influência sobre a variância total dos dados a novo processo de ACP, tendo obtido, no final, quatro sub-factores. A dimensão positiva da estima de si integra, igualmente, cinco factores.

Assim, a nova escala é composta por 60 itens, 30 positivos (integrados em cinco dimensões positivas), e 30 negativos (integrados em cinco dimensões negativas). A resposta é dada numa escala de *Likert* (1=Discordo Totalmente; 5= Concordo Totalmente) (ver tabela 2).

Relativamente às suas propriedades psicométricas, a escala apresenta valores satisfatórios de fidelidade (*alphas* de Cronbach entre .60 e .91).

Tabela 2

Dimensões que Compõem a Versão Original da S.E.R.T.H.UAL

Dimensões positivas	Dimensões negativas
A – Auto-satisfação geral	F – Negação e depreciação de si
B – Expansão socio-normativa	G – Tensões relacionais
C – Maturidade sócio-pessoal	H – Perturbações anómicas:
D – Valorização psíquica e intelectual	I – Tensões emocionais
E – Valorização social, académica e profissional	J – Hostilidade consigo próprio

Procedimento

Tendo por base a estrutura factorial da S.E.R.T.H.UAL original, seleccionámos para a versão reduzida os 20 itens com cargas factoriais mais elevadas. Incluímos itens de todas as dimensões da escala original, em igual número. Seleccionámos, para a versão reduzida, os dois itens de cada dimensão com valores mais elevados de carga factorial. Mantivemos a divisão equitativa entre itens positivos/ itens negativos, perfazendo 10 de cada, na versão em estudo.

Após a recolha e inserção dos dados, procedemos à sua limpeza. A análise dos valores omissos (*missing values*), com valores inferiores a 10% por variável, justificou a não utilização de técnicas de imputação. Os dados foram analisados com recurso ao SPSS – *Statistical Package for Social Sciences* (v. 18).

Tendo considerado a técnica de Análise de Componentes Principais (ACP) como a mais adequada aos nossos objectivos, foi necessário confirmar, previamente, um conjunto de critérios que a literatura considera essenciais. Em primeiro lugar, o número de participantes na amostra permite a associação teórica de cinco sujeitos por item em análise (Pasquali, 1999). No que se refere à sensibilidade e adequabilidade dos itens na discriminação dos sujeitos, os valores absolutos de assimetria (*Sk*) e achatamento (*Ku*) estão de acordo com a proposta de Kline (1998), sendo inferiores a 3 e a 7, respetivamente. A tabela 3 apresenta os valores obtidos, para cada item da escala.

Tabela 3

Valores de Mediana (Me), Moda (Mo), Assimetria (*Sk*), Achatamento (*Ku*) e respectivos rácios críticos (Sk/SE_{Sk} , Ku/SE_{Ku}), mínimo e máximo, por item (1 a 20)

Itens	Me	Mo	Sk	Sk/SE_{Sk}	Ku	Ku/SE_{Ku}	Min.	Máx.
1. Muitas vezes aborreço-me comigo próprio pelas coisas que faço	3	4	-.13	.11	-1.14	.23	1	5
2. Eu sou uma pessoa responsável	4	5	-1.20	.11	1.47	.23	1	5
3. Tenho dificuldade em controlar a minha agressividade	2	1	.91	.11	.18	.23	1	5
4. Geralmente gosto das pessoas	4	4	-.93	.12	1.47	.23	1	5
5. Eu sou optimista	4	4	-.59	.11	-.11	.23	1	5
6. As minhas decisões não são tomadas por mim próprio	1	1	-1.54	.11	1.88	.23	1	5
7. Tenho a sensação de que não estou a enfrentar as coisas	2	2	.65	.11	-.35	.23	1	5
8. Eu não me respeito a mim próprio	1	1	2.00	.11	3.90	.23	1	5
9. Eu sinto-me emocionalmente maduro	4	4	-.82	.11	.82	.23	1	5

Tabela 3 (continuação)

Itens	Me	Mo	Sk	Sk/SE _{Sk}	Ku	Ku/SE _{Ku}	Min.	Máx.
10. Sinto-me inseguro comigo próprio	2	1	.60	.12	-.57	.23	1	5
11. Eu sou inteligente	4	4	-.79	.11	1.20	.23	1	5
12. Eu não tenho valor	1	1	1.84	.11	2.74	.23	1	5
13. Tenho um aspecto físico agradável	4	4	-.73	.11	.91	.23	1	5
14. Os outros desconfiam de mim	2	2	.61	.11	.05	.23	1	5
15. Acho que sou nervoso e tenso	2	2	.27	.12	-.91	.23	1	5
16. Tenho confiança em mim mesmo	4	4	-.89	.11	.92	.23	1	5
17. As pessoas aborrecem-se quando estão na minha companhia	2	2	.61	.11	-.04	.23	1	5
18. Penso que todas as pessoas deveriam assumir um papel na sociedade	4	4	-1.05	.11	1.32	.23	1	5
19. Gostaria de participar em movimentos de solidariedade	4	4	.70	.11	.59	.23	1	5
20. Estou contente com os meus resultados profissionais/ escolares	4	4	-.71	.11	.11	.23	1	5

Os resultados dos testes de adequação dos dados ao procedimento – *Kaiser Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy* ($KMO = .87$), e *Bartlett's Test of Sphericity* ($\chi^2_{(190)} = 2096.72$, $p < .001$), bem como a constatação da existência de valores de correlação inter-itens superiores a 0.3 (Pallant, 2005) (ver tabela 4), confirmam a aplicabilidade da técnica escolhida.

Tabela 4
Matriz de Correlações Inter-itens

	ES1	ES2	ES3	ES4	ES5	ES6	ES7	ES8	ES9	ES10	ES11	ES12	ES13	ES14	ES15	ES16	ES17	ES18	ES19	ES20	
ES1 Muitas vezes aborreo-me comigo próprio pelas coisas que faço	1																				
ES2 Eu sou uma pessoa responsável	-.12*	1																			
ES3 Tenho dificuldade em controlar a minha agressividade	.24*	-.16**	1																		
ES4 Geralmente gosto das pessoas	.04	.31**	-.07	1																	
ES5 Eu sou otimista	-.20*	.27**	-.12**	.29**	1																
ES6 As minhas decisões não são tomadas por mim próprio	-.12**	-.19**	.07	-.05	-.18**	1															
ES7 Tenho a sensação que não estou a enfrentar as coisas	.19*	-.21**	.17**	.04	-.11*	.23**	1														
ES8 Eu não me respeito a mim próprio	.13**	-.32**	.22**	-.06	-.19**	.25**	.24**	1													
ES9 Eu sinto-me emocionalmente maduro	-.10*	.31**	-.10*	.18**	.20**	-.10*	-.06	-.19**	1												
ES10 Sinto-me inseguro comigo próprio	.33**	-.27**	.24**	-.09*	-.39**	.20**	.28**	.37**	-.22**	1											
ES11 Eu sou inteligente	-.10*	.31**	-.10*	.28**	.33**	-.15**	-.06	-.18**	.38**	-.24**	1										
ES12 Eu não tenho valor	.15*	-.27**	.13**	-.08	-.26**	.21**	.17**	.42**	-.24**	.42**	-.41**	1									
ES13 Tenho um aspeto físico agradável	-.13**	.22**	-.15**	.19*	.27**	-.15**	-.10*	-.25**	.28**	-.32**	.43**	-.29**	1								
ES14 Os outros desconfiam de mim	.20*	-.20**	.20**	-.12**	-.12**	.13**	.19*	.32**	-.12**	.33**	-.13**	.27**	.1	1							
ES15 Acho que sou nervoso e tenso	.27**	-.13**	.36**	-.08	-.28**	.09	.19*	.19**	-.05	.41**	-.13**	.21**	-.14**	.18**	1						
ES16 Tenho confiança em mim mesmo	-.18**	.35**	-.13**	.22**	.45**	-.20**	-.20**	-.32**	.34**	-.52**	.52**	-.40**	.50**	-.22**	-.27**	1					
ES17 As pessoas aborrecem-se quando estão na minha companhia	.14**	-.18**	.21**	-.14**	-.19**	.10*	.20*	.26**	-.14**	.38**	-.21**	.28**	-.27**	.45**	.19**	-.28**	1				
ES18 Penso que todas as pessoas deveriam assumir um papel na sociedade	.03	.30**	-.05	.21**	.16**	-.18**	-.04	.16**	-.15**	.21**	-.12**	.16**	-.06	-.04	.23**	-.14**	.1	1			
ES19 Gostaria de participar em movimentos de solidariedade	-.06	.14**	-.15**	.08	.16**	-.07	-.03	.13**	-.12**	.27**	-.10*	.18**	-.10*	-.07	.18**	-.18**	.27**	.1	1		
ES20 Estou contente com os meus resultados profissionais/escolares	-.19**	.29**	-.17**	.09*	.30**	-.08	-.15**	.16**	.14**	-.38**	.32**	-.24**	.27**	-.14**	-.24**	.37**	-.16**	.11*	.24**	1	

Resultados

Validade Interna

Após esta verificação, reunimos as condições para estabelecer a estrutura da escala, através da ACP. Esta técnica permite, para além da validação do constructo em estudo, uma validação dos itens que o operacionalizam (correlações inter-itens).

Para determinar a validade factorial, desenvolvemos uma ACP exploratória, tendo aplicado o critério do *scree-plot* de Cattell (Pais-Ribeiro, 2008) considerando o *cut-point* acima da curva do cotovelo como indicador para o número de factores a extrair. Recorremos ainda ao critério secundário da análise do significado teórico, ou semelhança semântica, entre os itens agrupados por factor. Por este processo, concluímos ser a solução estrutural de dois factores a mais adequada, na medida em que os itens se agruparam segundo o seu significado, positivo ou negativo (tomando a escala original como referência).

Procedemos, então, a uma nova ACP com solução forçada a dois factores, com rotação *varimax*, os quais explicam 34.68% da variância. Retivemos os itens com cargas factoriais superiores a .3, valor adequado dado o número de participantes na amostra (Field, 2009).

O factor 1 explica 17.58% da variância e é composto por 10 itens negativos (isto é, agrupa todos os itens de conteúdo negativo que integram a versão reduzida). O factor 2 explica 17.10% da variância, sendo composto por 10 itens, todos eles de significado positivo. A tabela 5 apresenta a carga factorial e as comunalidades (h^2), para cada item.

Tabela 5
Carga Factorial e Comunalidades (h^2), por Item

Item	Factor / componente		h^2
	1	2	
10. Sinto-me inseguro comigo próprio	.71		.61
7. Tenho a sensação que não estou a enfrentar as coisas	.70		.64
1. Muitas vezes aborreço-me comigo próprio pelas coisas que faço	.58		.42
15. Acho que sou nervoso e tenso	.58		.55
8. Eu não me respeito a mim próprio	.52		.52
14. Os outros desconfiam de mim	.49		.60
12. Eu não tenho valor	.46	-.37	.47
3. Tenho dificuldade em controlar a minha agressividade	.46		.48
17. As pessoas aborrecem-se quando estão na minha companhia	.43		.59
6. As minhas decisões não são tomadas por mim próprio	.32		.59
11. Eu sou inteligente		.72	.60
16. Tenho confiança em mim mesmo	-.44	.61	.64
13. Tenho um aspecto físico agradável		.58	.49
4. Geralmente gosto das pessoas		.57	.39
18. Penso que todas as pessoas deveriam assumir um papel na sociedade		.57	.58
2. Eu sou uma pessoa responsável		.54	.48
9. Eu sinto-me emocionalmente maduro		.54	.35
5. Eu sou optimista	-.35	.47	.52
19. Gostaria de participar em movimentos de solidariedade		.42	.59
20. Estou contente com os meus resultados profissionais/escolares	-.35	.36	.37
% variância explicada	17.58%	17.10%	
N.º itens	10	10	
α de Cronbach (α)	.85	.78	

Fidelidade

Escolhemos a consistência interna como indicador de fidelidade, calculada por meio do α de Cronbach (α). Os valores obtidos são

satisfatórios. A escala total apresenta um valor de *alpha* de Cronbach de .85, considerado elevado. O factor 1 apresenta um valor aceitável de consistência interna, $\alpha=.75$ ($M=20.51$, $DP=5.68$) e um valor médio de correlação item-total de .42 ($DP= 0.11$). O factor 2 apresenta um *alpha* de Cronbach de .78 ($M=38.88$, $DP=5.19$) e um valor médio de correlação item-total de .45 ($DP= 0.10$).

A comparação com os valores obtidos na validação de escala original é possível, uma vez que a estrutura factorial se mantém similar (ver tabela 6). A análise dos valores permite-nos constatar que, ainda que se verifique uma diminuição dos índices – o que, segundo Field (2009), pode resultar da redução do número de itens – a consistência interna mantém-se satisfatória e dentro dos valores considerados aceitáveis. Aplicámos ainda o método *split-half* para cada uma das dimensões, tendo recorrido à fórmula de Spearman-Brown com o critério de divisão par-ímpar. Os resultados atestam a equivalência dos itens que integram cada uma das dimensões (ver tabela 6).

Tabela 6

Fidelidade da Escala: Consistência Interna (Comparação Entre as Versões Original e Reduzida), Split-Half, e Correção de Spearman-Brown, para cada uma das Dimensões

Itens	α Cronbach		Split-Half			
	Versão original	Versão reduzida	Método	N	Média	r
ES negativa/ F1 (negativo)	.86	.75	Split-Half	435	2.05	.56
			Spearman-Brown	435		.72
ES positiva/ F2 (positivo)	.91	.78	Split-Half	443	3.89	.63
			Spearman-Brown	443		.77
Escala total	.86	.85	-	-	-	-

Finalmente, analisámos a associação estatística entre cada um dos factores e a escala total. Os valores obtidos, significativos e elevados, atestam a coerência interna do instrumento (ver tabela 7).

Tabela 7

Matriz de Correlação Entre Factores, e Entre os Factores e a Escala Global

	Factor 1: ES negativa	Factor 2: ES positiva	ES global
Factor 1: ES negativa	1		
Factor 2: ES positiva	-.51**	1	
ES global	-.89**	.85**	1

** $p < .01$

Para caracterizar e definir cada um dos factores obtidos, desenvolvemos uma análise do significado teórico dos seus itens. Esta análise baseou-se também na versão original da escala. O factor 1, que contém os 10 itens de significado negativo (com cargas factoriais entre .71 e .32), constitui um indicador de estima de si negativa. Diz respeito a um julgamento crítico negativo da pessoa sobre determinadas características ou comportamentos seus (Exs.: “Muitas vezes aborreço-me comigo próprio pelas coisas que faço” ou “Acho que sou nervoso e tenso”).

O factor 2 integra todos os itens de significado positivo (com cargas factoriais entre .72 e .36), podendo definir-se sob o desígnio de estima de si positiva. Traduz uma apreciação positiva da pessoa sobre determinadas características ou comportamentos seus (Exs.: “Eu sou otimista” ou “Estou contente com os meus resultados profissionais/escolares”).

Características Sociodemográficas da Amostra e Auto-estima

Procurámos, em primeiro lugar, confirmar a existência de diferenças entre géneros. Contudo, na presente amostra não obtivemos diferenças significativas entre homens e mulheres, quer na estima de si global, $t_{(457)} = 0.08$, $p = .94$, quer nas dimensões positiva, $t_{(457)} = 0.85$, $p = .40$, e negativa, $t_{(457)} = 0.98$, $p = .37$.

Também no que se refere à idade, não obtivemos correlações significativas com a estima de si global ($r = -.03$, $p = .48$) ou a dimensão negativa da estima de si ($r = .07$, $p = .11$). Encontrámos somente uma correlação positiva fraca com a dimensão positiva ($r = .11$, $p = .02$), no sentido de um aumento gradual com a idade. Ao analisarmos esta associação, por género, ela apenas se mantém nas mulheres ($r = .14$, $p = .03$).

Após a recodificação da variável idade em três grupos, obtivemos diferenças significativas por meio da análise de variância, na estima de si global ($F_{\text{Brown-Forsythe}}(2, 448.43) = 6.93, p < .01$). Comparações *post-hoc* de pares de médias com recurso ao teste Games-Howell (utilizado pela ausência de homogeneidade de variância nos grupos, atestada pelo teste de Levene) mostram que as diferenças recaem entre o grupo dos 18 aos 28 anos e o grupo dos 29 aos 41 anos ($p < .01$), obtendo os segundos médias significativamente superiores (respectivamente, 1.66 e 2.05).

A mesma análise, por géneros, revela a presença de diferenças significativas, nos homens ($F(2, 223) = 7.19, p < .01$); nas mulheres, não existem diferenças ($F(2, 230) = 1.00, p = .37$). Comparações *post-hoc* de pares de médias com recurso ao teste Gabriel (escolhido devido à existência de homogeneidade de variância, segundo o teste de Levene, e por se tratar de grupos de dimensão ligeiramente diferente) indicam que os homens entre os 18 e os 28 anos possuem uma estima de si positiva média significativamente inferior à dos homens entre os 29 e os 41 anos de idade ($p < .01$), mas não à dos homens mais velhos ($p = .32$).

A análise da variável estado civil (casados/ não casados) demonstrou que os participantes casados apresentam valores médios de estima de si mais elevados ($M = 1.99; DP = 0.87$) que os não casados ($M = 1.73; DP = 1.00$), [$t(350) = -2.57, p = .01$]. Se considerarmos a variável género, esta diferença apenas se mantém nos homens [$t(178) = -2.34, p = .02$].

Finalmente, os resultados da análise de variância demonstram uma associação entre estima de si e habilitações académicas, $F(2, 447) = 5.40, p < .01$. Comparações *post-hoc* de pares de médias com recurso ao teste Hochberg (escolhido pela confirmação da homogeneidade de variância, segundo o teste de Levene, e por se tratar de grupos de dimensão muito diferente) mostram que os participantes com ensino superior possuem, em média, uma estima de si significativamente mais elevada que os participantes com escolaridade inferior ($p < .05$), não tendo sido encontradas outras diferenças.

Discussão

Os resultados obtidos, numa análise factorial exploratória, vão em sentido idêntico às conclusões de Marsh (1996), Lindwall et al. (2003), e Nunes et al. (sd), de que os itens positivos e negativos de uma escala desencadeiam processos de resposta diferenciados, que se “perdem” pelo recurso à inversão dos itens, como forma de cotação e obtenção dos valores da escala. Ainda que o conceito, em si, esteja amplamente definido, a forma como é integrado no processo identitário individual, resulta em informações diferenciadas, e a categorização como estado (Greenier, Kernis, & Waschull, 1995), permite uma análise mais aprofundada e qualitativamente mais “rica”. Para além da avaliação singular e padronizada do resultado global (baixo/elevado), as dimensões positiva e negativa possibilitam uma abordagem integrada e mais completa, como sugere Mruk (2006). Acrescidamente, a análise da relação positivo/ negativo permite uma aproximação à proposta de Kernis (2005) sobre uma estima de si optimal. Os valores satisfatórios, em termos da fidelidade da escala, asseguram uma coerência interna, entre os itens, que sustenta a perspectiva teórica assumida.

Quanto aos resultados da comparação de grupos face às características socio-demográficas da amostra, contrariamente às conclusões na literatura (Byrne, 2000; Kling et al, 1999; Ponsoda et al, 2008), não existem diferenças entre homens e mulheres. O facto de as diferenças respeitarem, especificamente, certos domínios da estima de si (Gentile et al, 2009), pode contribuir para a explicação dos resultados encontrados.

No que respeita a variável idade, os dados que apontam para valores de estima de si inferiores, nos participantes mais novos, vão de acordo com os resultados da investigação (Lall, Jain, & Johnson, 1996; Roberts & Bengtson, 1996). Robins e Trzesniewski (2005) referem, inclusivamente, a diminuição da estima de si nas pessoas de mais idade.

O estado civil, nas mulheres, não apresentou relação com a estima de si (Borzumato-Gainey, et al, 2009), apesar de, no caso dos homens, essa associação ser evidenciada. Pass, Lindenberg, e Park (2010) demonstraram a importância do estatuto e da competência para a estima de si masculina,

podendo esta ser, inclusivamente, analisada como um “monitor relacional” (p. 231), enquanto Higgins, Mullinax, Trussell, Davidson, e Moore (2011) evidenciaram o papel predictor da estima de si, nos homens, da sua satisfação sexual (fisiológica). Estando a estabilidade relacional também associada a essa satisfação (Higgins et al., 2011), segundo os mesmos autores, tal poderá ajudar a compreender os nossos resultados.

Finalmente, no que concerne as habilitações académicas, os dados confirmam a existência de uma maior estima de si nos participantes com maior nível de escolaridade. A meta-análise de Twenge e Campbell (2002) demonstrou o efeito da variável educação sobre a estima de si, sublinhando os autores a importância das escolhas e das decisões intencionais.

Conclusão

Os conhecimentos acerca da estima de si e da sua importância ao longo do ciclo de vida, pelas suas funções de regulação e promoção de crescimento, justificam a continuidade da investigação e o desenvolvimento de instrumentos cada vez mais discriminativos e rigorosos, que possam contribuir para a complexificação dos modelos teóricos sobre estima de si. De acordo com Robins e Trzesniewski (2005), as mudanças na estima de si, ao longo do ciclo de vida, demonstram a importância do *self* como uma variável psicológica com função de organização e orientação do comportamento, no sentido de novos desafios. As suas implicações ao nível da saúde mental, quer directamente quer como moderadora de outros processos, implica um maior aprofundamento.

A versão reduzida da escala de estima de si, S.E.R.T.H.UAL, composta por 20 itens, conserva a estrutura factorial da versão original, apresentando propriedades psicométricas com valores satisfatórios, nomeadamente ao nível da validade e da fidelidade.

A similitude com a S.E.R.T.H.UAL-60 constitui um indicador da robustez da escala e dos itens que a compõem, o que torna a versão reduzida adequada para aplicação à população portuguesa. Contudo, afigura-se como necessária uma análise confirmatória da sua estrutura. Tendo sido possível determinar, através da ACP exploratória, que a estrutura bifactorial da versão original se mantém nesta versão reduzida, a análise

confirmatória possibilitaria a aplicação *a priori* dessa estrutura, a diferentes amostras. Este procedimento permitirá, como refere Sharma (1996) a verificação empírica dos dados agora reportados conferindo, simultaneamente, maior robustez psicométrica à escala. Para além desse aspecto, afigura-se a necessidade de conferir validade externa à escala. Os resultados obtidos com a presente amostra, em certa medida distintos dos referidos na literatura, requerem comprovação com outras variáveis, demográficas e/ou clínicas. A S.E.R.T.H.UAL constitui deste modo um instrumento com robustez psicométrica para aplicação em estudos futuros, nomeadamente, na mensuração da estima de si na população adulta.

Referências

- Barker, D. (2007). Antecedents of stressful experiences: Depressive symptoms, self-esteem, gender, and coping. *International Journal of Stress Management*, 14, 333-349. doi: 10.1037/1072-5245.14.4.333.
- Bernichon, T., Cook, K., & Brown, J. (2003). Seeking self-evaluative feedback: The interactive role of global self-esteem and specific self-views. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84(1), 194-204. doi: 10.1037/0022-3514.84.1.194.
- Borzumato-Gainey, C., Kennedy, A., McCabe, B., & Degges-White, S. (2009). Life satisfaction, self-esteem, and subjective age in women across the life span. *Adultspan: Theory, Research & Practice*, 8, 29-42. doi: 10.1002/j.2161-0029.2009.tb00055.x.
- Byrne, B. (2000). Relationships between anxiety, fear, self-esteem, and coping strategies in adolescence. *Adolescence*, 35, 201-215.
- Bjørkvik, J., Biringer, E., Eikeland, O. J., & Nielsen, G. H. (2009). Self-esteem and interpersonal functioning in psychiatric outpatients. *Scandinavian Journal of Psychology*, 50, 259-265. doi: 10.1111/j.1467-9450.2009.00709.x.
- Bushman, B., Baumeister, R., Thomaes, S., Ryu, E., Begeer, S., & West, S. (2009). Looking again, and harder, for a link between low self-esteem and aggression. *Journal of Personality*, 77(4), 427-446. doi: 10.1111/j.1467-6494.2008.00553.x.
- Butler, J. & Haigh, G. (1954). Changes in the relation between self-concepts and ideal concepts consequent upon client-centered counseling. In C. Rogers &

- R. Dymond (Eds.) *Psychotherapy and Personality Change* (pp. 55-75). Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Caputo, R. (2012). Patterns and predictors of debt: A panel study, 1985-2008. *Journal of Sociology & Social Welfare*, 39(2), 7-29.
- Coll, C., Marchesi, A., & Palacios, J. (2004). *Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar* (2ª ed.). Porto Alegre, Brasil: Artmed.
- Cooley, C. H. (1902). *Human nature and the social order* (7ª ed.). New York, NY: Charles Scribner's Sons.
- Coopersmith, S. (1967). *The antecedents of self-esteem*. São Francisco, CA: W.H. Freeman.
- Crocker, J. & Park, L. (2004). The costly pursuit of self-esteem. *Psychological Bulletin*, 130, 392-414. doi: 10.1037/0033-2909.130.3. 392.
- Chu, Y. (2002). The relationships between domain-specific self-concepts and global self-esteem among adolescents in Taiwan. *Bulletin of Educational Psychology*, 33, 103-124.
- Duclos, G. (2004). *A auto-estima: Um passaporte para a vida*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS* (3rd ed.). London, UK: Sage.
- Fonseca, M., Santos, R., Tap, P., & Vasconcelos, M. L. (2004). Saúde, precariedade e vulnerabilidade psicossocial: Análise da auto-estima em função da situação económica, do sexo e da idade. In J. L. Pais-Ribeiro & I. Leal (Eds.). *A psicologia da saúde num mundo em mudança* (pp. 67-72). Lisboa: ISPA.
- Fowler, H., & Fowler, F. (1974). *Decancise Oxford dictionary English* (5th ed.). Oxford: Oxford at the Clarendone Press.
- Forsyth, D., Lawrence, N., Burnette, J., & Baumeister, R. (2007). Attempting to improve the academic performance of struggling college students by bolstering their self-esteem: An intervention that backfired. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 26, 447-459.
- Foster, J., Kernis, M., & Goldman, B. (2007). Linking adult attachment to self-esteem stability. *Self and Identity*, 6, 64-73. doi: 10.1080/15298860600832139.
- Geller, J., Brown, K. E., & Srikameswaran, S. (2011). The efficacy of a brief motivational intervention for individuals with eating disorders: a randomized

- control trial. *International Journal of Eating Disorders*, 44, 497–505. doi: 10.1002/eat.20847.
- Gentile, B., Grabe, S., Dolan-Pascoe, B., Twenge, J., Wells, B., & Maitino, A. (2009). Gender differences on domain specific self-esteem: A meta-analysis. *Review of General Psychology*, 13(1), 34-45. doi: 10.1037/a0013689.
- Gracia, E., & Herrero, J. (2004). Personal and situational determinants of relationship-specific perceptions of social support. *Social Behavior and Personality*, 32, 459-476.
- Greenier, K., Kernis, M. H., & Waschull, S. B. (1995). Not all high (or low) self-esteem people are the same. Theory and research on stability of self-esteem. In M. Kernis (Ed.). *Efficacy, agency, and self-Esteem* (pp. 51-71). New York: Plenum Press.
- Harter, S. (1993). *Construction of the self: A developmental perspective*. New York, NY: Guilford Press.
- Helson, R., & Wink, P. (1992). Personality change in women from the early 40s to the early 50s. *Psychology and Aging*, 7, 46-55.
- Heppner, W., Kernis, M., Nezlek, J., Foster, J., Lakey, C., & Goldman, B. (2008). Within-person relationships among daily self-esteem, need satisfaction, and authenticity. *Psychological Science*, 19, 1140-1145. doi: 10.1111/j.1467-9280.2008.02215.x.
- Higgins, J., Mullinax, M., Trussell, J., Davidson, K., & Moore, N. (2011). Sexual satisfaction and sexual health among university students in the United States. *American Journal of Public Health*, 101, 1643-1654. doi: 10.2105/AJPH.2011.300154.
- James, W. (1890). *The principles of psychology*. Retrieved from <http://psychclassics.asu.edu/james/Principles/prin10.htm>
- Jarry, J. (2010). Core conflictual relationship theme – guided psychotherapy: Initial effectiveness study of a 16-session manualized approach in a sample of six patients. *Psychology and Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, 83, 385-394. doi: 10.1348/147608310X486093.
- Kernis, M. (2005). Measuring self-esteem in context: the importance of stability of self-esteem in psychological functioning. *Journal of Personality*, 73(6), 1-37. doi: 10.1111/j.1467-6494.2005.00359.x.

- Kernis, M., Lakey, C., & Heppner, W. (2008). Secure versus fragile high self-esteem as a predictor of verbal defensiveness: Converging findings across three different markers. *Journal of Personality*, 76, 477-512. doi: 10.1111/j.1467-6494.2008.00493.x.
- Kline, P. (1998). *The new psychometrics. Science, psychology and measurement* (pp. 51-69). London, UK: Routledge.
- Kling, K., Hyde, J., Showers, C., & Buswell, B. (1999). Gender differences in self-esteem: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 125, 470-500. doi: 10.1037/0033-2909.125.4.470.
- Kwan, V., John, O., & Thein, S. (2007). Broadening the research on self-esteem: A new scale for longitudinal studies. *Self and Identity*, 6, 20-40. doi: 10.1080/15298860600753087.
- Lall, R. M., Jain, V., & Johnson, W. (1996). Contemporary norms for the Coopersmith self-esteem inventory – Adult form. *Perceptual and Motor Skills*, 82, 1136-1138. doi: 10.2466/pms.1996.82.3c.1136.
- Leary, M., & Baumeister, R. F. (2000). The nature and function of self-esteem: Sociometer theory. *Advances in Experimental Social Psychology*, 32, 1-62.
- Levaux, M-N, Vezaro, J., Larøi, F., Offerlin-Meyer, I., Danion, J. M., & Van der Linden, M. (2009). Cognitive rehabilitation of the updating sub-component of working memory in schizophrenia: A case study. *Neuropsychological Rehabilitation*, 19, 244-273. doi:10.1080/09602010802091829.
- Lindwall, M., Barkoukis, V., Grano, C., Lucidi, F., Raudsepp, L., Liukkonen, J., & Thøgersen-Ntoumani, C. (2012). Method effects: The problem with negatively versus positively keyed items. *Journal of Personality Assessment*, 94, 196-204. doi: 10.1080/00223891.2011.645936.
- Mann, M., Hosman, C., Schaalma, H., & de Vries, N. (2004). Self-esteem in a broad-spectrum approach for mental health promotion. *Health Education Research: Theory & Practice*, 19,357-372. doi: 10.1093/her/cyg041.
- Marsh, H. W. (1996). Positive and negative global self-esteem: A substantively meaningful distinction or artifactors? *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 810-819. doi: 10.1037/0022-3514.70.4.810.

- Mruk, C. (2006). *Self-esteem research, theory, and practice: Toward a positive psychology of self-esteem* (3rd ed.). New York, NY: Springer Publishing Company.
- Nunes, O., Tap, P., Pires, M., Brites, R., Pires, P., & Laneiro, T. (sd). *Manual da Escala da Estima de Si – S.E.R.T.H.UAL*. Manuscrito não publicado.
- Oubrayrie, N., Safont, C., & Tap, P. (1991). Identité personnelle et intelligence sociale. A propos de l'estime de soi (sociale). *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 9/10, 63-76.
- Pais-Ribeiro, J. L. (2008). *Metodologia de investigação em psicologia e saúde* (2^a ed.). Porto: Legis Editora/ Livpsic.
- Pallant, J. (2005). *SPSS survival manual: A step by step guide to data analysis using SPSS for Windows*. (2nd ed.). Sidney, Australia: Allen & Unwin.
- Pasquali, L. (1999). *Instrumentos psicológicos: Manual prático de elaboração*. Brasília, Brasil: DF-Laboratório de Pesquisa em Psicologia.
- Pass, J., Lindenberg, S., & Park, J. (2010). All you need is love: Is the sociometer especially sensitive to one's mating capacity? *European Journal of Social Psychology*, 40, 221–234. doi: 10.1002/ejsp.619.
- Ponsoda, V., Abad, F., Francis, L., & Hills, P. (2008). Gender differences in the Coopersmith self-esteem inventory. *Journal of Individual Differences*, 29, 217-222. doi: 10.1027/1614-0001.29.4.217.
- Pyszczynski, T., Greenberg, J., Solomon, S., Arndt, J., & Schimel, J. (2004a). Why do people need self-esteem? A theoretical and empirical review. *Psychological Bulletin*, 130, 435-468. doi: 10.1037/0033-2909.130.3.435.
- Pyszczynski, T., Greenberg, J., Solomon, S., Arndt, J., & Schimel, J. (2004b). Converging toward an integrated theory of self-esteem: reply to Crocker and Nuer (2004), Ryan and Deci (2004), and Leary (2004). *Psychological Bulletin*, 130, 483-488.
- Roberts, R., & Bengtson, V. (1996). Affective ties to parents in early adulthood and self-esteem across 20 years. *Social Psychology Quarterly*, 59, 96-106.
- Robins, R., & Trzesniewski, K. (2005). Self-esteem development across the lifespan. *Current Directions in Psychological Science*, 14, 158-162.

- Robins, R., Trzesniewski, K., Tracy, J., Gosling, S. & Potter, J. (2002). Global self-esteem across the life span. *Psychology and Aging*, 17, 423-434. doi: 10.1037/0882-7974.17.3.423.
- Roepke, S., Schröder-Abé, M., Schütz, A., Jacob, G., Dams, A., Vater, A., Rüter, A., Merkl, A., Heuser, I., & Lammers, C. H. (2011). Dialectic behavioural therapy has an impact on self-concept clarity and facets of self-esteem in women with borderline personality disorder. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 18, 148–158. doi: 10.1002/cpp.684.
- Rosenberg, M. (1979). *Conceiving the Self*. New York, NY: Basic Books.
- Schaffer, H. R. (1999). *Desenvolvimento social da criança*. (F. D. Antunes, Trans.) Lisboa: Edições Piaget. (Obra original publicada em 1996).
- Schimel, J., Arndt, J., Pyszczynski, M. e Greenberg, J. (2001). Being accepted for who we are: Evidence that social validation of the intrinsic self reduces general defensiveness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 80, 35-52. doi: 10.1037//0022-3514.80.1.35.
- Schmitt, D. & Alik, J. (2005). Simultaneous administration of the Rosenberg self-esteem scale in 53 nations: Exploring the universal and culture-specific features of global self-esteem. *Journal of Personality and Social Psychology*, 89, 623-642. doi: 10.1037/0022-3514.89.4.623.
- Sharma, S. (1996). *Applied multivariate techniques*. New York, NY: John Wiley & Sons, Inc.
- Shiovitz-Ezra, S., Leitsch, S., Graber, J., & Karraker, A. (2009). Quality of life and psychological health indicators in the national social life, health, and aging project. *The Journals of Gerontology: Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 64B(Suppl. 1), 130–137. doi: 10.1093/geronb/gbn020.
- Sira, N., & White, C. P. (2010). Individual and familial correlates of body satisfaction in male and female college students. *Journal of American College Health*, 58, 507-514. doi: 10.1080/07448481003621742.
- Smith, R. (1989). Effects of coping skills training on generalized self-efficacy and locus of control. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 228-233. doi: 10.1037/0022-3514.56.2.228.
- Steiger, A., Allemand, A., Robins, R., & Fend, H. (2014). Low and decreasing self-esteem during adolescence predict adult depression two decades later.

Journal of Personality and Social Psychology, 106, 325–338. doi: 10.1037/a0035133.

Stinson, D., Logel, C., Zanna, M., Holmes, J., Cameron, J., Wood, J., & Spencer, S. (2008). The cost of lower self-esteem: testing a self- and social-bonds model of health. *Journal of Personality and Social Psychology*, 94, 412-428. doi: 10.1037/0022-3514.94.3.412.

Symister, P., & Friend, R. (2003). The influence of social support and problematic support on optimism and depression in chronic illness: a prospective study evaluating self-esteem as a mediator. *Health Psychology*, 22, 123-129. doi: 10.1037/0278-6133.22.2.123.

Twenge, J., & Campbell, W. K. (2002). Self-esteem and socioeconomic status: A meta-analytic review. *Personality and Social Psychology Review*, 6, 59–71. doi: 10.1207/s15327957pspr0601-3.

Webster, J., & Tiggemann, M. (2003). The relationship between women's body satisfaction and self-image across the life span: The role of cognitive control. *The Journal of Genetic Psychology*, 164, 214-252. doi: 10.1080/00221320309597980.



Águas passadas que movem moinhos: Uma reflexão sobre a importância da história para a gestão e a psicologia das organizações

Passed waters moving mills: A reflection on the importance of history for the management and organizational psychology

Miguel Pereira Lopes¹
Albino Pedro Anjos Lopes²

PSIQUE – ISSN 1647-2284 – N.º 10 – Janeiro-Dezembro 2014 – pp. 39-49

Recebido em 14/02/2014; aceite em 23/04/2014

“Why aren’t we teaching management history?”
Smith (2007, p. 529)

Resumo

O presente artigo pretende apresentar as vantagens do conhecimento histórico por parte de quem gere pessoas e organizações, em particular os psicólogos organizacionais, pelo papel que desempenham no apoio à gestão. Neste sentido, o artigo enuncia as principais vantagens dessa abordagem histórica, discutindo em seguida as limitações e desafios que

¹ Professor Auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP/ULisboa) e Investigador Integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP). Portugal. E-mail: mplopes@iscsp.ulisboa.pt.

² Professor Catedrático no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP/ULisboa) e Investigador Integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP). Portugal. E-mail: alopes@iscsp.ulisboa.pt.

a mesma encerra. A título ilustrativo, é ainda apresentado o caso da Administração Pombalina como exemplo do que podemos beneficiar em termos do conhecimento e análise crítica da nossa história pátria. No final, o leitor encontrará uma súmula conclusiva.

Palavras-chave: história na gestão; abordagem histórica; Marquês de Pombal.

Abstract

The present article aims to present the advantages of a historical perspective for those who manage people and organizations, particularly organizational psychologists, given their role in support for management. As such, the article outlines the key advantages of that historical approach, discussing the limitations and challenges it faces. The manuscript also presents the case of the Administration of the Marquis of Pombal, as an example of how much we could benefit from a critical analysis of one's country's history. At the end, we present a conclusive section.

Key Words: management history; historical approach; Marquis of Pombal.

Este artigo pretende sensibilizar os estudiosos e profissionais da psicologia das organizações e da gestão para a necessidade e vantagens de se aprender a gerir com base nos ensinamentos da história, entendida esta num sentido lato e que abarca a história de civilizações, povos, culturas, instituições, organizações, ou até estórias concretas muito variadas. Um trabalho recentemente publicado na revista *Management & Organizational History* analisou a crise do final da República Romana relativamente à forma como os governantes eram remunerados e como as actividades organizacionais eram reguladas e geridas, e concluiu que existem muitos paralelismos entre esses factos e os que estamos a viver na actual crise económica (Vanderbroeck, 2012), tais como um sistema de governança que consistia num grupo oligárquico de executivos e de gestores de segunda

linha, o recrutamento a partir de uma elite de indivíduos e a influência dos acionistas nas decisões de gestão.

A constatação de Vanderbroeck (2012) não é exaustiva dos paralelismos que existem na história e que poderão ajudar os gestores a tomar decisões mais informadas, acertadas e criativas. Na verdade, e talvez por essa razão, a história não tem estado totalmente ausente dos programas de formação em gestão, como atesta o conhecido método dos “estudos de caso” (Clark & Rawlinson, 2004; Smith, 2007). Contudo, não só esta presença é exígua tendo em conta a totalidade dos conteúdos formativos nas áreas da gestão, como os próprios “casos” são muitas vezes e, paradoxalmente, desenquadrados da realidade histórica e cultural de quem os analisa.

O presente artigo pretende, pois, chamar a atenção para a vantagem do conhecimento histórico por parte de quem gere pessoas e organizações, em particular os psicólogos organizacionais pelo papel que desempenham no apoio à gestão. Para tal, o texto começa por enunciar algumas dessas vantagens, discutindo em seguida as limitações e desafios que a mesma abordagem encerra. Depois disso, será apresentado o caso da Administração Pombalina como exemplo do que podemos beneficiar em termos do conhecimento e análise crítica da nossa história pátria. No final, o leitor encontrará uma súmula conclusiva.

Estudos Históricos na Gestão e nos Estudos Organizacionais: Vantagens

Como defende Lawrence (1984), a actual “cultura de progresso” leva a que as pessoas tendam a olhar mais para o futuro do que para o passado. No entanto, como postula Wren (1987, p. 339), “através do estudo da evolução do pensamento da gestão, os gestores e estudantes da gestão moderna podem ficar mais equipados para enfrentar um mundo em mudança”. O grande argumento de Wren (1987) é o de que a história pode ser um veículo muito valioso para aprendermos com os erros do passado e que essas lições podem permitir planificar de forma mais eficaz o progresso a partir do ponto em que nos encontramos. O mesmo tem sido reconhecido acerca de um campo de estudo quase ignorado nos dias de hoje, e que

podemos designar de psico-história (Neto & Marujo, 2013). É então caso para perguntar, como o fez Smith (2007), citado na abertura deste artigo, porque é que a história tem sido marginalizada nos estudos da gestão e da psicologia e comportamento organizacional?

Zald (1993) argumenta que tal desinteresse pela história nos estudos organizacionais se deve em grande parte ao facto dos estudiosos da gestão terem pretendido seguir de forma bastante acrítica os paradigmas positivistas das chamadas ciências “naturais”, esquecendo que as relações humanas são historicamente situadas e contextualizadas e que, como tal, não universais ou universalizáveis. Em concreto, Zald (1993) distingue o que chama de “modelo engenheirista” de um “modelo esclarecido³”. Enquanto o primeiro modelo vê a gestão numa óptica aplicada de resolução de problemas, o segundo aproxima-se das humanidades e vê a gestão como um agente de regulação social.

De acordo com tal “modelo esclarecido”, muito mais próximo das ciências sociais e humanas como a psicologia e a psicologia organizacional, torna-se necessário compreender o contexto histórico-temporal em que os actos de gestão ocorrem e não procurar leis universais ou aplicáveis independentemente da história ou da cultura da organização. Dito de outro modo, ao invés de ver a gestão e os estudos da psicologia organizacional como um empreendimento essencialmente científico, vê-los como um empreendimento predominantemente humanista. E assim sendo, a questão que se coloca é: quais são efectivamente as vantagens que uma abordagem historicamente centrada da gestão pode oferecer aos gestores de hoje?

Em primeiro lugar, uma abordagem histórica pode ajudar os gestores a reconhecerem que não há leis universais e que, como tal, só incorporando a história da organização e dos países em que ela opera é que se podem desenhar práticas eficazes de gestão (Clark & Rowlinson, 2004). Embora muitos gestores sintam que a gestão é tanto “arte”/“humanidade” como “ciência”, as escolas que formam gestores continuam a acentuar o para-

³ *Enlightenment* no original. Este termo poderia ser traduzido por “iluminista”, mas Zald chama a atenção para o sentido que lhe quer dar e que o afasta da ideia do movimento do iluminismo, pelo que se opta aqui por uma tradução de substância mais do que textual.

digma universalista da ciência, como o principal. Este paradigma, contudo, não leva em conta o facto das culturas organizacionais serem “historicamente fundadas” (Clark & Rowlinson, 2004, p. 344), o que significa que essas culturas organizacionais não se podem desconectar da história da organização e do contexto em que se inserem.

Em segundo lugar, o conhecimento histórico pode ajudar os gestores a pensarem em explicações alternativas para os fenómenos, alargando o seu campo de análise e criatividade (cf. Smith, 2007). Mesmo que a história não se repita factualmente, como discutiremos em maior detalhe na secção seguinte deste texto, a presença ou repetição de padrões e tendências podem existir e inspirar estratégias novas de acção.

Em terceiro lugar, e como referido acima, a história pode ser fundamental para que os gestores não cometam erros já feitos no passado. Como refere Smith (2007, p. 526), citando outros, “os gestores fazem muitas vezes coisas absolutamente estúpidas que não têm de fazer, nem teriam feito, se simplesmente conhecessem mais sobre toda a sequência histórica”. A história pode informar-nos “como nos tornámos o que somos, porque temos estado onde estamos, e onde pretendemos estar” (Smith, 2007, p. 526). Os gestores e as organizações que não compreenderem a importância crítica da história, como forma de aprendizagem e inovação, terão dificuldades em triunfar.

Em quarto lugar, a história é o veículo através do qual os membros de um determinado grupo ou organização dão sentido (*sensemaking*) ao que lhes acontece (Weick, 1995). Conhecendo e valorizando a história, os gestores poderão fazer dela uma ferramenta poderosa para o reforço da cultura e da identidade organizacional. Isto explica o também recente eclodir do interesse nos processos de *storytelling* ou da investigação através do método das narrativas, quer no contexto académico, quer nos livros populares da gestão.

Por fim, o conhecimento histórico tem também um efeito de aprendizagem inspiracional, uma vez que permite muitas vezes a “aprendizagem vicariante”, ou seja, por modelagem e reforço positivo. Ao valorizar e divulgar determinadas “estórias” da história de uma organização, país, ou Era, os gestores podem transmitir mensagens que impactam no compor-

tamento dos colaboradores. Para tal, é determinante o conhecimento da história e das estórias, tornando clara a necessidade premente de alargar o conhecimento que os gestores têm neste domínio (D'Iribarne, 1989). Compreender de onde veio o carisma de grandes líderes como Nelson Mandela ou Mahatma Gandhi pode inspirar-nos e tornar-nos mais líderes pelos valores (Bligh & Robinson, 2010; Cascio & Luthans, 2014).

Em suma, o conhecimento crítico da história constitui uma arma poderosa que os psicólogos organizacionais e os gestores podem utilizar na prossecução dos seus objectivos pessoais, organizacionais e sociais. Contudo, a própria natureza do conhecimento historiográfico impõe também limites e desafios à utilização da história em geral, e no campo da história em gestão, em particular.

Estudos Históricos na Gestão e nos Estudos Organizacionais: Limitações e Desafios

A utilização da história passada para resolver problemas actuais contém, contudo, limitações e desafios. Uma das limitações é o anacronismo (Jacques, 2006), ou seja, a consideração descontextualizada dos factos históricos. Booth e Rowlinson (2006) discutem este problema utilizando a analogia das conhecidas séries animadas os *Flinstones* e os *Simpsons*. O anacronismo dos *Flinstones* está bem patente no facto de viverem na Idade da Pedra mas numa sociedade com hábitos e costumes idênticos aos dos meados do Século XX nos EUA (como, por exemplo, celebrarem o Natal, mesmo antes de Jesus Cristo ter nascido!). O anacronismo dos *Simpsons* é visível no cariz ficcional e atemporal da série onde, por exemplo, os personagens nunca envelhecem mesmo quando passam alguns anos.

A questão que se coloca é pois a de saber se podemos olhar para os acontecimentos do passado com os olhos do presente e retirar ensinamentos de eventos que ocorreram em contextos muito diferentes dos de hoje. De outro modo, em que medida pode afirmar-se que os antigos Romanos tiveram uma crise financeira com elevada paralelismo face à atual, que os Fenícios praticavam “gestão internacional”, que já existiam burocracias há mais de 3000 anos (Jacques, 2006), ou até mesmo que a governação do

Marquês de Pombal se pautou pelas práticas de regulação e governança corporativa hoje em voga (Rodrigues, Ricardino, & Martins, 2009)?

Apesar da justiça e relevância destas questões, a história como ferramenta de gestão mantém a sua pertinência se distinguirmos entre “história por si própria” da “história como informativa” para pensar as práticas de gestão actuais e futuras (Jacques, 2006). Enquanto a primeira, que podemos apelidar de historiografia, tem como principal objectivo descrever de forma crítica os factos históricos, a segunda pretende tão-somente obter *insights* para inovar na gestão actual e futura.

Na mesma linha, Lawrence (1984, p. 307) propõe uma distinção clara entre “perspectiva histórica” e “história”, sendo que a primeira tem como objecto afinar a visão que temos do presente (e não do passado), e a segunda prover a matéria-prima da perspectiva histórica. Dito de outro modo, não se pretende que os gestores se tornem “historiadores”, mas sim que possam conhecer a história para compreenderem o seu presente e para melhor poderem antecipar ou criar um futuro de sucesso.

Em suma, a importância da história e do estudo da história é de grande relevância para a gestão e os gestores. Não obstante os desafios que se colocam face a uma utilização linear da história, é possível perspectivar o seu valor, olhando para a história de outro modo. É precisamente isso que a próxima secção deste texto faz.

Um exemplo histórico: O caso da Gestão Pombalina

Num artigo publicado no *Journal of Management History*, Lopes (2014) analisou a estrutura de governança que liderou a reconstrução da cidade de Lisboa e de outras partes de Portugal logo após o devastador terramoto que assombrou a cidade, a 1 de Novembro de 1755. Ao contrário do pensamento comum que atribui ao Marquês de Pombal todos os “louros” pela magnífica recuperação da cidade depois do terramoto, do *tsunami* e dos incêndios que se sucederam, uma análise cuidada aos escritos históricos leva-nos a uma conclusão muito diferente. Lopes (2014) mostra evidências de que por detrás de uma tão eficiente e grandiosa recuperação pós-catástrofe estiveram várias personalidades que podem ser interpretadas

como representando os três tipos de autoridade de Max Weber (1947) – a autoridade tradicional, a carismática e a burocrático-legal.

Assim, o Rei D. José, bem longe do simples papel de *bon-vivant* com que é normalmente descrito, teve um papel decisivo ao reservar para o papel de decisor último ao qual o Marquês de Pombal teve de submeter as diversas propostas. A importância do rei foi tal que, caso não garantisse a presença da autoridade “tradicional”, o carismático Marquês teria levado Portugal a romper relações com a Santa Sé dez anos antes do que viria a acontecer. Tal papel do rei não anula a direção preponderante de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e depois Marquês de Pombal, que como Ministro do rei D. José encarnou o papel de autoridade “carismática”, com o seu poder visionário sobre o que deveria ser o futuro da cidade de Lisboa.

Tal carisma, contudo, não significa, por sua vez, que o Marquês tenha tido o mérito total da recuperação da cidade. Na verdade, foi uma equipa de engenheiros, liderados pelo General Manuel da Maia, que ficou responsável por apresentar vários planos alternativos para a recuperação da cidade de Lisboa, entre os quais se contavam os seguintes cenários: (1) reconstruir a cidade no mesmo local e com a mesma estrutura de ruas; (2) reconstruir a cidade no mesmo local mas com estradas mais largas; (3) demolir na totalidade as ruínas e reconstruir uma nova cidade no mesmo local com padrões de construção radicalmente diferentes; ou (4) reconstruir uma nova cidade num local diferente nas redondezas. Assim, ao contrário do que muito pensam, não foi o Marquês sozinho que teve a ideia de traçar as avenidas “largas” que hoje temos na cidade de Lisboa, mas sim a sua deliberação sobre uma proposta feita pela autoridade “burocrática” dos “técnicos”, devidamente fundamentadas sobre aspectos racionais. Na verdade, o papel do Marquês foi o de “deliberar”, respeitando a autonomia dos técnicos acerca de assuntos dos quais provavelmente muito pouco saberia e apresenta-los ao rei para “decisão” última.

E o que podemos aprender com a análise desta eficaz forma de governar em tempos de profunda crise? Em primeiro lugar, o caso da governação pós-terramoto de 1755 mostra-nos que, mais do que um líder único (o mito mais persistente na história da gestão, segundo J. March), é uma liderança

de equipa que pode marcar a diferença, indo de encontro às recentes propostas que apelam para a importância de uma “liderança partilhada”. Mas este caso ilustra algo mais. Mostra que é “uma certa forma” de liderança partilhada que parece funcionar em termos de capacidade de transformação social/organizacional. E que forma de organizar a liderança é essa?

Primeiro, que exista uma complementaridade de papéis no que se refere aos níveis de autoridade-tipo, postulados por Max Weber. Foi a presença simultânea de actores que encarnaram cada um dos tipos de autoridade que permitiu o equilíbrio da transformação realizada. Os gestores podem (devem!) retirar daqui a proposta de analisarem se as equipas de liderança das suas organizações contêm de forma equilibrada estes três tipos de autoridade. Um líder carismático não controlado poderá colocar em causa o histórico positivo da organização e eventualmente conduzi-la ao colapso, tal como um líder tradicional, não desafiado por um carismático, poderá barrar toda a inovação que permita à organização prosperar.

Segundo, que cada um dos actores respeite os limites da sua função e da função dos outros. Os líderes que representam a tradição devem deixar os líderes carismáticos trabalhar, desde que não pisem o “risco vermelho” do que a organização considera inviolável na sua essência. Da mesma forma, os líderes carismáticos devem deixar os técnico-burocráticos fazerem o seu trabalho técnico sem se imiscuírem ou influenciarem a formação das propostas, centrando o seu poder exclusivamente no ato de decidir (cf. Lopes, 2012).

Foi da confluência destas formas de liderar que, em apenas vinte anos, Lisboa se reconstruiu como uma das primeiras cidades modernas da Europa e do Mundo. E a obra deste “triumvirato organizacional” não se ficou por aqui. Desde a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, à criação das companhias de comércio no Brasil, ou à criação de um sistema público de ensino, entre muitos outros empreendimentos (Lara, 1981), os feitos desta forma de organizar são evidentes e podem ser simbolicamente representados (sob a visão do escultor Machado de Castro) pela inauguração da estátua equestre, a seis de junho de 1775, com o rei D. José, guiado pelo Marquês, a olhar em direção ao oceano.

Conclusão

Tal como prometido no início deste texto, foram discutidas as vantagens e as limitações de uma abordagem histórica da gestão e da psicologia das organizações. Independentemente da precisão e da objectividade dos factos históricos parece-nos que fica patente a virtude da utilização da história para incrementar a qualidade da gestão em geral, e da gestão das pessoas e da psicologia das organizações em particular. Foi para ilustrar a utilidade desta perspectiva histórica na gestão que sintetizámos uma publicação recente sobre a governação na época Pombalina, e que esperamos tenha sido aliciante para que o leitor possa entusiasmar-se na procura de mais conhecimento historicamente informado sobre a boa forma de gerir.

Referências

- Bligh, M. C., & Robinson, J. L. (2010). Was Gandhi “charismatic”? Exploring the rhetorical leadership of Mahatma Gandhi. *Leadership Quarterly*, 21, 844-855. doi:10.1016/j.leaqua.2010.07.011.
- Booth, C., & Rawlinson, M. (2006). Management and organizational history: Prospects. *Management & Organizational History*, 1(1), 5-30.
- Cascio, W. F., & Luthans, F. (2014). Reflections on the metamorphosis at Robben Island: The role of institutional work and positive psychological capital. *Journal of Management Inquiry*, 23(1), 51-67. doi: 10.1177/1056492612474348.
- Clark, P., & Rowlinson, M. (2004). The treatment of history in organization studies: Towards an ‘Historic Turn’. *Business History*, 46, 331-352. doi: 10.1080/0007679042000219175.
- D’Iribarne, P. (1989). *La logique de l’honneur*. Paris, France: Le Seuil.
- Jacques, S. (2006). History, historiography and organization studies: The challenge and the potential. *Management & Organizational History*, 1(1), 31-49.
- Lara, A. S. (1981.). A política económica do Marquês de Pombal. Separata da Revista. *Economia e Gestão*, 26, 3-16.
- Lawrence, B. A. (1984). Historical perspective: Using the past to study the present. *Academy of Management Review*, 9, 307-312. doi:10.5465/AMR.1984.4277663.
- Lopes, A. (2012), *Fundamentos da Gestão de Pessoas*, Sílabo, Lisboa.

- Lopes, M.P. (2014). Rebuilding Lisbon in the Aftermath of the 1755 Earthquake: Max Weber Revisited. *Journal of Management History*, 20(3), 278-291. doi:10.1108/JMH-07-2013-0032.
- Neto, L. M., & Marujo, H. A. (2013). Das consequências psicológicas do terramoto de 1755 em Lisboa a uma abordagem psico-histórica positiva e integradora. *Estudos Contemporâneos da Subjectividade*, 3, 247-266. Retrieved from <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/view/1267/884>
- Rodrigues, L. L., Ricardino, A., & Martins, S. T. A. (2009). “Corporate governance regulations”: A new term for an ancient concern? The case of Grão Pará and Maranhão General Trading Company in Portugal (1754). *Accounting History*, 14(4), 405-435.
- Smith, G. (2007). Management history and historical context: Potential benefits of its inclusion in the management curriculum. *Academy of Management Learning & Education*, 6, 522-533. doi:10.5465/AMLE.2007.27694952.
- Vanderbroeck, P. (2012). Crises: Ancient and modern understanding an ancient roman crisis can help us move beyond our own. *Management & Organizational History*, 7(2), 113-131.
- Weber, M. (1947). *The theory of social and economic organization* (A. M. Henderson & T. Parsons, Trans.). New York: Oxford University Press.
- Weick, K. (1995). *Sensemaking in organizations*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Wren, D. A. (1987). Management history: Issues and ideas for teaching and research. *Journal of Management*, 13(2), 339-350. Retrieved from <http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=16&sid=b135cd76-3834-4dd7-861e-f3122950047f%40sessionmgr113&hid=117>
- Zald, M. N. (1993). Organization studies as a scientific and humanistic enterprise: Toward a reconceptualization of the foundations of the field. *Organization Science*, 4(4), 513-528. Retrieved from <http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=23&sid=b135cd76-3834-4dd7-861e-f3122950047f%40sessionmgr113&hid=117>



Netporn – Implicações no Tipo de Atitudes Sexuais e Crenças sobre a Violência Sexual

Netporn – Implications for the type of Sexual Attitudes and Beliefs on Sexual Violence

Ana Sofia Semedo Pereira Lopes¹

PSIQUE – ISSN 1647-2284 – N.º 10 – Janeiro-Dezembro 2014 – pp. 51-90

Recebido em 06/02/2014; aceite em 27/05/2014

Resumo

Conduziu-se um estudo com os objetivos de verificar a existência de consumo de pornografia através da internet, numa amostra de alunos e ex-alunos universitários, assim como a implicação deste no tipo de atitudes face à sexualidade e crenças legitimadoras da violência sexual. Participaram 91 sujeitos, 31 homens e 60 mulheres, com idades compreendidas entre os 18 e os 53 anos, sendo a média de idades 33.16 e o desvio padrão de 8.91. Os instrumentos utilizados foram a Escala de Atitudes Sexuais (EAS), Escala de Crenças sobre a Violência Sexual (ECVS) e um Questionário Sociodemográfico. Segundo os resultados, 42.9% dos participantes visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias. Comparados com os participantes que não visualizaram pornografia, os sujeitos que visualizam revelaram atitudes mais permissivas em relação a práticas sexuais ocasionais, de menor convencionalidade, com diversidade e simultaneidade de parceiros, visando somente a obtenção do prazer físico, sem preocupação pelo envolvimento íntimo de partilha psicológica,

¹ Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal. E-mail: a18lopes@hotmail.com.

assim como, uma presença mais significativa de crenças legitimadoras da violência sexual.

Palavras-Chave: pornografia, internet, atitudes sexuais, crenças sobre violência sexual.

Abstract

We carried out a study with a sample of college students and ex-students, in order to verify the existence of internet pornography consumption, as well as the implications this has on the kind of attitudes adopted towards sexuality and on beliefs which legitimize the use of sexual violence. A total of 91 individuals participated in this study, 31 men and 60 women, between the ages of 18 and 53, with an average age of 33.16, and a standard deviation of 8.91. The instruments used were the Sexual Attitudes Scale (SAS), the Sexual Violence Beliefs Scale (SVBS) and a Socio-Demographic Questionnaire. The results revealed that 42.9% of the participants had viewed pornography on the Internet during the last 30 days. When compared with participants who had not viewed pornography, these revealed more permissive attitudes towards casual sexual practices, with less conventionality, and a greater diversity and simultaneity of partners, with the sole aim of obtaining physical pleasure and without concern for an intimate involvement of a psychological nature. There was also a significant difference in the belief in the legitimacy of sexual violence.

Keywords: pornography, internet, sexual attitudes, beliefs about sexual violence.

A internet enquanto sistema global de comunicações implementou uma extensa gama de serviços. A sua comercialização, na década de 1990, resultou na divulgação e incorporação da rede a uma escala internacional em praticamente todos os aspetos da vida humana moderna, incluindo o comportamento sexual (Román, 2000). Segundo o Google, o sexo é a palavra mais procurada nos motores de busca (Cooper, 2004). Igualmente,

a *Economic Times* referiu a pornografia como a fonte mais rentável de receitas geradas na internet (Zaldívar & Díez, 2009).

Estes dados sugerem-nos que o consumo de pornografia através da internet é um aspeto a ter em conta na compreensão da sexualidade humana e na influência que este pode ter nas atitudes e comportamento sexual. Contudo, as investigações realizadas nesta área revelam conclusões contraditórias sobre o impacto da pornografia. Existem estudos que referem efeitos negativos associados ao uso da pornografia, como o desenvolvimento de comportamento aditivo, atitudes e comportamentos de maior permissividade sexual, aceitação de mitos sobre a violência sexual ou impacto negativo nas relações conjugais (ex. Bridges, Bergner, & Hesson-McInnis, 2003; Lo & Wei, 2005; Manning, 2006; Meerkerk, Einjnden, & Garretsen, 2006; Shope, 2004; Wetterneck, Burgess, Short, Smith, & Cervantes, 2012). Por outro lado, outras investigações sugerem efeitos positivos, como o caráter informativo, maior qualidade nos relacionamentos sexuais ou mais atitudes positivas em relação à sexualidade (ex. Hald & Malamuth, 2008; Kutchinsky, 1991; Manning, 2006).

Tendo em conta as possíveis implicações do consumo de pornografia e a aparente discórdia teórica, o entendimento sobre o seu impacto é fundamental na compreensão da sexualidade humana e na influência que este pode ter nas atitudes e no comportamento sexual. No presente trabalho revemos algumas das principais conceções teóricas e investigações realizadas em torno desta temática. Procuramos igualmente, perceber através de um estudo quantitativo, com uma amostra de conveniência, se o consumo de pornografia na internet é algo recorrente e se este pode influenciar os sujeitos ao nível das atitudes face à sexualidade e crenças legitimadoras da violência sexual.

Definição de Pornografia

Ao analisarmos a literatura sobre o tema, verificamos que existe uma grande dificuldade em estabelecer uma definição consensual de pornografia (Ayres & Haddock, 2009; Kingston, Malamuth, Fedoroff, & Marshall, 2009; Manning, 2006). O Dicionário da Língua Portuguesa (2010, p. 1265) refere-a como a “representação de elementos de cariz sexual explícito,

sobretudo quando considerados obscenos, em textos, fotografias, publicações, filmes ou outros suportes”. A pornografia é com frequência descrita como forma desprestigiante de representação sexual artística ou material obsceno, que retrata o homem e a mulher como seres meramente sexuais ou objetos sexuais. Todavia, a definição mais difundida e geradora de maior consenso caracteriza a pornografia como material destinado a produzir excitação sexual (D’Orlando, 2011).

No mundo do entretenimento adulto, o erotismo surge em oposição à pornografia. Flood e Hamilton (2003) distinguiram a pornografia do erótico pela presença de conteúdos explícitos. No entanto, para alguns investigadores as fronteiras nestes dois campos são complexas de definir, existindo circunstâncias históricas, políticas, sociais e culturais, que determinam a variabilidade do que pode ser considerado pornográfico ou erótico num dado momento, para um determinado grupo de pessoas (Viana & Vieira, 2012).

Frequentemente é feita a distinção entre dois tipos principais de pornografia, que se dividem em variadíssimas categorias. O tipo *softcore*, alusivo a imagens de nudez (principalmente feminina), com atividade sexual limitada, implícita, não incluindo a penetração, e o tipo *hardcore*, com imagens de atividade sexual explícita, não simulada, incluindo a penetração (Jensen, 2011). Em Portugal, a Comissão de Classificação de Espetáculos (CCE) classifica como pornográficos os “espetáculos que apresentem, cumulativamente: a) exploração de situações com o objetivo primordial de excitar o espectador; b) baixa qualidade estética”, sendo sub-categorizados no 1º escalão (*hardcore*) “os espetáculos que apresentem uma descrição ostensiva e insistente de atos sexuais realmente praticados com exibição dos órgãos genitais” e no 2º escalão (*softcore*), “os espetáculos que apresentem uma descrição ostensiva e insistente de atos sexuais simulados” (Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1983, p. 803).

O presente trabalho distingue o material erótico do pornográfico, considerando erótica a representação implícita ou simulada dos atos sexuais, bem como a nudez dos corpos. De acordo com o conceito frequentemente difundido em investigações ligadas a esta temática, definimos pornografia como qualquer material sexualmente explícito (imagens; fotografias;

vídeo; áudio; jogos; textos e narrativas; *screensavers*; fundos) com exibição dos órgãos genitais e atos sexuais realmente praticados, com o objetivo de criar excitação sexual no espectador (Fisher & Barak, 2001; Kingston, et al., 2009; Reid, Li, Gilliland, Stein, & Fong, 2011; Short, Black, Smith, Wetterneck, & Wells, 2012).

Características da Pornografia Divulgada na Internet

De todos os meios tecnológicos de comunicação, a internet foi considerada crucial para a proliferação da pornografia (Román, 2000). Este meio tornou-se num local atraente para quem procura conteúdos sexuais, nomeadamente pornográficos, isto em boa parte graças a três principais fatores, referidos também como *Triple-A-Engine*, que incluem a acessibilidade (diversidade de conteúdos acessíveis 24 horas por dia), a disponibilidade (multiplicidade de conteúdos gratuitos) e o anonimato (possibilidade de privacidade no consumo e anonimato nas intercomunicações) (Cooper, Delmonico, & Burg, 2000). Este tipo de material está disponível gratuitamente, com poucas ou nenhuma barreira relacionadas com a idade, ou alguma outra forma de discriminação relativas ao usuário (Cooper et al., 2000).

A pornografia divulgada na internet distingue-se da difundida na imprensa escrita e nos vídeos/DVDs nos seguintes aspetos: a) está disponível através de diversas tecnologias e fontes, existindo textos e narrativas, fotografias, vídeo clipes para download, *screensavers*, fundos pornográficos e web câmaras que enviam imagens ao vivo. Tudo isto é frequentemente oferecido num único site; b) o consumo de pornografia é mais interativo, sendo que alguns sites permitem uma interação em tempo real com o sujeito fotografado ou filmado; c) as linhas entre os consumidores e produtores de pornografia são mais ténues na internet, havendo espaço para a produção e troca de material doméstico ou amador a uma escala maior; d) oferece um maior número de géneros e categorias altamente específicas, por vezes consideradas ilegais ou criminalizadas, não tão evidentes nas produções impressas ou em vídeo (Flood & Hamilton, 2003).

Com efeito, a internet juntamente com os avanços tecnológicos de digitalização da informação reinventou a pornografia. Existem inclusive

duas posições conceptuais que diferenciam a pornografia encontrada na internet. Segundo esta divisão a expressão “*pornografia na internet*” refere-se a uma simples transposição da pornografia comercialmente encontrada em revistas, jornais, canais de televisão ou DVDs para a internet. Já os termos *Netporn* ou *Cyberporn*, contrariam este tipo de material mais *mainstream*, distinguindo-se pelas produções amadoras e por um tipo de pornografia mais independente e alternativa (Paasonen, 2010).

Com aparecimento da internet, uma das mudanças mais significativas foi também a disseminação e intensificação de algumas características da estética grotesca, anteriormente presentes em produções mais restritas, agora amplamente encontradas na produção pornográfica virtual. Alguns dos exemplos dessas características presentes na pornografia contemporânea são os *closes* e *super-closes* (imagens que mostram exageradamente os detalhes dos corpos, especialmente os genitais) (J. L. Júnior, 2011).

Como vimos, a internet é um meio favorável e preterido no consumo de pornografia, redefinindo as múltiplas facetas da sexualidade, ao ponto de alguns autores considerarem-na catalisadora da próxima revolução sexual (Cooper et al., 2000).

Alguns Efeitos do Consumo de Pornografia

A investigação sobre os efeitos do consumo de pornografia é geralmente feita sob algumas perspetivas conceptuais ou filosóficas. Malamuth, Addison e Koss (2000) identificaram três principais perspetivas – liberal, moralista e a feminista anti-pornográfica. Nos últimos anos, surgiu uma nova linha de orientação que expressa a preocupação com as implicações que o consumo de pornografia pode trazer para a saúde pública, nomeadamente, a promoção de práticas sexuais com múltiplo parceiros, o recurso à prostituição, sexo sem preservativo, podendo contribuir para a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis ou para a gravidez não planeada (Wright, 2013).

Para Meerkerk et al. (2006) o uso frequente da internet está associado ao consumo de pornografia, e o consumo de pornografia através da internet pode prever um comportamento compulsivo num espaço de um ano. Segundo estes autores, o uso da internet para gratificação sexual é um

fator de risco considerável para o desenvolvimento do comportamento aditivo. Cooper et al. (2000) consideraram que para alguns indivíduos, nomeadamente para os sujeitos que apresentam previamente problemas comportamentais de compulsão sexual ou certas vulnerabilidades psicológicas (Cooper, Putnam, Planchon, & Boies, 1999), o consumo de pornografia através da internet pode tornar-se problemático, enquanto componente da sexualidade impulsiva, compulsiva e aditiva.

Stack, Wasserman e Kern (2004), num estudo sobre o consumo de pornografia através da internet, verificaram uma correlação significativa nas variáveis infelicidade no casamento, adultério e recurso à prostituição. Já Bergner e Bridges (2000), citados por Bridges et al. (2003) consideraram que para maioria das mulheres, a descoberta do consumo de pornografia do parceiro resulta num substancial efeito negativo no relacionamento. Também Zitzman e Butler (2009) e Lambert, Negash, Stillman, Olmstead, e Fincham (2012) verificaram que o uso compulsivo de pornografia, pelo parceiro do sexo masculino, pode resultar no desenvolvimento de um vínculo relacional de falha e enfraquecimento dos relacionamentos de intimidade, sensação de distanciamento e desconexão dos parceiros, decorrente da percepção do uso de pornografia como um comportamento de infidelidade.

Implicações do Consumo de Pornografia no Tipo de Atitudes Sexuais

Segundo Wright (2012), um dos possíveis efeitos do consumo de pornografia é o aumento da propensão para o comportamento sexual permissivo, em virtude da exibição recorrente de cenas de sexo casual. Num estudo realizado a fim de se verificar esta hipótese, o autor constatou que o comportamento de sexo casual não previu o consumo subsequente de pornografia, mas o consumo de pornografia previu mudanças no comportamento sexual, sendo esta associação mais significativa nos sujeitos avaliados como mais infelizes. Numa investigação longitudinal com dados recolhidos entre 1973 e 2010, Wright (2013) verificou uma associação entre o consumo de pornografia e atitudes positivas em relação ao sexo na adolescência, sexo pré-marital e extraconjugal, bem como, com o envolvimento real

em relações sexuais extraconjugais. O autor verificou igualmente, uma associação entre o consumo de pornografia e a multiplicidade de parceiros sexuais e o recurso à prostituição.

Lo e Wei (2005) elaboraram uma investigação sobre a exposição a pornografia na internet em adolescentes tailandeses, pretendendo averiguar se esta se correlacionava com atitudes, crenças e comportamentos permissivos face ao sexo. Os resultados revelaram uma associação entre a exposição de pornografia e atitudes e comportamentos sexuais permissivos, assim como, a exposição de pornografia através da internet teve uma maior correlação com atitudes sexuais permissivas e maior probabilidade de envolvimento em comportamentos sexuais permissivos, quando comparada com a exposição aos meios tradicionais de pornografia. Já anteriormente, Lo et al. (1999) (citados por Lo & Wei, 2005), num estudo com 1585 estudantes universitário tailandeses, concluíram que a exposição a materiais pornográficos foi um preditor significativo de atitudes sexuais permissivas.

Apesar destes dados, existem investigações que sugerem o consumo de pornografia como benéfico, nomeadamente nas relações de intimidade, havendo algumas evidências que este pode influenciar os sujeitos ao nível das atitudes positivas em relação à sexualidade, servindo de plataforma segura através da qual exploram a atividade sexual (Hald & Malamuth, 2008; Mckee, 2007; Rogala & Tyden, 2003). Com base nestas evidências, o uso de pornografia tem servido como técnica nalguns contextos de terapia de casal (Manning, 2006).

Atitudes/Crenças Legitimadoras da Violência Sexual

Algumas pesquisas recentes têm sugerido a existência de uma relação entre atitudes e comportamentos violentos na intimidade. Schumacher, Feldbau-Kohn, Slep e Heyman, (2001), verificaram que adultos e adolescentes que apresentaram maiores níveis de tolerância face ao abuso tenderam a relatar mais atos violentos perpetrados nos seus relacionamentos de intimidade.

Face à violência sexual, as atitudes estão frequentemente associadas à aceitação de mitos sexuais e a papéis estereotipados de género (Muncsh

& Willer, 2012). Existem estudos que sugerem a persistência de uma cultura e socialização masculina que legitima, minimiza ou desculpabiliza a violência sexual, pelo menos, em determinadas circunstâncias, admitindo que as atitudes tradicionais acerca do gênero podem contribuir para esta forma de violência (Muncsh & Willer, 2012). Byers e Eno (1991) verificaram que os homens que sustentam visões tradicionais acerca dos papéis das mulheres têm tendência a adotar comportamentos mais violentos para com as suas parceiras sexuais.

Atualmente, embora pareça que se caminha para uma visão mais igualitária do relacionamento entre homens e mulheres, somos diariamente inundados por mensagens, nomeadamente nos média, que representam a dominância sexual do homem acompanhada pela submissão sexual da mulher (Dines, 2010). A pornografia não foge à regra, e mesmo algumas das práticas sexuais nem sempre aceitas socialmente, guardam implicitamente condutas e ações consideradas moralistas e coniventes com a orientação sexual normativa. Não obstante a principal intenção da pornografia ser a obtenção de prazer por meio da atividade sexual representada e percebida como real, através da manutenção dos estereótipos de gênero (feminino/masculino, passivo/ativo), este tipo de produção tem sido alvo de críticas pelo uso recorrente de temáticas violentas (ex. Boyle, 2010). No entendimento do autor E. B. S. Júnior (2011) isto justifica-se pela necessidade instintiva de humilhar e desvalorizar a mulher, enquanto processo essencial à autoafirmação e estabilidade da identidade masculina heterossexual. Por meio da prática da violência e da transgressão moral, consolida-se fantasiosamente a identidade heterossexual masculina, associada à virilidade e a uma prática sexual compulsiva. Por esta razão, e segundo o mesmo autor, a pornografia é muitas vezes responsabilizada pelo reforço do duplo padrão sexual e de atitudes ou crenças legitimadoras da violência sexual.

Implicações do Consumo de Pornografia ao Nível das Atitudes/Crenças Legitimadoras da Violência Sexual e Comportamentos Sexualmente Agressivos

Em termos do impacto da pornografia, uma das áreas mais estudadas tem sido os efeitos da pornografia sobre as atitudes e o comportamento

sexual dos homens em relação às mulheres, particularmente no que diz respeito à violência sexual. Neste domínio, a investigação empírica sobre o consumo de pornografia é normalmente dividida em estudos experimentais e correlacionais, de acordo com duas dimensões de estudo – atitudes e crenças legitimadoras da violência sexual e comportamentos sexualmente violentos ou sexualmente agressivos (Flood & Hamilton, 2003).

Em relação ao impacto que a exposição a pornografia pode ter ao nível dos comportamentos sexualmente agressivos, a maioria dos estudos experimentais mostraram um reforço significativo da violência sexual e um aumento na agressividade comportamental após a exposição. (ex. Malamuth & Ceniti, 1985; Malamuth & Check, 1984; Malamuth, Heim, & Feshbach, 1980). Os estudos correlacionais apontam, igualmente para uma associação, nomeadamente quando existe um consumo elevado do tipo violento de pornografia concomitante com certas características da personalidade (ex. Malamuth et al., 2000; Vega & Malamuth, 2007).

No que diz respeito às atitudes e crenças, os resultados dos estudos revelaram uma discordância evidente no corpo da literatura. A maioria dos estudos experimentais mostrou um reforço significativo das atitudes/crenças suportativas da violência sexual (ex. Linz, Donnerstein, & Penrod, 1984; Malamuth & Check, 1981; Zillman & Bryant, 1982). Os estudos correlacionais sobre o uso da pornografia na vida quotidiana e as atitudes/crenças suportativas da violência sexual não revelaram, na sua maioria, qualquer associação ou a associação encontrada foi estatisticamente baixa (ex. Garcia, 1946; Linz, Donnerstein, & Penrod, 1988), mesmo aquando da aplicação de técnicas de síntese ou “meta-análise” (ex. Allen, Emmers, Gebhardt, & Giery, 1995; Fisher & Grenier, 1994; Malamuth et al., 2000).

Em 2010, Hald, Malamuth e Yuen conduziram uma meta-análise para verificarem, relativamente aos estudos não experimentais, a existência de associação entre o consumo de pornografia em sujeitos masculinos e atitudes suportativas da violência contra mulheres. Em contraste com as meta-análises anteriores, os resultados deste estudo mostraram uma associação positiva entre o uso global de pornografia e atitudes suportativas da violência contra mulheres. Além disso, tais atitudes estavam significativamente mais correlacionadas com o uso de pornografia sexualmente

violenta. Segundo os mesmos autores, este estudo resolveu o que parecia ser uma discordância preocupante na literatura sobre a pornografia e as atitudes agressivas, mostrando que as conclusões dos estudos não experimentais na área são consistentes com as encontradas nos estudos experimentais.

Para Malamuth et al. (2000), quando se estudam os efeitos do consumo de pornografia é necessário considerar como importantes variáveis moderadoras a cultura e o meio ambiente dos sujeitos, o ambiente familiar, características e predisposições da personalidade, o conteúdo específico dos estímulos, o atual estado emocional temporário da pessoa e o ambiente em que a exposição ocorreu. Os mesmos autores consideraram ainda particularmente relevante, as características de personalidade, uma vez que os sujeitos com pontuações elevadas em medidas que avaliam aspetos da personalidade associados ao risco de violência ou da agressão sexual, tais como a hostilidade, insensibilidade, falta de empatia ou impulsividade, mostraram efeitos negativos mais pronunciados à exposição a certos materiais sexualmente explícitos, particularmente aqueles que combinam o sexo e a violência.

Objetivos do Estudo

Atendendo a estes dados, nomeadamente à frequência do uso da internet no nosso país (ACEPI, 2012) e o potencial consumo de pornografia que isso pode implicar (ex. Meerkerk et al., 2006), temos como objetivos verificar se existe consumo de pornografia através da internet, numa amostra de estudantes universitários, bem como, se esse consumo se relaciona ou não com o tipo de atitudes face à sexualidade e crenças legitimadoras da violência sexual, tendo em conta as variáveis moderadoras sexo, idade, estado civil, religião, frequência do consumo, tipo e sub-tipo de pornografia consumida.

Método

Participantes

A metodologia quantitativa adotada envolveu a construção de uma amostra de conveniência. Esta amostra foi composta por 91 sujeitos, dos quais 34.1% eram homens e 65.9% eram mulheres, com idades compreendidas entre os 18 e os 53 anos, sendo a média de idades 33.16 e o desvio padrão de 8.91. Na sua maioria, os participantes são estudantes (75.8%), dos quais 30.8% são só estudantes e 45.05% são trabalhadores estudantes. Nesta amostra, dos 91 sujeitos que responderam na íntegra ao questionário sociodemográfico, apenas 88 sujeitos completaram a Escala de Atitudes Sexuais (EAS; Alferes, 1999) e 86 a Escala de Crenças sobre a Violência Sexual (ECVS; Martins, Machado, Abrunhosa, & Manita, 2012).

Instrumentos

Foram utilizados três instrumentos: o questionário sociodemográfico, elaborado para o efeito, a adaptação portuguesa realizada por Alferes (1999) da Escala de Atitudes Sexuais (EAS), de Hendrick & Hendrick (1987) e a Escala de Crenças sobre a Violência Sexual (ECVS) adaptada e aferida por Martins, Machado, Abrunhosa e Manita (2012) a partir da Escala de Crenças sobre Violação (ECV), de Matos, Machado, e Gonçalves (2000).

Questionário Sociodemográfico

O questionário sociodemográfico, elaborado para o presente estudo, foi constituído por 13 questões. As primeiras nove questões permitiram caracterizar os sujeitos quanto ao sexo, idade, estatuto académico, habilitações literárias, estado civil, religião a que pertencem e se são, ou não, praticantes. Interessa-nos saber em que medida este tipo de variáveis pode interferir no consumo de pornografia, à semelhança do que se verificou em investigações anteriormente realizadas (ex. Albrigh, 2008; Baltazar, Helm, MacBride, Hopkins, & Stevens, 2010; Collins et al., 2004; Cooper et al., 2000; Cooper, 2004; Levert, 2007; Lo & Wei, 2002; Stack et al., 2004). As últimas quatro questões pretendem caracterizar os sujeitos quanto ao consumo de pornografia, nomeadamente se visualizaram pornografia na

internet nos últimos 30 dias, a frequência com que o fizeram (em horas por semana), o tipo e o sub-tipo de pornografia que costumam aceder. Atendendo às críticas sobre procedimentos e metodologia utilizados em investigações sobre o uso da pornografia na internet, foi fornecido aos participantes a definição do que consideramos pornografia, quanto ao conteúdo, modo de visualização e função/razão do uso (Fisher & Barak, 2001; Short et al., 2012). Na categorização dos tipos e sub-tipos de pornografia, optamos pelos tipos vulgarmente mais procurados, o hardcore e softcore, bem como, por alguns dos sub-tipos (dada a quantidades exagerada neste domínio) mais acedidos na internet (Flood & Hamilton, 2003).

Escala de Atitudes Sexuais (EAS) de Hendrick e Hendrick (1987) – adaptação portuguesa de Alferes (1999)

A EAS é uma escala do tipo Likert, constituída por 43 itens, cotados de 1 (completamente em desacordo) a 5 (completamente de acordo), à exceção dos itens 19, 29 e 21 nos quais a cotação é invertida (1=completamente de acordo; 2=parcialmente de acordo; 3=não sei/nem concordo nem discordo; 4=parcialmente em desacordo e 5=completamente em desacordo).

Da análise fatorial realizada pela adaptação portuguesa (Alferes, 1999), resultaram cinco dimensões fatoriais: permissividade sexual (itens 1, 3, 5, 7, 9, 11, 15, 17, 27, 29, 37 e 39) refere-se a atitudes concordantes face ao sexo ocasional, sexo sem compromisso e à diversidade e simultaneidade de parceiros; comunhão (itens 4, 10, 16, 20, 22, 25, 26, 30, 36, 38 e 42) refere-se a atitudes relativamente ao sexo como uma experiência sublime de intimidade física e psicológica; prazer físico (itens 6, 12, 18, 31, 32, 40 e 43) refere-se a atitudes face ao sexo enquanto atividade destinada essencialmente à obtenção de prazer físico; responsabilidade sexual (itens 2, 8, 14 e 28) refere-se à responsabilidade face ao planeamento familiar e á importância a educação sexual; e sexo impessoal (itens 13, 19, 21, 23, 24, 33, 34, 35 e 41) refere-se a atitudes face ao sexo como mercadoria. O objetivo desta escala é avaliar as seguintes dimensões atitudinais: permissividade sexual, comunhão, prazer físico, responsabilidade sexual e sexo impessoal.

A percentagem explicada da variabilidade total é de 36.3%, e 14.8%, 8.3%, 5.5%, 4% e 3.7% para os respetivos cinco fatores. Após a rotação Varimax, as contribuições proporcionais dos cinco fatores para a variância explicada são, respetivamente, 30.2%, 21.8%, 18.3%, 12.8% e 17%. Tendo em conta a consistência interna, o valor do alfa de cronbach para o total da escala é de 0.83, e para as dimensões permissividade sexual 0.83, comunhão 0.71, prazer físico 0.65, sexo impessoal 0.58 e responsabilidade sexual 0.53.

A escala pode ser administrada individualmente ou em grupo, sem tempo limite, e é cotada fatorialmente, através da soma da pontuação dos itens que integram cada fator (Alferes, 1999, 2002).

Escala de Crenças sobre a Violência Sexual (ECVS)

A ECVS mede o grau de tolerância/aceitação dos sujeitos quanto ao uso de violência de natureza sexual. A ECVS foi construída a partir da Escala de Crenças sobre a Violação (ECV), de Matos et al., (2000), elaborada a partir da observação clínica de vítimas de violação, de violadores e da revisão da literatura sobre mitos, crenças culturais e estratégias cognitivas de legitimação da agressão sexual.

O processo de construção da ECVS passou por dois estudos de análise das qualidades psicométricas, o primeiro com uma amostra de conveniência composta por 700 alunos do ensino superior da região norte do país, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, obtendo-se um consistência interna, avaliada através do coeficiente de alfa de cronbach de 0.90. No segundo estudo, que conduziu à versão definitiva da escala, a amostra foi alargada para uma amostra representativa de estudantes do ensino superior, residentes em Portugal Continental, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade. Neste estudo obteve-se um coeficiente de alfa de cronbach de 0.91. Ambos os resultados revelaram um grau de consistência interna elevado. A versão final da escala é composta por 30 itens, apresentados com uma escala de resposta de cinco pontos (desde 1=discordo totalmente até 5=concordo totalmente). Os itens apresentam uma correlação com a pontuação total da escala que varia entre 0.39 e 0.79.

Na análise da estrutura fatorial dos resultados, optou-se pela análise da ECVS em componentes principais com rotação Varimax. Os resultados apontam para a existência de cinco fatores que, no seu conjunto, explicam 48.60% da variância dos resultados no primeiro estudo e 48.89% no segundo. O fator 1, representação estereotipada da violação, explica 14.19% da variância comum, refere-se a um conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual mediante a existência de um passado sexual comum entre a vítima e o agressor e a ausência de violência física durante a prática do ato sexual. O fator 2, provocação da vítima, explica 10.79% da variância comum, refere-se à noção de que a violência sexual poderá ser justificada em função de certas condutas da vítima, como a presença de um comportamento prévio sexualmente provocatório ou um passado promiscuo. O fator 3, consentimento da vítima, explica 9.07% da variância comum, integra um conjunto de crenças que legitimam a violência sexual com base na ideia de que a vítima consente ou induz a relação sexual, desejando-a e sentindo prazer com a mesma. O fator 4, falsa noção de invulnerabilidade pessoal, explica 7.58% da variância comum, engloba um conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual mediante a ideia de que os agressores e as vítimas deste tipo de violência possuem características que os tornam diferentes do resto da população, criando a noção de falsa invulnerabilidade. O fator 5, falsas alegações, explica 7.25% da variância comum, refere-se à crença de que a violência pode ser minimizada ou desvalorizada mediante a negação da ocorrência da violência sexual e/ou interpretações de que as queixas constituem sinais de arrependimento pós-facto ou ato de vingança.

As análises estatísticas efetuadas às escalas da ECVS revelaram valores de adequação para o índice de Kaiser-Meyer-Olkin (de .92 no primeiro estudo e de .93 no segundo). O teste de esfericidade de Bartlett também apresentou valores adequados em ambos os estudos (nomeadamente $\chi^2 = 6591.634$; $gl=435$; $p < .001$ no que se refere ao primeiro e $\chi^2 = 9433.568$; $gl=435$; $p < .001$ no segundo).

Na sua aplicação, a escala pode ser administrada individualmente ou em grupo, sem tempo limite. Os itens são cotados de um a cinco e, uma vez que estão todos formulados no mesmo sentido, a pontuação total da

escala é obtida pelo somatório direto das respostas a cada um dos itens. Pode ainda ser calculada a nota para cada fator, pela soma da pontuação dos itens que o integram. A pontuação total da escala mede o grau de tolerância/aceitação do sujeito quanto ao uso da violência sexual. A pontuação em cada um dos fatores permite-nos perceber melhor o tipo de crenças específicas envolvidas nesta tolerância à violência (Martins, 2012; Martins et al., 2012).

Procedimentos

Na aplicação dos instrumentos, escolheu-se a via online, com recurso ao programa SurveyMonkey. A utilização deste servidor permitiu garantir a confidencialidade dos dados (através do armazenamento da informação numa plataforma acessível apenas ao administrador da respetiva conta criada no servidor) e o anonimato dos participantes, uma vez que foi possível optar pela não divulgação do IP. Esta via foi escolhida tendo em conta algumas indicações presentes na literatura que sugerem que em investigações, como no presente trabalho, onde são solicitados dados pessoais relativos a experiências íntimas, que envolvam o comportamento sexual, atitudes e crenças que possam colidir com as convenções culturais e sociais, inclusive representarem condutas legalmente puníveis, a revelação pode ser inibida pelo receio de estigma e vivências vergonhosas (Abbey, Parkhill, BeShears, Clinton-Sherrod, & Zawacki 2006; Frazier, 2003). Deste modo, como meio de vencer alguns constrangimentos inibidores da revelação, alguns autores têm defendido a vantagem de se introduzirem métodos de investigação informatizados, através do envio dos questionário via email ou introdução dos mesmos na internet, em plataformas protegidas, de forma a promover a autoadministração num ambiente privado (Abbey et al., 2006; Testa, VanZile-Tamsen, Livingston, & Koss, 2004).

Para a passagem dos questionários, contactou-se a Universidade Autónoma de Lisboa, na pessoa do Diretor da Administração Escolar, informando-se os objetivos da investigação, bem como, a garantia da confidencialidade dos dados e anonimatos dos participantes. A investigação foi autorizada, contudo, limitada aos alunos e ex-alunos do Departamento de Psicologia e Sociologia, dado a sensibilidade dos conteúdos analisados.

Como forma de estimular a participação e evitar futuras desistências durante o preenchimento dos questionários, foram feitas várias apresentações presenciais da investigação, que duraram cerca de 10 minutos, nas turmas do 1º, 2º e 3º anos da licenciatura em Psicologia e 1º e 2º ano dos mestrados nas áreas da Psicologia. Após estas diligências, o Departamento de Psicologia e Sociologia enviou 360 emails, com um link, para o preenchimento do questionário via online.

Resultados

Atendendo ao nosso primeiro objetivo – verificar se existe consumo de pornografia através da internet – observamos (figura 1) que um número maior de participantes responderam não ter visto pornografia na internet nos últimos 30 dias (57.1%), comparativamente com os que referiram ter visto (42.9%).

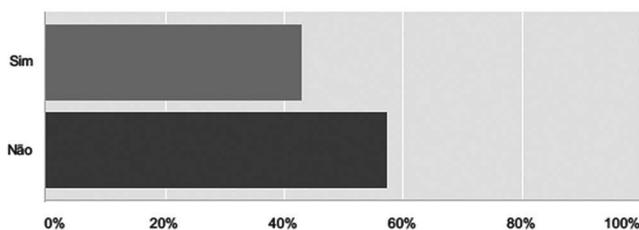


Figura 1- Distribuição dos Participantes em Termos de Visualização de Pornografia na Internet nos Últimos 30 Dias.

Na seleção dos testes mais adequados a utilizar nas análises posteriores foi analisada a normalidade das dimensões da EAS e da ECVS. Com a finalidade de averiguar se as dimensões em estudo seguem a distribuição normal, utilizou-se o teste Kolmogorov-Smirnov, sendo os resultados apresentados na Tabela 1.

Tabela 1*Normalidade das Dimensões em Estudo.*

	Kolmogorov- -Smirnov	<i>p</i>
EAS		
Permissividade sexual	1.091	.185
Comunhão	.958	.317
Prazer físico	.787	.566
Sexo impessoal	.946	.333
Responsabilidade sexual	3.960	.000
ECVS		
Representação estereotipada da violação	2.232	.000
Provocação da vítima	1.860	.002
Consentimento da vítima	.994	.276
Falsa noção de invulnerabilidade	2.437	.000
Falsas alegações	1.339	.005

Como várias das dimensões estudadas não seguem a distribuição normal ($p < .05$), optou-se pela utilização de testes não paramétricos.

Com o objetivo de se verificar se o consumo de pornografia se relaciona ou não com o tipo de atitudes face à sexualidade e crenças legitimadoras da violência sexual, compararam-se os resultados da EAS e da ECVS entre os participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias e os que não visualizaram. Para o efeito foi utilizado teste de Mann-Whitney. Os resultados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2

Diferenças Entre os Participantes que Visualizaram ou Não Pornografia na Internet nos Últimos 30 Dias, ao Nível dos Resultados na EAS e ECVS.

	Não visualiza- ram (N=52)	Visualizaram (N=39)	z
	M Rank	M Rank	
EAS			
Permissividade sexual	34.65	57.46	-4.151***
Comunhão	47.21	40.93	-1.146
Prazer físico	38.87	51.91	-2.376*
Sexo impessoal	33.77	58.62	-4.527***
Responsabilidade sexual	44.78	44.13	-.155
ECVS			
Representação estereotipada da violação	43.18	3.94	-.144
Provocação da vítima	38.98	49.78	-1.999*
Consentimento da vítima	37.87	51.32	-2.476*
Falsa noção de invulnerabilidade	38.63	50.26	-2.204*
Falsas alegações	44.71	41.82	-.534

* $p \leq .05$; *** $p \leq .001$.

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os participantes que visualizaram e não visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias nas subescalas da EAS permissividade sexual ($Z = -4.151$; $p < .001$), prazer físico ($Z = -2.376$; $p = .017$), sexo impessoal ($Z = -4.527$; $p < .001$), bem como, nas subescalas da ECVS provocação da vítima ($Z = -1.999$; $p = .017$), consentimento da vítima ($Z = -2.476$; $p = .013$) e falsa noção de invulnerabilidade ($Z = -2.204$; $p = .028$). Os resultados mostraram que os valores destas dimensões são superiores nos participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias.

Com o objetivo de se verificar se existem diferenças entre os participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias e os participantes que não visualizaram, tendo em conta as variáveis moderadoras sexo, grupos etários, estado civil, religião e sua prática foi utilizado o teste Qui-quadrado. A Tabela 3 mostra os resultados obtidos.

Tabela 3

Diferenças Entre os Participantes que Visualizaram ou Não Pornografia na Internet nos Últimos 30 Dias em Termos do Sexo, Grupos Etários, Estado Civil, Religião e Sua Prática.

	Não visualizaram (N=52)		Visualizaram (N=39)		χ^2
	N	%	N	%	
Sexo					18.852***
Masculino	8	15.4	23	59.0	
Feminino	44	84.6	16	41.0	
Grupos etários					3.056
Menos de 21 anos	1	1.9	3	7.7	
Entre 21 e 31 anos	22	42.3	20	51.3	
Mais de 31 anos	29	55.8	16	41.0	
Estado civil					3.731
Casado	14	26.9	8	20.5	
Divorciado	4	7.7	5	12.8	
Separado			1	2.6	
Solteiro	29	55.8	20	51.3	
União de facto	4	7.7	5	12.8	
Viúvo	1	1.9			
Religião					3.080
Católica	39	75.0	27	69.2	
Outra cristã			2	5.1	
Protestante	5	9.6	5	12.8	
Sem religião	8	15.4	5	12.8	
Praticante					.038
Não	35	67.3	27	69.2	
Sim	17	32.7	12	30.8	

*** $p \leq .001$.

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os participantes que visualizaram ou não pornografia na internet nos últimos 30 dias apenas para o sexo com $\chi^2(1) = 18.852$; $p < .001$. Os resultados mostram que mais homens do que mulheres viram pornografia neste período. Verificou-se, igualmente, que entre os participantes que visualizaram

pornografia, a maioria são homens, do escalão etário entre os 21 e os 31 anos, com estado civil solteiro, da religião católica e não praticantes.

Segundo a literatura revista, a idade pode estar associada a um maior consumo de pornografia. Alguns estudos revelaram maiores níveis de consumo em adolescentes e jovens adultos (Cooper, Morahan-Martin, Mathy, & Maheu, 2002; Cooper, 2004; Gallespie, 2008; Quayle & Taylor, 2001), em parte justificada pela curiosidade e necessidade de informação típicas destas idades, mas também com um maior número de horas que estes sujeitos passam na internet, uma vez que o consumo de pornografia tem uma correlação positiva com o uso de internet (Meerkerk et al., 2006). Neste sentido, para verificar se existe relação entre a idade, o número de horas por semana em que os participantes viram pornografia na internet nos últimos 30 dias e todas as subescalas das duas medidas em estudo (EAS e ECVS), foi utilizado o coeficiente de correlação de Spearman. A Tabela 4 mostra os resultados obtidos.

Tabela 4
Correlação com a Idade.

	Idade
Número de h/semana	-.12
EAS	
Permissividade Sexual	-.15
Comunhão	-.15
Prazer Físico	-.36***
Sexo Impessoal	-.11
Responsabilidade Sexual	-.03
ECVS	
Representação Estereotipada da Violação	.04
Provocação da Vítima	-.17
Consentimento da Vítima	-.14
Falsa Noção de Invulnerabilidade	-.08
Falsas Alegações	-.08

*** $p \leq .001$.

A idade não se correlacionou de forma estatisticamente significativa com o número de h/semana que os participantes viram pornografia na internet nos últimos 30 dias ($p > .05$). No entanto, a idade correlacionou-se de forma negativa, moderada e estatisticamente significativa como prazer físico, mostrando que quanto mais novos maior é o valor desta dimensão da EAS.

Relativamente à distribuição em termos de frequência de consumo entre os participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias, esta pode ser observada na Figura 2.

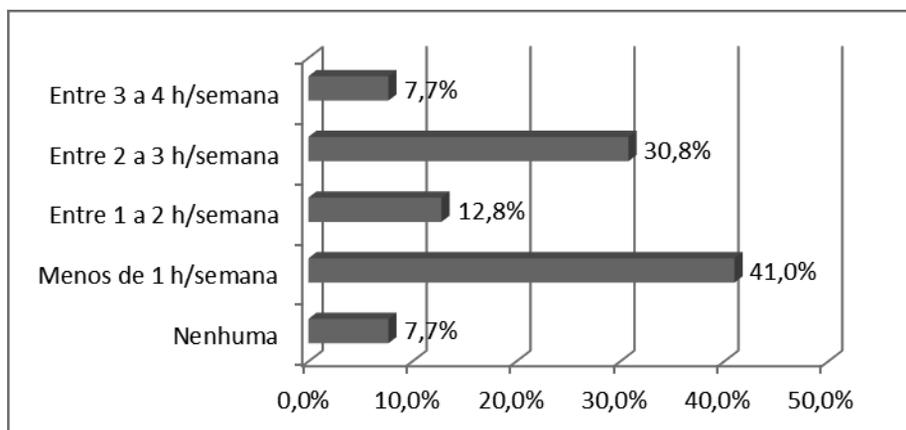


Figura 2 – Distribuição em Termos de Frequência de Consumo de Pornografia.

Os dados mostram-nos que a grande maioria dos participantes que viram pornografia na internet relataram ter visto menos de 1 hora por semana (41.0%) ou entre 2 a 3 horas por semana (30.8%).

Em termos de distribuição do tipo de pornografia preferida, a Figura 3 mostra-nos que a maioria dos participantes que visualizou pornografia na internet nos últimos 30 dias prefere o tipo hardcore (59%).

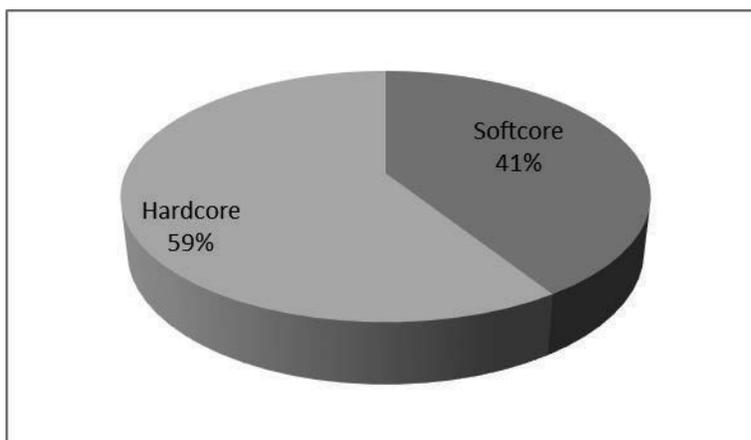


Figura 3 – Distribuição em Termos do Tipo de pornografia Preferida.

A Figura 4 mostra, entre os participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias, a distribuição em termos do subtipo de pornografia preferida.

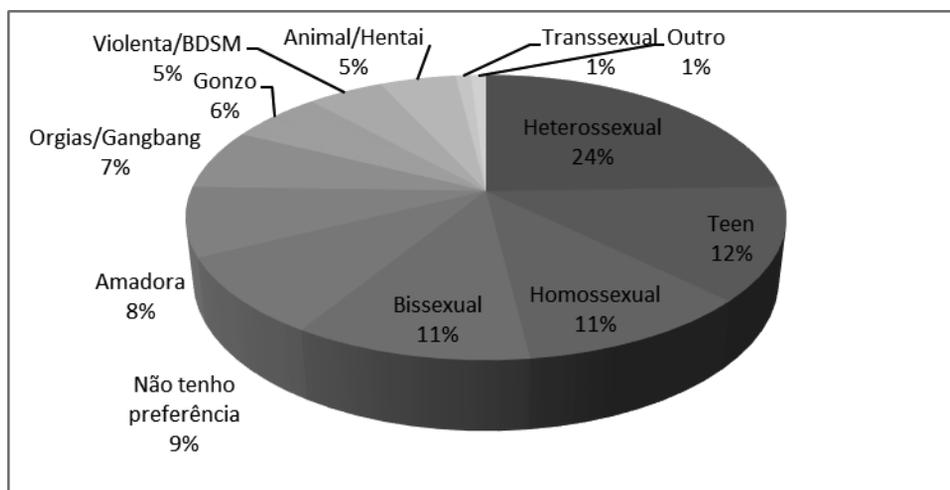


Figura 4 – Distribuição em Termos do Subtipo de Pornografia Preferida

Pelo que podemos observar, os participantes preferem em primeiro lugar o subtipo de pornografia heterossexual (24%), em segundo o subtipo

teen (12%) e em terceiro lugar, em exéquo, o subtipo homossexual (11%) e bissexual (11%).

Discussão

Os resultados permitiram-nos, responder aos objetivos delineados. Concluimos, que a maioria dos participantes (57.1%) não visualizou pornografia na internet nos últimos 30 dias, sendo que dos participantes que visualizam (42.9%) 74.2% eram homens. Atendendo que a amostra é maioritariamente feminina (65.9%), estes valores vão ao encontro dos resultados presentes na literatura revista. Referimo-nos sobretudo aos dados obtidos nas investigações de Cooper et al. (2000), que indicam uma prevalência de 84.2% para os homens versus 15.8% para as mulheres, relativamente ao consumo de pornografia.

Embora não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias, e os participantes que não visualizaram, ao nível dos grupos etários, estado civil, religião e sua prática, tal como em Cooper et al. (2002), foi possível extrairmos uma descrição dos sujeitos que, na nossa amostra, visualizaram pornografia na internet. Assim, estes sujeitos na sua maioria são homens, do escalão etário entre os 21 e os 31 anos, do estado civil solteiro, da religião católica mas não praticantes. Tal como Cooper et al. (2002), verificamos que os consumidores de pornografia na internet tendem a ser novos.

Atendendo à nossa questão em estudo, observou-se que os participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias apresentaram valores superiores nas subescalas da EAS, permissividade sexual ($Z = -4.151$; $p < .001$), prazer físico ($Z = -2.376$; $p = .017$) e sexo impessoal ($Z = -4.527$; $p < .001$), que se referem a atitudes concordantes com o sexo ocasional, sexo sem compromisso e à diversidade e simultaneidade de parceiros, bem como a atitudes face ao sexo enquanto atividade destinada essencialmente à obtenção de prazer físico, mercadoria ou bem material. Alguns estudos (ex. Carroll, Padilla-Walker, Nelson, Olson, & Madsen, 2008; Lo & Wei, 2005; Stack et al., 2004; Wright, 2012, 2013) revelaram uma

associação entre a exposição a pornografia, através da internet, e atitudes sexuais permissivas, nomeadamente em relação a práticas sexuais ocasionais, de menor convencionalidade, com diversidade e simultaneidade de parceiros, visando somente a obtenção do prazer físico, sem preocupação pelo envolvimento íntimo de partilha psicológica. Este tipo de atitudes tende a minimizar a importância da intimidade, do amor, do afeto e do vínculo amoroso.

No que respeita à ECVS, os sujeitos que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias apresentaram valores mais elevados nas subescalas provocação da vítima ($Z = -1.999$; $p < .017$), consentimento da vítima ($Z = -2.476$; $p < .013$) e falsa noção de invulnerabilidade ($Z = -2.204$; $p < .028$). Estas subescalas englobam um conjunto de crenças e ideias que se referem à noção de que a violência sexual poderá ser justificada em função de certas condutas da vítima, como a presença de um comportamento prévio sexualmente provocatório ou um passado promiscuo, no que respeita à sua exposição a situações de risco; a um conjunto de crenças que legitimam a violência sexual com base na ideia de que a vítima consente ou induz a relação sexual, desejando-a e sentindo prazer com a mesma ou a ideia de que os agressores e as vítimas deste tipo de violência possuem características que os tornam diferentes do resto da população, criando a noção de falsa invulnerabilidade. Alguns autores sugeriram que aspetos da cultura e da socialização, nomeadamente no que diz respeito a atitudes tradicionais acerca do género, inscritas nos scripts sexuais, possam legitimar ou desculpabilizar a agressão sexual, à luz da pressuposição de que a iniciativa e pressão masculina em matéria sexual faz parte da interação normal entre homens e mulheres (Geiger, Fischer, & Eshet, 2004; Munsch & Willer, 2012; Ramos, Carvalho, & Leal, 2005).

Os homens, comparativamente com as mulheres têm maior probabilidade de apropriar mitos ou crenças que justifiquem ou legitimam a agressão sexual (Carr & Van Deusen, 2004), bem como, presumir que as mulheres não devem demonstrar interesse sexual, devendo antes, expressar resistência às insistências sexuais masculinas, evitando no futuro serem responsabilizadas pela sua própria vitimização (Geiger et al., 2004). Há, de resto, vários estudos que comprovam que, quanto maior for a adesão a es-

tes scripts, maior é a probabilidade de ocorrer violência sexual (Anderson, Simpson-Taylor, & Herrman, 2004; Baumeister et al., 2002). Na literatura revista, autores como Allen et al. (1995), Carr e Van Deusen (2004), Geiger et al. (2004), Hald et al. (2010), Zillman e Bryant (1982), verificaram que a exposição continuada a pornografia, nomeadamente do tipo violento, originou crenças legitimadoras da violência sexual, particularmente: menor sensibilidade a questões de igualdade sexual, atitudes menos punitivas em relação a notícias sobre agressões sexuais e ativação de pensamentos recorrentes e distorcidos sobre promiscuidade feminina.

Por último, verificamos que nos participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias, a idade correlacionou-se de forma negativa, moderada e estatisticamente significativa com a subescala prazer físico, mostrando que quanto mais novos os participantes, maior o valor obtido nesta dimensão da EAS, que se refere a atitudes face ao sexo enquanto atividade destinada essencialmente à obtenção de prazer físico. Este resultado pode estar relacionado com uma maior vulnerabilidade à influência da pornografia verificada nestas faixas etárias, intensificada pela frequência dedicada ao consumo, também mais elevada entre jovens (ex. Cooper et al., 2000; Cooper, 2004; Gallespie, 2008; Quayle & Taylor, 2001) ou dificuldade em comprometer-se numa relação de intimidade (imaturidade afetiva).

Conclusões

Desde o início dos anos 70 que se efetuaram variadíssimas investigações sobre os possíveis efeitos advindo do consumo de pornografia, ao nível das atitudes e comportamento sexual. Alguns destes estudos têm sido alvo de críticas por ambiguidade nas definições do constructo avaliado, conclusões abusivas e generalizações a partir de correlações baixas entre as variáveis (Mould, 1988). Em 2001, Fisher e Barak verificaram existir diferenças fundamentais na definição de pornografia, nas investigações sobre o consumo deste tipo de material, nomeadamente através da internet. Além disso, os autores alertaram para o facto de uma grande parte destas investigações não incluir uma definição operacionalizada quanto ao conteúdo, modo e função do consumo, assim como, não fornecer essa defi-

nição aos participantes, deixando ao entendimento subjetivo o conceito de pornografia. Atendendo à variedade de conteúdo, ao modo de visualização e razões que levam ao consumo de pornografia na internet, a ausência de uma definição operacionalizada conduz a uma inconsistência e falta de clareza do constructo avaliado (Fisher & Barak, 2001; Short et al., 2012). Para Short et al. (2012) outra inconsistência encontrada foi a diversidade de métodos usados para estudar variáveis semelhantes. Os autores referiram que o consumo de pornografia na internet foi medido de diferentes formas, consoante os estudos (ex. frequência de uso, tempo de uso, usar versus não usar), considerando que sem medidas estabelecidas é difícil desenvolver normas na população para o uso de pornografia na internet, um pré-requisito para a distinção entre o uso normal e desviante. Short et al. (2012) consideraram igualmente ser necessário o desenvolvimento de medidas mais abrangentes, com propriedades psicométricas e definições padronizadas e operacionalizadas. Acrescenta-se a estas considerações o facto de, em algumas investigações, os resultados confirmarem a base conceptual e convicções defendidas pelos autores, bem como, as defendidas pelas entidades que financiaram os respetivos estudos (Mould, 1988; Pringle, 2011).

No presente trabalho tivemos o cuidado de estabelecer, à partida, uma definição do conceito de pornografia encontrada na internet, igualmente fornecida aos participantes, procurando desta forma, uma maior consistência no constructo avaliado.

De uma forma geral, os dados empíricos sugerem que o consumo de pornografia pode trazer implicações, quer positivas ou negativas, para os utilizadores (ex. Bridges et al., 2003; Cooper et al., 1999, 2000; Hald et al., 2010; Hald & Malamuth, 2008; Kutchinsky, 1991; Lambert et al., 2012; Lo & Wei, 2005; Meerkerk et al., 2006; Rogala & Tyden, 2003; Stack et al., 2004; Wright, 2012, 2013; Zitzman & Butler, 2009). Ao nível das atitudes sexuais e crenças legitimadoras da violência sexual, a pornografia, nomeadamente a difundida pela internet, pode exercer alguma influência nos indivíduos que conjugam determinadas características e predisposições da personalidade com variáveis como a cultura e o meio ambiente, o ambiente familiar, o conteúdo específico dos estímulos, o atual estado emocional

temporário do sujeito e o ambiente em que a exposição ocorreu, aumentando a probabilidade dessas atitudes e crenças se manifestarem ao nível dos comportamentos sexuais (Malamuth et al., 2000; Kingston et al., 2009; Vega & Malamuth, 2007). Contudo, esta hipótese, no nosso entendimento não foi suficientemente testada dado a dificuldade em conjugar todas as variáveis envolvidas no consumo de pornografia que permitem compreender os antecedentes e consequências deste comportamento.

Tal como Malamuth et al. (2000) consideraram, achamos que na compreensão e avaliação dos efeitos do consumo de pornografia existe um complexo conjunto de fatores individuais, culturais e ambientais que têm sido negligenciados. Existem igualmente, como já referimos, limitações nas medidas e instrumentos utilizados que fragilizaram os resultados de algumas investigações (Short et al., 2012). Porém, todo conhecimento empírico adquirido, em virtude destes trabalhos, leva-nos a concluir que o consumo de pornografia traz implicações para alguns utilizadores, pelo menos em determinadas circunstâncias, particularmente ao nível das atitudes e crenças, embora ainda não seja totalmente conhecido ou compreendido, em que medida e circunstâncias se revelam estes efeitos.

No presente estudo, com base na questão de partida e nos resultados, observou-se que os sujeitos que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias apresentaram valores mais altos na ECVS e nas subescalas permissividade sexual, prazer físico e sexo impessoal da EAS. Ou seja, nestes sujeitos encontramos atitudes mais permissivas em relação a práticas sexuais ocasionais, de menor convencionalidade, com diversidade e simultaneidade de parceiros, visando somente a obtenção do prazer físico, sem preocupação pelo envolvimento íntimo de partilha psicológica, assim como, uma presença mais significativa de crenças legitimadoras da violência sexual.

Apesar dos nossos resultados, não podemos perder de vista que estes dados se referem apenas a uma associação estatisticamente significativa e não a uma causalidade direta entre o ver pornografia na internet e valores elevados na EAS e ECVS. Embora não seja possível a generalização dos resultados pela falta de representatividade da amostra, bem como de um conjunto mais abrangente de variáveis que medeiam o consumo

de pornografia e os efeitos ao nível das atitudes e crenças, os nossos resultados encontram correspondência nos estudos internacionais, com metodologias mais abrangentes e amostras mais significativas (ex. Hald et al., 2010; Lo & Wei, 2005; Malamuth & Check, 1981; Wright, 2012). Desta forma, acreditamos que o nosso trabalho contribuiu positivamente com o lançamento de um tema sensível (consumo de pornografia na internet) pouco debatido, mas pertinente e atual, uma vez que se estima que afete uma parte significativa da população, envolvendo uma realidade inserida num núcleo importante das nossas vidas – o comportamento sexual. Concretamente para a academia, contribuímos com uma compilação de dados relevantes, alguns muito recentes, bem como com uma investigação que, embora com evidentes limitações, tem a importância de se reportar a resultados nacionais.

Consideramos, igualmente, que a nível nacional, atendendo a um crescimento de 14% nos últimos 2 anos de utilizadores de internet (ACEPI, 2012), é pertinente, se não urgente, repensar o consumo de pornografia, agora transfigurada pelo advento da virtualidade multimédia, e implica-lo em contextos nos quais este se afirma cada vez mais preponderante. A título de exemplo, referimos o contexto clínico, tendo em conta as considerações de alguns autores de estudos internacionais, que sugerem que para alguns indivíduos o consumo de pornografia através da internet pode tornar-se problemático, enquanto componente da sexualidade impulsiva, compulsiva e aditiva (Cooper et al., 2000; Meerkerk et al., 2006; Wetterneck et al., 2012). Ainda neste contexto, enquanto técnica de intervenção, o uso de pornografia em terapias sexuais ou de casal (Manning, 2006) pode ser aperfeiçoado tirando partido das inovações tecnológicas que lhe conferem maior realismo e interatividade. Outros contextos, como o da vitimização ou da agressão revelam-nos taxas de incidência preocupantes. Em 2013, a Associação Portuguesa de Apoio à Vitima (APAV) registou um total de 8.982 autores de crime (82,3% do sexo masculino) e 8.733 vítimas diretas apoiadas (82,8% do sexo feminino). As estatísticas de 2013 revelaram igualmente um total de 17.384 crimes de violência doméstica, representando 84,2% do total de crimes relatados pelas vítimas e 2.544 crimes contra as pessoas, dos quais 258 foram crimes sexuais (APAV, 2013). Tendo em

conta os resultados do nosso estudo, bem como os resultados de alguns estudos internacionais (ex. Hald et al., 2010; Lo & Wei, 2005; Malamuth & Check, 1981; Wright, 2012), a pornografia, especialmente a divulgada pela internet, pode reforçar a aceitação de papéis estereotipados de género e de mitos sexuais, influenciando atitudes e comportamentos sexuais de maior violência nalguns indivíduos. A este nível, seria necessário ponderar o consumo de pornografia como um fator de risco, nomeadamente de reincidência no caso dos crimes sexuais (ex. Kingston et al., 2008, 2009) e implica-lo em programas de intervenção com agressores sexuais. Consequentemente, seria importante considerar que o impacto do consumo de pornografia, especialmente em indivíduos com uma predisposição para a agressão sexual, pode ser igualmente abordado em ambiente terapêutico (Kingston et al., 2009).

Para além destes factos seria relevante verificar se, tal como acontece noutros países como a Noruega, Estados Unidos ou Tailândia, com taxas de incidência de consumo de pornografia entre jovens adolescentes, respetivamente de 24%, 42% e 58% (Tsitsika et al., 2009), existe também em Portugal, um consumo significativo entre estas faixas etárias. Algumas investigações nacionais referem que os jovens adolescentes iniciam a sua vida sexual cada vez mais cedo, existindo um número significativo de jovens, em vários contextos formativos, que adota condutas violentas nas suas relações amorosas (Caridade, 2011; Martins, 2012). Fica latente a seguinte questão e sugestão para futuras investigações: existindo um consumo significativo de pornografia entre jovens, qual o impacto deste ao nível das atitudes e condutas sexuais?

Assumindo o consumo de pornografia, especialmente a divulgada na internet, como uma componente importante do comportamento sexual contemporâneo em jovens e adultos, consideramos vantajoso pode-lo integrar de uma forma produtiva (ex. destacando as componentes criativas e fantasiosas, importantes na vivencia psicológica da sexualidade) nos programas de educação sexual, uma vez que é sabido que a pornografia é uma das fontes de informação sexual mais significativa, tal como os pares, entre os jovens (Tjaden, 1988).

Consideramos que a pornografia divulgada na internet envolve uma indústria legalizada, com produções cada vez mais transgressivas, que visam prender a atenção dos utilizadores e combater o efeito de dessensibilização. Por outro lado, envolve igualmente, organizações criminosas que utilizam um mercado clandestino na produção e divulgação do material, recorrendo muitas vezes a diversas formas de coação (ex. Boyle, 2010; Reist & Bray, 2011). Tendo em conta estas questões e sabendo que há um número significativo de consumidores, nos quais a pornografia exerce um impacto, negativo ou positivo, parece-nos importante interrogarmo-nos sobre quais as fronteiras do que pode ser produzido e divulgado, em que circunstâncias pode ser consumido e por quem, isto sem cairmos em restrições excessivas e liberdades imprudentes. Na busca de respostas, consideramos que a Psicologia pode ter um papel preponderante, na medida em que estamos a lidar e a avaliar variáveis que fazem parte do nosso saber científico e âmbito de intervenção.

No que respeita às limitações do presente neste estudo, importa referir mais uma vez que, devido à escolha de uma amostra de conveniência, não foi possível a representatividade dos dados nem a sua generalização para a população em geral.

Na aplicação dos instrumentos, escolheu-se o método online, com recurso ao programa SurveyMonkey. Contudo, este tipo de métodos apresenta algumas desvantagens, desde logo, o facto de ainda não se encontrar suficientemente estudado, havendo alguma relutância em confiar na validade dos dados e da amostra (Martins, 2012). Existe também a facilidade de abandono do questionário, antes de este estar totalmente completo, particularmente nos questionários extensos, devido a fadiga e aborrecimento (Martins, 2012). Uma outra desvantagem pode ser o facto de o/a investigador/a não interagir diretamente com os/as participantes durante o preenchimento do questionário (Martins, 2012). No nosso caso, tentou-se minimizar estas limitações com a realização de apresentações presenciais da investigação em algumas turmas da licenciatura e mestrados em Psicologia, estimulando-se a adesão e colaboração no preenchimento integral dos questionários.

Outra limitação deste trabalho foi o facto de termos optado por um desenho de estudo simplificado, excluindo uma serie de variáveis (individuais e culturais) envolvidas no consumo de pornografia na internet e nas implicações deste ao nível das atitudes sexuais e crenças legitimadoras da violência sexual. Esta escolha deveu-se ao tempo relativamente limitado para a realização do trabalho, bem como, à falta de recursos necessário a uma investigação mais complexa.

Referências

- Abbey, A., Parkhill, M. R., BeShears, R., Clinton-Sherrod, A. M., & Zawacki, T. (2006). Cross-sectional predictors of sexual assault perpetration in a community sample of single African American and Caucasian men. *Aggressive Behavior*, 32, 54-67. doi:10.1002/ab.20107.
- Associação do Comércio Eletrónico e Publicidade Interactiva (ACEPI) (2012). Internet está a alterar profundamente os hábitos de consumo dos portugueses. Retrieved from <http://www.acepi.pt/artigoDetalhe.php?idArtigo=1213>
- Albright, J. M. (2008). Sex in America online: An exploration of sex, marital status, and sexual identity in internet sex seeking and its impacts. *Journal of Sex Research*, 45(2), 175-186. doi:10.1080/00224490801987481.
- Alferes, V. R. (1999). Escala de atitudes sexuais. In Simões, M. R, Gonçalves, M. M., & Almeida, L. S. (Eds.). *Testes e Provas Psicológicas em Portugal* (pp. 131-148). Braga, Portugal: APPORT/SHO.
- Alferes, V. R. (2002). *Encenações e comportamentos sexuais: Para uma psicologia social da sexualidade*. Porto, Portugal: Afrontamento.
- Allen, M., Emmers, T., Gebhardt, L., & Giery, M. A. (1995). Exposure to pornography and acceptance of rape myths. *Journal of Communication*, 45(1), 5-26. doi:10.1111/j.1460-2466.1995.tb00711.x.
- Anderson, V. N., Simpson-Taylor, D., & Herrmann, D. J. (2004). Gender, age, and rape-supportive rules. *Sex Roles*, 50(1-2), 77-90. doi:10.1023/B:SERS.0000011074.76248.

- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Estatísticas da APAV, Relatório anual de 2013. (2013). Retrieved May, 10, 2014 from http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2013.pdf
- Ayres, M. M., & Haddock, S. A. (2009). Therapists' approaches in working with heterosexual couples struggling with male partners' online sexual behavior. *Sexual Addiction & Compulsivity*, 16, 55-78. doi:10.1080/10720160802711952.
- Baltazar, A., Helm Jr., H. W., McBride, D., Hopkins, G., & Stevens Jr., J. V. (2010). Internet pornography use in the context of external and internal religiosity. *Journal of Psychology and Theology*, 38(1), 32-40. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/>
- Baumeister, R. F., Catanese, K. R., & Wallace, H. M. (2002). Conquest by force: A narcissistic reactance theory of rape and sexual coercion. *Review of General Psychology*, 6(1), 92-135. doi:10.1037//1089-2680.6.1.92.
- Boyle, K. (2010). *Everyday Pornography*. New York: Routledge.
- Bridges, A. J., Bergner, R. M., & Hesson-McInnis, M. (2003). Romantic partners' use of pornography: Its significance for women. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 29(1), 1-14. doi:10.1080/00926230390154790.
- Byers, E. S., & Eno, R. J. (1991). Predicting men's sexual coercion and aggression from attitudes, dating history, and sexual response. *Journal of Psychology and Human Sexuality*, 4(3), 55-70. doi:10.1300/J056v04n03_04.
- Caridade, S. (2011). *Vivências íntimas violentas: Uma abordagem científica*. Coimbra, Portugal: Almedina.
- Carr, J. L., & Van Deusen, K. M. (2004). Risk factors for male sexual aggression on college campuses. *Journal of Family Violence*, 19(5), 279-289. doi:10.1023/B:JOFV.0000042078.55308.4d.
- Carroll, J. S., Padilla-Walker, L. M., Nelson, L. J., Olson, C. D., Barry, C. M., & Madsen, S. D. (2008). Generation XXX: Pornography acceptance and use among emerging adults. *Journal of Adolescent Research*, 23(1), 6-30. doi:10.1177/0743558407306348.
- Collins, R. L., Elliott, M. N., Berry, S. H., Kanouse, D. E., Kunkel, D., Hunter, S. B., & Miu, A. (2004). Watching sex on television predicts adolescent initiation of sexual behavior. *Pediatrics*, 114(3), 280-289. doi:10.1542/peds.2003-1065-L.

- Cooper, A. (2004). Online sexual activity in the new millennium. *Contemporary Sexuality*, 38(3), 1-7. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/>
- Cooper, A., Delmonico, D. L., & Burg, R. (2000). Cybersex users, abusers, and compulsives: New findings and implications. *Sexual Addiction & Compulsivity*, 7(1-2), 5-29. doi:10.1080/10720160008400205
- Cooper, A., Galbreath, N., & Becker, M. A. (2004). Sex on the internet: Furthering our understanding of men with online sexual problems. *Psychology of Addictive Behaviors*, 18(3), 223-230. doi:10.1037/0893-164X.18.3.223.
- Cooper, A., Morahan-Martin, J., Mathy, R. M., & Maheu, M. (2002). Toward an increased understanding of user demographics in online sexual activities. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 28, 105-129. doi:10.1080/00926230252851861.
- Cooper, A., Putnam, D. E., Planchon, L. A., & Boies, S. C. (1999). Online sexual compulsivity: Getting tangled in the net. *Sexual Addiction & Compulsivity*, 6(2), 79-104. doi:10.1080/10720169908400182.
- D'Orlando, F. (2011). The demand for pornography. *Journal of Happiness Studies*, 12(1), 51-75. doi:10.1007/s10902-009-9175-0.
- Dicionário da Língua Portuguesa (2010). Porto, Portugal: Porto Editora.
- Dines, G. (2010). *Pornland, how porn has hijacked our sexuality*. Boston: Beacon Press.
- Fisher, W. & Barak, A. (2001). Internet pornography: A social perspective on internet sexuality. *The Journal of Sex Research*, 38(4), 312-323. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/>
- Fisher, W. A., & Grenier, G. (1994). Violent pornography, antiwoman thoughts, and antiwomwn acts: In search of reliable effects. *The Journal of Sex Research*, 31(1), 23-38. doi:10.1080/00224499409551727.
- Flood, M. & Hamilton, C. (2003). Youth and pornography in Australia: Evidence on the extent of exposure and likely effects. Retrieved from <http://www.tai.org.au/node/915>
- Frazier, P. (2003). Perceived control and distress following sexual assault: A longitudinal test of a new model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84(6), 1257-1269. doi:10.1037/0022-3514.84.6.1257.

- Gallespie, A. A. (2008). Adolescents accessing indecent images of children. *Journal of Sexual Aggression*, 14(2), 111-122. doi:10.1080/13552600802248122.
- Garcia, L. T. (1986). Exposures to pornography and attitudes about women and rape: A correlational study. *Journal of Sex Research*, 22(3), 378-385. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/>
- Geiger, B., Fischer, M., & Eshet, Y. (2004). Date-rape-supporting and victim-blaming attitudes among high school students in a multiethnic society. *Journal of Interpersonal Violence*, 19(4), 406-442. doi:10.1177/0886260503262080.
- Hald, M. G., & Malamuth, N. M. (2008). Self-perceived effects of pornography consumption. *Archives of Sexual Behavior*, 37(4), 614-625. doi:10.1007/s10508-007-9212-1.
- Hald, M. G., Malamuth, N. M., & Yuen, C. (2010). Pornography and attitudes supporting violence against women: Revisiting the relationship in nonexperimental studies. *Aggressive Behavior*, 36(1), 14-20. doi:10.1002/ab.20328.
- Hendrick, S., & Hendrick, C. (1987). Multidimensionality of sexual attitudes. *The Journal of Sex Research*, 23(4), 502-526. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/>
- Jensen, R. (2011). Stories of rape culture: Pornography is propaganda. In Reist, M. T., & Bray A. (Eds). *Big porn inc: Exposing the harms of the global pornography industry* (pp. 25-33). Australia: Spinifex.
- Júnior, E. B. S. (2011). Os desprezados: A agressão masculina nos vídeos pornô e os processos de identificação e diferenciação na contemporaneidade. *Revista Invisível*, 0, 107-118. Retrieved from <http://revistainvisivel.com/wp-content/uploads/2011/09/Junior-Ratts.pdf>
- Júnior, J. L. (2011). A pornografia contemporânea e a estética do grotesco. *Revista Invisível*, 0, 11-23. Retrieved from <http://revistainvisivel.com/wp-content/uploads/2011/09/Jorge-Leite-Jr.pdf>
- Kingston, D. A., Fedoroff, P., Firestone, P., Curry, S., & Bradford J. M. (2008). Pornography use and sexual aggression: The impact of frequency and type of pornography use on recidivism among sexual offenders. *Aggressive Behavior*, 34, 341-351. doi:10.1002/ab.20250.

- Kingston, D. A., Malamuth, N. M., Fedoroff, P., & Marshall, W. L. (2009). The importance of individual differences in pornography use: Theoretical perspectives and implications for treating sexual offenders. *Journal of Sex Research*, 46(2-3), 216–232. doi:10.1080/00224490902747701.
- Kutchinsky, B. (1991). Pornography and rape: Theory and practice? Evidence from crime data in four countries where pornography is easily available. *International Journal of Law and Psychiatry*, 14(1/2), 47–64. doi:10.1016/0160-2527(91)90024-H
- Lambert, N. M., Negash, S., Stillman, T. F., Olmstead, S. B., & Fincham, F. D. (2012). A love that doesn't last: Pornography consumption and weakened commitment to one's romantic partner. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 31(4), 410-438. doi:10.1521/jscp.2012.31.4.410.
- Levert, N. P. (2007). A comparison of Christian and non-Christian males, authoritarianism, and their relationship to internet pornography addiction/compulsion. *Sexual Addiction & Compulsivity*, 14(2), 145–166. doi:10.1080/10720160701354771.
- Linz, D. G., Donnerstein, E., & Penrod, S. (1984). The effects of multiple exposures to filmed violence against women. *Journal of Communication*, 34(3), 130-147. doi:10.1111/j.1460-2466.1984.tb02180.x.
- Linz, D. G., Donnerstein, E., & Penrod, S. (1988). Effects of long-term exposure to violent and sexually degrading depictions of women. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55(5), 758-768. doi:10.1037/0022-3514.55.5.758.
- Lo, V., & Wei, R. (2002). Third-person effect, gender and pornography on the internet. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 46(1), 13-33. doi:10.1207/s15506878jobem4601_2.
- Lo, V., & Wei, R. (2005). Exposure to internet pornography and Taiwanese adolescent's sexual attitudes and behavior. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 49(2), 221-237. doi:10.1207/s15506878jobem4902_5.
- Malamuth, N. M., & Ceniti, J. (1985). Repeated exposure to violent and nonviolent pornography: Likelihood of raping ratings and laboratory aggression against women. *Aggressive Behavior*, 12(2), 129-137. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/>

- Malamuth, N. M., & Check, J. V. P. (1981). The effects of mass media exposure on acceptance of violence against women: A field experiment. *Journal of Research in Personality*, 15(4), 436-446. doi:10.1016/0092-6566(81)90040-4.
- Malamuth, N. M., & Check, J. V. P. (1984). Debriefing effectiveness following exposure to pornographic rape depictions. *The Journal of Sex Research*, 20(1), 1-13. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/>
- Malamuth, N. M., Addison, T., & Koss, M. (2000). Pornography and sexual aggression: Are there reliable effects and can we understand them? *Annual Review of Sex Research*, 11, 26-91. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/>
- Malamuth, N. M., Heim, M., & Feshbach, S. (1980). Sexual responsiveness of college students to rape depictions: Inhibitory and disinhibitory affects. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38(3), 399-408. doi:10.1037/0022-3514.38.3.399.
- Manning, J. C. (2006). The impact of internet pornography on marriage and the family. A review of the research. *Sexual Addiction & Compulsivity*, 13(2-3), 131-165. doi:10.1080/10720160600870711.
- Martins, S. M. (2012). *Vitimização e Perpetração Sexual em Jovens Adultos: da Caracterização da Prevalência às Atitudes*. Tese de Doutorado, Escola Superior de Psicologia, Universidade do Minho, Portugal. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/24405>
- Martins, S., Machado, C., Abrunhosa, R., & Manita, C. (2012). Escala de Crenças Sobre Violência Sexual (ECVS). *Análise Psicológica*, 30(1-2), 177-191. Retrieved from <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aps/v30n1-2/v30n1-2a14.pdf>
- Machado, C., Gonçalves, M., & Matos, M. (2000). ECV – Escala de Crenças sobre a Violação. Braga. Universidade do Minho: IEP.
- McKee, A. (2007). The positive and negative effects of pornography as attributed by consumers. *Australian Journal of Communication*, 34(1), 87-104. Retrieved from <http://eprints.qut.edu.au/14575/1/14575.pdf>
- Meerkerk, G., Van Den Eijnden, R. J.J.M., & Garretsen, H. F. L. (2006). Predicting compulsive internet use: It's all about sex! *Cyberpsychology & Behavior*, 9(1), 95-103. doi:10.1089/cpb.2006.9.95.

- Mould, D. E. (1988). A reply to Malamuth and Donnerstein and Linz. *The Journal of Sex Research*, 24(1-4), 353-358. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/>
- Munsch, C. L., & Willer, R. (2012). The role of gender identity threat in perceptions of date rape and sexual coercion. *Violence Against Women*, 18(10), 1125-1146. doi:10.1177/1077801212465151.
- Paasonen, S. (2010). Labors of love: Netporn, web 2.0 and the meanings of amateurism. *New Media & Society*, 12(8), 1297-1312. doi:10.1177/1461444810362853.
- Ministério da Cultura e Coordenação Científica (1983). Critérios gerais de classificação dos espetáculos (Portaria n.º 245 de 3 de Março de 1983). Retrieved from <https://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19830796%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=Portaria&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>
- Pringle, H. (2011). A studied indifference to harm: Defending pornography in the Porn Report. In Reist, M. T., & Bray A. (Eds.). *Big porn inc: Exposing the harms of the global pornography industry* (pp.122-133). Australia: Spinifex.
- Quayle, E., & Taylor, M. (2001). Child seduction and self-representation on the internet. *Cyberpsychology & Behavior*, 4(5), 597-608. doi:10.1089/109493101753235197.
- Ramos, V., Carvalho, C. C., & Leal, I. P. (2005). Atitudes e comportamentos sexuais de mulheres universitárias: A hipótese do duplo padrão sexual. *Análise Psicológica*, 2(23), 173-185. Retrieved from <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aps/v23n2/v23n2a08.pdf>
- Reid, R. C., Li, D. S., Gilliland, R., Stein, J. A., & Fong, T. (2011). Reliability, validity, and psychometric development of the pornography consumption inventory in a sample of hypersexual men. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 37(5), 359-385. doi:10.1080/0092623X.2011.607047.
- Reist, M. T., & Bray A. (2011). *Big porn inc: Exposing the harms of the global pornography industry*. Australia: Spinifex.
- Rogala, C., & Tyden, T. (2003). Does pornography influence young women's sexual behavior? *Women's Health Issues*, 13(1), 39-43. doi:10.1016/S1049-3867(02)00174-3.

- Román, G. (2000). *O Eros eletrônico*. Lisboa, Portugal: Editorial Notícias.
- Schumacher, J. A., Feldbau-Kohn, S., Slep, A. M. S., & Heyman, R. E. (2001). Risk factors for male-to-female partner physical abuse. *Aggression and Violent Behavior, 6*(2-3), 281–352. doi:10.1016/S1359-1789(00)00027-6.
- Shope, J. H. (2004). When words are not enough, the search for the effect of pornography on abused women. *Violence Against Women, 10*(1), 56-72. doi:10.1177/1077801203256003.
- Short, M. B., Black, L., Smith, A. H., Wetterneck, C. T., & Wells, D. E. (2012). A review of internet pornography use research: Methodology and content from the past 10 years. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking, 15*(1), 13-23. doi:10.1089/cyber.2010.0477.
- Stack, S., Wasserman, I., & Kern, R. (2004). Adult social bonds and use of internet pornography. *Social Science Quarterly, 85*(1). doi:10.1111/j.0038-4941.2004.08501006.x.
- Testa, M., VanZile-Tamsen, C., Livingston, J. A., & Koss, M. P. (2004). Assessing women's experiences of sexual aggression using the sexual experiences survey: Evidence for validity and implications for research. *Psychology of Women Quarterly, 28*(3), 1273-1323. doi:10.1111/j.1471-6402.2004.00143.x.
- Tjaden, P. G. (1988). Pornography and sex education. *The Journal of Sex Research, 24*(1-4), 208-212. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/>
- Tsitsika, A., Critselis, E., Kormas, G., Konstantoulaki, E., Constantopoulos, A., & Kafetzis, D. (2009). Adolescent pornographic internet site use: A multivariate regression analysis of the predictive factors of use and psychosocial implications. *Cyberpsychology & Behavior, 12*(5), 545-550. doi:10.1089/cpb.2008.0346.
- Vega, V., & Malamuth, N. M. (2007). Predicting sexual aggression: The role of pornography in the context of general and specific risk factors. *Aggressive Behavior, 33*(2), 104-117. doi:10.1002/ab.20172.
- Viana, L. G., & Vieira, L. L. F. (2012). Uma Escrita Pornográfica em Espaços Cibernéticos. *Anais do Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Género da ABEH, 1*(1). Retrieved from http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Ffahab.org.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_phocadownload%26view%3Dcate

gory%26download%3D351%3A120pdf%26id%3D1%3Aanais-abeh-2012%26Itemid%3D122&ei=dFpyU6ubJbHo7AbNrYH4BA&usg=AFQjCNF21q9f1uYxQck2ZIFEB_wBTyOgTQ

- Wetterneck, C. T., Burgess, A., J., Short, M. B., Smith, A. H., & Cervantes, M. E. (2012). The role of sexual compulsivity, impulsivity and experiential avoidance in internet pornography use. *The Psychological Record*, 62(1), 3-18. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/>
- Wright, P. J. (2012). A longitudinal analysis of us adults' pornography exposure sexual socialization, selective exposure, and the moderating role of unhappiness. *Journal of Media Psychology*, 24(2), 67-76. doi:10.1027/1864-1105/a000063.
- Wright, P. J. (2013). U.S. males and pornography, 1973–2010: Consumption, predictors, correlates. *Journal of Sex Research*, 50(1), 60 -71. doi:10.1080/00224499.2011.628132.
- Zaldívar, S. S., & Díez, I. I. (2009). Nuevas dimensiones, nuevas adicciones: La adiccional al sexo en internet. *Intervención Psicosocial*, 18(3), 255-26. Retrieved from <http://scielo.isciii.es/pdf/inter/v18n3/v18n3a06.pdf>
- Zillmann, D., & Bryant, J. (1982). Pornography, sexual callousness, and the trivialization of rape. *Journal of Communication*, 32(4), 10-21. doi:10.1111/j.1460-2466.1982.tb02514.x.
- Zitzman, S. T., & Butler, M. H. (2009). Wives' experience of husbands' pornography use and concomitant deception as an attachment threat in the adult pair-bond relationship. *Sexual Addiction & Compulsivity*, 16(3), 210-240. doi:10.1080/10720160903202679.

Personalidade e personalidade pré-mórbida na fase inicial da doença de Parkinson

Personality and premorbid personality in the early stage of Parkinson's disease

Charles Ysaacc da Silva Rodrigues¹

PSIQUE – ISSN 1647-2284 – N.º 10 – Janeiro-Dezembro 2014 – pp. 91-106

Recebido em 12/12/2013; aceite em 16/05/2014

Resumo

Trabalhos científicos anteriores consideram a existência de diferenças significativas na personalidade e personalidade pré-mórbida dos doentes de Parkinson. O objectivo deste trabalho foi verificar a existência destas diferenças entre doentes de Parkinson em fase inicial e idosos em fase de envelhecimento normal. A amostra foi composta por 292 utentes de centros de dia da Região Autónoma da Extremadura, Espanha. Os participantes foram divididos em dois grupos, o grupo experimental constituído por idosos com diagnóstico clínico da doença de Parkinson, em fase inicial e o grupo de controlo, constituído por idosos em fase de envelhecimento normal, sem qualquer diagnóstico diferencial. Os participantes foram submetidos a uma avaliação quantitativa efectuada através da aplicação do NEO-FFI (personalidade / personalidade pré-mórbida), MME e S-IQUCODE (cognição / cognição pré-mórbida) e NPI-Q (mudanças psicológicas e comportamentais). Os resultados não apresentam diferenças estatisticamente significativas na personalidade, cognição ou mudanças psicológicas e com-

¹ Universidade da Extremadura, Badajoz, Espanha. E-mail: charles.rodrigues@camous.ul.pt.

portamentais do doente de Parkinson, no entanto, obtivemos diferenças significativas na personalidade pré-mórbida, nomeadamente nos traços de extroversão e abertura à experiência.

Palavras-chave: parkinson, personalidade, cognição, mudança psicológica e comportamental.

Abstract

Previous scientific studies have considered the existence of significant differences between personality and pre-morbid personality of patients with Parkinson's disease. The aim of this work was to verify the existence of these differences in an early diagnosis of Parkinson disease and among the elderly with normal aging. The sample consisted on 292 participants from day cares in the Autonomous Region of Extremadura, Spain. The sample was divided into two groups, an experimental group consisting of elderly people with an early diagnosis of Parkinson's disease, and a control group, consisting of elderly people with normal aging and without any differential diagnosis. The participants underwent a quantitative assessment based on the application of the NEO-FFI (personality / pre-morbid personality), MME and S-IQCODE (cognition / pre-morbid cognition), and NPI-Q (psychological and behavioural changes) instruments. Results showed no significant differences in personality, cognition or psychological and behavioural changes in patients with Parkinson's disease. However, pre-morbid personality traits showed statistically significant differences in extraversion and openness to experience trait.

Keywords: parkinson, personality, cognition, psychological and behavioural changes.

A doença de Parkinson está caracterizada, geralmente, por tremor, rigidez, acinesia ou bradicinesia (lentidão dos movimentos) e instabilidade postural, da marcha e do equilíbrio. Do ponto de vista patológico é o resultado de perda neuronal na substância *nigra*, que em conjunto com os

demais núcleos basais é responsável pelo planeamento e sequência de funções relacionadas com o controle motor somático, movimentos voluntários, funções motoras que exijam maior habilidade, percepção espacial e pelo circuito medial ou límbico nas funções emocionais e viscerais (Agarwal & Stoessl, 2013; Cronin-Golomb, 2013).

A depressão é uma das mudanças psicológicas e comportamentais mais comuns na doença de Parkinson, assim como os sintomas de inflexibilidade, mania, ansiedade, irritabilidade, impaciência, desinibição, impulsividade, apatia e desinteresse. Estas mudanças, bem como as alterações da personalidade são visíveis através das variações que estes doentes apresentam nas suas atividades e ações da vida diária e que representam, as suas motivações, estados de ânimo e disposição para enfrentar os problemas (Agarwal & Stoessl, 2013; Helmes, Norton, & Østbye, 2013).

Por outro lado, estas mudanças psicológicas e comportamentais são o resultado de um constructo de personalidade, composto por traços pessoais que ajudam ao ser à adaptar-se ao meio, mostrando uma certa tendência através do tempo. Investigação anterior sugere que a sua estabilidade surge entre os 25 e os 30 anos de idade e que qualquer alteração inesperada a partir desse momento não deve ser assumida como definitiva. Atualmente, os investigadores propõem uma complexa interação entre factores biológicos e factores ambientais, que acima de tudo reforçaram a importância da experiência individual e social de cada pessoa (Agarwal & Stoessl, 2013; Cronin-Golomb, 2013; Helmes et al., 2013).

O modelo dos cinco factores da personalidade é um modelo cuja teoria está baseada na diferença de traços, a partir do tipo de afectividade e representa um modelo capaz de avaliar tanto a personalidade como a personalidade pré-mórbida dos doentes de Parkinson. Os seus traços estão agrupados em 5 âmbitos principais e são denominados por neuroticismo, extroversão, abertura à experiência, amabilidade e responsabilidade (Allemand, Zimprich, & Hertzog, 2007; American Psychiatric Association, 2006; Mittermeier et al., 2011).

As alterações da personalidade em doentes de Parkinson surgem geralmente em simultâneo com as suas limitações motoras, gerando um maior prejuízo para a relação entre o aspeto interpessoal e a autodefinição

do doente, naquela que poderia ser uma tendência ao neuroticismo. Deste modo, o corpo tende a aumentar as suas dificuldades em responder à própria intenção e expressividade do seu carácter e à medida que a doença evolui, o corpo vai perdendo a capacidade de expressar emoções, bem como a mente vai perdendo a capacidade de organizar o pensamento (Blatt & Luyten, 2010; Edelman & Segal, 2011; Helmes et al., 2013).

Por outro lado, a avaliação da personalidade pré-mórbida, isto é, da personalidade do indivíduo antes da doença, poderá ser um indicador da predisposição do mesmo à doença de Parkinson, através de um possível padrão de traços de personalidade e, nesse sentido, estudos recentes demonstram que os traços de personalidade pré-mórbida mais característicos parecem ser a extroversão e a amabilidade. No entanto, os mesmos estudos afirmam que estes traços prevalecem no indivíduo desde o princípio da idade adulta, pondo de parte a possibilidade de alterações que pudessem ter acontecido por alguma influência muito inicial e desconhecida da doença (Bower et al., 2010; Ishihara et al., 2008).

A personalidade pré-mórbida parece ser um bom marcador diferencial entre doentes de Parkinson em fase inicial e idosos em fase de envelhecimento normal, mas para tal é indispensável verificar uma relação sólida entre personalidade e comportamento. Assim, o objectivo deste trabalho é explorar as mudanças de personalidade e personalidade pré-mórbida ao logo de cinco anos (NEO-FFI), explorando também, a possibilidade de influências por parte das mudanças psicológicas e comportamentais (NPI-Q) ou da cognição nesse mesmo período (MME e S-IQCODE). Sendo que se espera uma alteração de personalidade e que com ela, surja um padrão de traços que nos permitam de futuro, encontrar um método de previsão para a doença de Parkinson.

Método

Participantes

A amostra foi composta por um total de 292 utentes de centros de dia da Região Autónoma da Extremadura, Espanha, todos do sexo mas-

culino, com idades compreendidas entre os 68 e os 91 anos de idade e que constituíram uma amostra por conveniência. Os participantes foram divididos por dois grupos, um grupo experimental (GE) com 126 idosos que apresentavam um diagnóstico médico de Parkinson, em fase inicial e com idades entre os 70 e os 91 anos ($M = 75.03$, $DP = 2.8$) e um grupo de controlo (GC), com 166 idosos em fase de envelhecimento normal e com idades entre os 68 e os 89 anos ($M = 74.25$, $DP = 3.1$).

Foram aplicados três critérios de inclusão: que tivessem idade superior aos 65 anos, que fossem acompanhados pelo cuidador e que no caso de GE apresentassem um diagnóstico médico de Parkinson em fase inicial e não superior a um ano. Foram também aplicados três critérios de exclusão: que padecessem de problemas de ansiedade ou incapacidade física, que tivessem sido diagnosticados com patologia psiquiátrica e que não fossem utentes de algum centro de dia na Extremadura.

A maioria dos participantes da amostra, conforme Tabela 1, eram viúvos, 45.20% (GE = 50% e GC = 79.51%), enquanto os restantes participantes se distribuíram pelas categorias de casado ou solteiro/divorciado. Ao nível da escolaridade, a maioria dos participantes eram analfabetos, 53.76% (GE = 57.93% e GC = 50.60%), e quanto à profissão, maioritariamente eram pessoas que se dedicavam à agricultura 34.24% (GE = 33.3% e GC = 34.93%). Finalmente, 57.19% (GE = 57.14% e GC = 57.22%) dos participantes eram residentes na Província de Badajoz, enquanto que os restantes 42.81% (GE = 42.86% e GC = 42.78%) eram residentes na Província de Cáceres.

Tabela 1.
Caracterização demográfica

Participantes	GE (n = 126)		GC (n = 166)		p
	M	DP	M	DP	
Estado Civil					.547
Viúvo	63	8.32	69	7.75	
Casado	48	5.48	57	6.47	
Solteiro/ Divorciado	15	7.68	40	7.64	
Escolaridade					.467
Analfabeto	73	7.45	84	6.78	
Primário	35	5.96	49	5.73	
Secundário	18	6.35	33	7.03	
Profissão					.724
Agricultor	42	5.47	58	6.75	
Construção Civil	35	6.54	49	6.53	
Restauração	12	5.43	32	5.38	
Comércio em geral	5	5.59	12	7.49	
Outros	32	7.41	15	6.93	
Província					.295
Badajoz	72	9.42	95	9.63	
Cáceres	54	9.35	71	9.72	

Nota: aplicação estatística de t de student. Nível de significância estatística para o Valor $P < .05$

Material

Para efetuar a avaliação da personalidade e da personalidade pré-mórbida da amostra utilizamos o inventário de personalidade NEO-FFI, na sua versão reduzida de 60 itens, onde cada conjunto de 12 representa uma das cinco dimensões (neuroticismo, extroversão, abertura à experiência, amabilidade e responsabilidade), com um formato de resposta do tipo Likert, com cinco alternativas (de 0 a 4 pontos). O NEO-FFI não tem tempo limite, no entanto, o manual refere que a grande maioria dos indivíduos avaliados não demoraram mais de 30 minutos. A sua aplicação deve ser efectuada a indivíduos com mais de 17 anos de idade (Abella, Panksepp,

Manga, Bárcena, & Iglesias, 2011; Costa & McCrae, 1988; Costa & McCrae, 1992; McCrae & Costa, 2002).

Os resultados brutos obtidos da aplicação do NEO-FFI são convertidos em resultados ponderados, a partir duma tabela de valores ponderados onde se definem os traços por género e nível do próprio traço. O género pode verificar-se por três tipos de resultado ponderados, o de um único valor para homens e mulheres, quando a mostra não tem caracterização de género ou em valores individuais para homens e mulheres, quando a amostra está caracterizada por género. Enquanto que o nível de traço de personalidade está agrupado por cinco níveis para cada género: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. Para cada nível de traço existe também uma escala de percentil que vai desde 25 a 75, permitindo especificar melhor, para cada nível e género, uma maior ou menor intensidade do traço avaliado (Abella et al., 2011; Archer et al., 2006; Costa & McCrae, 1992; McCrae & Costa, 2002).

A avaliação da personalidade dos participantes, conforme o manual de aplicação, é efectuada a partir da resposta dos mesmos ao inventário de personalidade, enquanto que a personalidade pré-mórbida é efectuada a partir das respostas dos cuidadores. Conforme manual, a diferença entre a avaliação da personalidade e da personalidade pré-mórbida dá-se quando para a personalidade pré-mórbida é solicitado ao cuidador que responda ao inventário com base no seu conhecimento do participante de cinco anos antes, no caso de GE ao seu diagnóstico e no caso de GC à sua frequência no centro de dia (Abella et al., 2011; Archer et al., 2006; Costa & McCrae, 1988).

A validação espanhola do inventário apresenta um nível de homogeneidade de .20 a .40 e um coeficiente de Alfa de Cronbach .69 a .72 e uma fiabilidade de .82 para o traço do neuroticismo, .81 para a extroversão, .76 para a abertura à experiência, .71 para a amabilidade e de .81 para a responsabilidade (Abella et al., 2011; Manga, Ramos, & Morán, 2004).

O Mini Mental Estado está dividido em cinco categorias de avaliação: orientação temporal e espacial; memória imediata; atenção e cálculo; memória deferida e capacidade viso-construtiva e finalmente a linguagem. A pontuação máxima é de 30 pontos, considerando que a pontuação igual ou superior aos 25 pontos seja dum estado normal. Assim, considera-se uma

alteração cognitiva leve de 21 a 24 pontos, moderada de 10 a 20 pontos e grave quando o resultado é igual ou inferior a 9 pontos. A sua validação espanhola considerou os fenómenos culturais e económicos e apresentou um *Alfa* de Cronbach de .94 (Blesa et al., 2001; Folstein, Folstein, & McHugh, 1975).

A avaliação da cognição pré-mórbida dos participantes foi efectuada a partir do questionário S-IQCODE, um instrumento que recolhe a opinião do cuidador e tem como objetivo abordar as alterações cognitivas durante os últimos cinco anos até à data do diagnóstico para GE e até à data do início da frequência no centro de dia para GC. O S-IQCODE proporciona informação sobre as alterações cognitivas, assim como pode proporcionar uma perceptiva longitudinal das mesmas alterações (García & Pinedo, 2002).

O questionário apresenta-se na forma escrita e tem de ser respondida pelo cuidador, tem 26 questões, que são pontuadas de 1 a 5 valores. A sua validação espanhola apresenta um *Alfa* de Cronbach de .85 quando comparado com os resultados do MME (Blesa et al., 2001; González, González-Montalvo, Del Ser, & Bermejo, 1992).

Finalmente a avaliações das alterações psicológicas e comportamentais foram efectuadas a partir do Questionário Neuropsiquiátrico (NPI-Q) versão reduzida. Esta escala contém 12 domínios: delírios, alucinações, agitação, depressão, ansiedade, euforia, apatia, desinibição, irritabilidade, alterações motoras significativas, perturbação do sono e perturbação alimentar, permitindo uma avaliação da gravidade das mudanças psicológicas e comportamentais em três níveis. A sua validação espanhola, quando comparada com a versão original NPI, apresenta um *Alfa* de Cronbach de .89 para a escala total de sintomas e .90 para a escala de auxílio (Boada, Cejudo, Tàrraga, López, & Kaufer, 2002).

Procedimento

Os participantes foram avaliados nas instalações do centro de dia que frequentavam. A avaliação foi organizada em três sessões de 50 minutos, para cada idoso. A primeira sessão serviu para esclarecimentos e preenchimento da história clínica, onde participaram os membros da amostra, cuidadores e profissionais de saúde. A segunda sessão foi inteiramente

dedicada à avaliação da personalidade (NEO-FFI, aplicado aos idosos) e personalidade pré-mórbida (NEO-FFI, aplicado aos cuidadores) dos participantes e a terceira e última sessão foi utilizada para a avaliação da cognição (MME, aplicado aos idosos) e cognição pré-mórbida (S-IQCODE, aplicado aos cuidadores) e das mudanças psicológicas e comportamentais (NPI-Q, aplicado aos idosos). Foram efectuadas um total de 258 sessões, no período de um ano, entre os meses de Setembro de 2012 e 2013. Os participantes foram informados do estudo, a sua participação foi voluntária e correspondeu aos critérios éticos de confidencialidade, anonimato e aos critérios metodológicos difundidos pela American Psychological Association (APA).

Resultados

Para a análise estatística utilizamos o Statistical Package for the Social Sciences (SPSS, versão 16.0 para Windows Vista; SPSS, inc., 2008). Os dados inseridos foram recolhidos a partir da possibilidade de avaliar as diferenças de personalidade e personalidade pré-mórbida de toda a amostra e a respectiva influência que poderiam ter a cognição e as mudanças psicológicas e comportamentais. Estas avaliações foram efectuadas segundo as instruções do manual de aplicação e o critério de significância estatística foi estabelecido em ($p < .05$) para todas as análises.

O teste de Shapiro-Wilks verificou a distribuição normal em todas as variáveis, enquanto o teste de Levene revelou a homogeneidade da variância, num total de 1.521 com significância de .32 para ($p < .05$). Uma vez que os domínios das escalas de personalidade, cognição e mudanças psicológicas e comportamentais apresentaram uma distribuição normal, utilizamos para a análise dos dados recolhidos o teste estatístico de *t* de Student para amostras independentes.

Dos valores obtidos, conforme a tabela 2., os participantes de GE apresentaram resultados ligeiramente mais baixos que GC na avaliação das mudanças psicológicas e comportamentais (NPI-Q), embora sem que se apresentassem diferenças significativas. De igual modo, os valores cognitivos atuais (MME) e pré-mórbidos (S-IQCODE), entre ambos os grupos,

apresentaram um valor ligeiramente mais alto em GC, quando comparado com GE, mas igualmente sem diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 2.

Características clínicas dos participantes da amostra, divididos por GE e GC

	GE (n = 71)		GC (n = 71)		t	p
	M	DP	M	DP		
Personalidade pré-mórbida						
Extroversão	43.87	10.65	31.65	10.46	2.76	.003*
Neuroticismo	11.76	9.65	10.32	10.98	2.61	.286
Abertura	40.14	10.6	32.92	10.9	2.96	.015*
Amabilidade	37.23	11.76	32.98	1.39	1.23	.297
Responsabilidade	35.23	10.3	38.98	10.41	1.61	.267
Personalidade atual						
Extroversão	27.54	11.6	29.23	10.8	3.26	.854
Neuroticismo	27.98	11.2	25.34	9.9	2.92	.630
Abertura	22.65	10.6	23.54	11.5	3.36	.956
Amabilidade	24.60	10.7	23.31	9.8	4.31	.649
Responsabilidade	27.30	9.7	28.05	11.5	4.39	.580
Sintomas psicológicos e comportamentais						
NPI-Q	6.9	3.6	8.7	3.9	3.75	.473
Cognição						
MME	27.7	8.97	28.2	9.36	6.74	.582
Cognição pré-mórbida						
S-IQCODE	85.2	25.5	86.9	22.9	7.64	.482

Nota: t = student t-test para amostras independentes; p = significância estatística. (*) valores estatisticamente significativos para $p < .05$

No que concerne à personalidade de Parkinson, também não foi possível verificar a existência de significância estatística, no entanto, o neuroticismo apresenta um valor bastante alto em GE quando comparado com o valor de GC, contudo não significativo como se fazia prever. Os valores de extroversão apresentados são de nível médio em GE e GC, enquanto que, os valores da abertura à experiência são de nível baixo para ambos

os grupos. A amabilidade e responsabilidade apresentam valores de nível baixo em GE e valores de nível médio em GC.

Apenas nas medidas de personalidade pré-mórbida encontramos valores que fossem estatisticamente significativos, nomeadamente no traço de extroversão e abertura à experiência. Ainda nestas medidas, mas de forma não significativa verificamos valores similares entre ambos os grupos para o traço de neuroticismo, enquanto a amabilidade é bastante mais alta em GE do que em GC, e a responsabilidade inferior em GE do que em GC.

Discussão

Em conformidade com outras investigações efectuadas nesta área, entre o período do diagnóstico inicial da doença de Parkinson (cognição atual) e os cinco anos anteriores a este mesmo diagnóstico (cognição pré-mórbida), não se verificam alterações estatisticamente significativas. O mesmo acontece com as mudanças psicológicas e comportamentais verificadas pelo NPI-Q, quando avaliadas na fase inicial da doença de Parkinson, isto é, uma igual ausência de valores significativos (Agarwal & Stoessl, 2013; Anderson, Simpson, Channon, Samuel, & Brown, 2013; Helmes et al., 2013).

Relativamente à personalidade também não encontramos valores significativos, entre idosos em fase inicial de Parkinson e idosos em fase de envelhecimento normal, ainda que outros trabalhos refiram a existência de significância estatística no neuroticismo (Agarwal & Stoessl, 2013; Allemand et al., 2007; Helmes et al., 2013). Conforme os nossos resultados, o neuroticismo em GE apresentou uma média superior à média de GC, o que só por si não revela uma predisposição para estados depressivos ou depressão, em nenhum dos grupos.

Os resultados referentes à personalidade atual da doença de Parkinson (fase inicial), conforme os valores ponderados da tabela 2., pressupõem um leque menor de estratégias sociais e adaptativas para lidar com os eventos diários, quando comparados aos idosos em fase de envelhecimento normal, ainda que tais diferenças não sejam estatisticamente significativas. O doente de Parkinson em fase inicial da doença, quando comparado com o

grupo de controlo, parece apresentar uma diferença muito pouco expressiva quanto à sua motivação, flexibilidades a situações não familiares, interação social e estados de angustia ou ansiedade (Cronin-Golomb, 2013; Helmes et al., 2013).

Apenas no decorrer dos cinco anos da personalidade pré-mórbida, até ao diagnóstico inicial da doença de Parkinson, é que encontramos valores estatisticamente significativos, nomeadamente a extroversão e a abertura à experiência. Na extroversão encontramos uma diferença expressiva de valores médios, onde os idosos de Parkinson apresentam um nível muito alto para o traço, comparado ao nível médio do grupo de controlo. Na abertura à experiência, igualmente significativo e com uma diferença expressiva de valores médios, onde também GE apresenta um nível muito alto para o traço comparado ao nível médio de GC (Bower et al., 2010; Helmes et al., 2013; Ishihara et al., 2008).

Estes resultados pressupõem que a amostra em geral apresenta uma boa capacidade para formular estratégias sociais e para lidar e adaptar-se positivamente aos eventos da vida diária. No entanto, as significâncias estatísticas encontradas no grupo de avaliação para a personalidade pré-mórbida de Parkinson, parecem mostrar um GE mais sensíveis aos valores morais, isto é, mais dirigido por factores associados à identidade pessoal, sendo pessoas mais sinceras, dispostas a ajudar os outros, tolerantes, extrovertidas, que procuram sentimentos positivos e que têm uma tendência satisfatória de interação social (Blatt & Luyten, 2010; Edelman & Segal, 2011).

Conclusão

Associar os critérios da personalidade e personalidade pré-mórbida ao diagnóstico diferencial da doença de Parkinson, pode ser uma mais-valia para a própria especificidade do diagnóstico, assim como uma mais-valia que ajude a conhecer melhor as características pessoais de cada doente proporcionando intervenções mais personalizadas. Mesmo sem que tenhamos tido resultados estatisticamente significativos para a personalidade do doente de Parkinson, é possível determinar os níveis dos traços da personalidade e com estes poder prever algum tipo de alteração. Uma das

grandes vantagens deste inventário de personalidade é o facto de poder fornecer os níveis de cada traço, sendo que estes, mais do que níveis dos traços de personalidade, representam, níveis afectivos, importantes no momento de propor terapêuticas, sejam de índole farmacológica ou de estimulação cognitiva. Finalmente, os traços de personalidade podem permitir aos psicólogos responsáveis por estes doentes, a possibilidade de construir programas motivacionais mais adequados e personalizados, bem como uma maior adequação das terapêuticas ocupacionais, muitas das vezes infantilizadas.

No que diz respeito à personalidade pré-mórbida, devido as diferenças estatísticas encontradas, parecem existir traços de personalidade comuns em idosos que cinco anos depois foram diagnosticados com a doença de Parkinson, como tal, estes dados deveriam ser analisados com exatidão e comparados aos resultados dos diversos estudos já realizados, com o intuito de promover, em pessoas com esses traços de personalidade, isto é, com aquela que parece ser uma predisposição para esta doença, determinados critérios de prevenção.

Entendemos que as limitações deste trabalho devem-se principalmente à falta de outros critérios clínicos, que devido à confidencialidade não foram descritos neste trabalho. No entanto, em trabalhos futuros além da descrição de critérios clínicos, deveriam ser contempladas também as patologias associadas aos doentes de Parkinson e o tipo de tratamento farmacológico que possam estar a fazer no momento da testagem. Dentro de uma maior representatividade, seria também conveniente incluir doentes com maior nível escolar, bem como em situação socioeconómica superior.

Referências

- Abella, V., Panksepp, J., Manga, D., Bárcena, C., & Iglesias, J. A. (2011). Spanish validation of the Affective Neuroscience Personality Scales. *The Spanish Journal of Psychology*, 14(2), 926-935. doi:10.5209/rev_SJOP.2011.v14.n2.38.
- Archer, N., Brown, R. G., Boothby, H., Foy, C., Nicholas, H., & Lovestone, S. (2006). The NEO-FFI is a reliable measure of premorbid personality in patients with

- probable Alzheimer's disease. *International Journal of Geriatric Psychiatry* 21(5), 477–484. doi: 10.1002/gps.1499.
- Agarwal, P. A., & Stoessl, A. J. (2013). Biomarkers for trials of neuroprotection in Parkinson's disease. *Movement Disorders*, 28(1), 71-85. doi:10.1002/mds.25065.
- Allemand, M., Zimprich, D., & Hertzog, C. (2007). Cross-sectional age differences and longitudinal age changes of personality in middle adulthood and old age. *Journal of Personality*, 75(2), 323–358. doi:10.1111/j.1467-6494.2006.00441.x.
- American Psychiatric Association (2006). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-IV* (4^a ed.). Washington, D.C.: Author.
- Anderson, R. J., Simpson, A. C., Channon, S., Samuel, M., & Brown, R. G. (2013). Social problem solving, social cognition, and mild cognitive impairment in Parkinson's disease. *Behavioral Neuroscience*, 127(2), 184-192. doi:10.1037/a0030250.
- Blatt, S. J., & Luyten, P. (2010). Reactivating the psychodynamic approach to classify psychopathology. In T. Millon, R. F. Krueger, & E. Simonsen (Eds.), *Contemporary directions in psychopathology: Scientific foundations of the DSM-V and ICD-11* (pp. 483–514). New York, NY: Guilford Press.
- Blesa, R., Pujol, M., Aguilar, M., Santacruz, P., Bertran-Serra, I., Hernández, G., . . . Peña-Casanova, J. (2001). Clinical validity of the 'mini-mental state' for Spanish speaking communities. *Neuropsychologia*, 39(1), 1150–1157. doi:10.1016/S0028-3932(01)00055-0.
- Boada, M., Cejudo, J. C., Tàrraga, L., López, O. L., & Kaufer, D. (2002). Neuropsychiatric Inventory Questionnaire (NPI-Q): Spanish validation of an abridged form of the Neuropsychiatric Inventory (NPI). *Neurologia*, 17(6), 317-323. Retrieved from <http://www.researchgate.net/publication/11291662>
- Bower, J. H., Grossardt, B. R., Maraganore, D. M., Ahlskog, J. E., Colligan, R. C., Geda, Y. E., . . . Rocca, W. A. (2010). Anxious personality predicts an increased risk of Parkinson's disease. *Movement Disorder*, 25(13), 2105-2113. doi:10.1002/mds.23230.
- Costa, P. T., & McCrae, R. R. (1988). Personality in adulthood: A six-year longitudinal study of self-reports and spouse ratings on the NEO Personality Inventory.

- Journal Personality and Social Psychology*, 54(5), 853–863. doi:10.1037/0022-3514.54.5.853.
- Costa, P. T., & McCrae, R. R. (1992). *Revised NEO Personality Inventory and NEO Five Factor Inventory: Professional manual*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.
- Cronin-Golomb, A. (2013). Emergence of nonmotor symptoms as the focus of research and treatment of Parkinson's disease: Introduction to the special section on nonmotor dysfunctions in Parkinson's Disease. *Behavioral Neuroscience*, 127(2), 135–138. doi:10.1037/a0032142.
- Edelstein, B. A., & Segal, D. L. (2011) Assessment of emotional and personality disorders in older adults. In K. W. Schaie, & S. L. Willis (Eds.), *Handbook of the psychology of aging* (pp. 325-337). London, England: Academic Press.
- Folstein, M. F., Folstein, S. E., & McHugh, P. R. (1975). Mini-mental state: A practical method for grading the cognitive state of patients for the clinician. *Journal Psychiatric Research*, 12(3). 189-198. doi:10.1016/0022-3956(75)90026-6.
- García, M. F., & Pinedo, F. P. O. (2002). Deterioro cognitivo: Uso de la versión corta del Test del Informador (IQCÓDE) en consultas de geriatría. *Revista Española Geriatria y Gerontologia* 37(2), 81-85. doi:10.1016/S0211-139X(02)74782-3.
- Helmes, E., Norton, M. C., & Østbye, T. (2013). Personality change in older adults with dementia: Occurrence and association with severity of cognitive impairment. *Advances in Aging Research*, 2(1), 27-36. doi:10.4236/aar.2013.21004.
- Ishihara, P. L., Wainwright, N. W. J., Khaw, K. T., Luben, R. N., Welch, A. A., Day, N. E., . . . Surtees, P. G., (2008). Prospective association between emotional health and clinical evidence of Parkinson's disease. *European Journal of Neurology*, 15(11), 1148-1154. doi:10.1111/j.1468-1331.2008.02299.x.
- Manga, D., Ramos, F., & Morán, C. (2004). The Spanish norms of the NEO Five-Factor Inventory: New data and analyses for its improvement. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 4(3), 639-648. Retrieved from <http://www.redalyc.org/pdf/560/56040311.pdf>
- McCrae, R. R., & Costa, P. T. (2002). Introduction to the empirical and theoretical status of the Five-Factor Model of Personality Traits. In Costa, P. T., & Widiger,

- T. A. (Eds.), *Personality disorders and the five-factor model of personality* (pp. 28-52). Washington, DC: American Psychological Association.
- González, J. M. M., González-Montalvo, J. I., Del Ser, Q. T., & Bermejo, P. J. (1992). Estudio de validación del S-IQCODE: La versión española del informant Questionnaire on Cognitive Decline in the Elderly. *Archivos de Neurobiología*, 55(6), 262-266. Retrieved from <http://web.b.ebscohost.com/>
- Mittermeier, V., Leicht, G., Karch, S., Hegerl, U., Möller, H. J., Pogarell, O., & Mulert, C. (2011). Attention to emotion: Auditory-evoked potentials in an emotional choice reaction task and personality traits as assessed by the NEO FFI. *European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience*, 261(2), 111-120. doi:10.1007/s00406-010-0127-9.

Perturbação Obsessivo-Compulsiva da Personalidade: Etiologia e Intervenção Psicoterapêutica

Obsessive-Compulsive Personality Disorder: Etiology and Psychotherapeutic Intervention.

Filipa de Carvalho Alves Capela¹

Ana Isabel Machado Couceiro²

PSIQUE – ISSN 1647-2284 – N.º 10 – Janeiro-Dezembro 2014 – pp. 107-127

Recebido em 13/04/2014; aceite em 28/05/2014

Resumo

O presente artigo pretende caracterizar de uma forma compreensiva a perturbação obsessivo-compulsiva da personalidade (POCP), explicar a sua etiologia de acordo com diferentes abordagens, apresentar a sua prevalência, as características e perturbações associadas, bem como as intervenções terapêuticas para esta perturbação. A POCP é uma das perturbações de personalidade com maior incidência na população em geral. A literatura salienta a importância dos fatores ambientais para o desenvolvimento da perturbação, investigando as possíveis consequências de experiências negativas na infância e o controlo parental excessivo. Esta perturbação apresenta, frequentemente, comorbilidade com algumas perturbações mentais (e.g., alimentares, do humor) e de personalidade. A literatura aponta, ainda, algumas intervenções terapêuticas eficazes, tanto

¹ Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: alves.filipa@hotmail.com.

² Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: aisabelcouceiro@gmail.com.

ao nível da orientação psicoterapêutica (e.g., cognitivo-comportamental, psicodinâmica), como de determinadas intervenções específicas (e.g., terapia interpessoal metacognitiva, treino de competências). Contudo, o estudo desta perturbação é, ainda, limitado e são apresentadas sugestões para futuras investigações.

Palavras-chave: perturbação obsessivo-compulsiva da personalidade, perturbação de personalidade, psicoterapia.

Abstract

This article aims to characterize obsessive-compulsive personality disorder, explaining its etiology according to different approaches, present its prevalence, associated features and disorders, as well as therapeutic interventions for this disorder. The obsessive-compulsive personality disorder is one of the most frequent personality disorders diagnosed to the overall population. Nowadays, literature unveils the importance of environmental factors that affect the disorder development, focusing its research on the possible consequences of negative experiences related to childhood and parental excessive control. Also this disorder has, frequently, co-morbidity with some mental disorders (e.g., eating and mood disorders) and other personality disorders. Some therapeutic interventions have been proven to be efficient, showing results in terms of psychotherapeutic orientation (e.g., cognitive-behavioral, psychodynamic) and more specific interventions (e.g., metacognitive interpersonal therapy, social skills training). However, research is still limited and future research suggestions are discussed.

Key-words: obsessive-compulsive personality disorder, personality disorder, psychotherapy.

A perturbação obsessivo-compulsiva da personalidade (POCP) é uma das perturbações descrita no eixo II do DSM-5, sendo integrada no grupo C juntamente com a perturbação dependente e evitante da personalidade. Apesar de ser uma das perturbações mais prevalentes na população (APA,

2013; Grant, Mooney, & Kushner, 2012), os estudos são ainda diminutos e possuem algumas limitações, nomeadamente ao nível da representatividade das amostras. Neste sentido, a pertinência deste artigo prende-se com esse facto, pelo que tem como objetivo caracterizar a POCP de uma forma compreensiva, fazendo para isso uma revisão não só de estudos que procuram explicar a sua etiologia, a sua prevalência, as suas características e perturbações associadas mas também de estudos que exploram a eficácia de diversas intervenções terapêuticas para esta perturbação.

Caraterização e Critérios de Diagnóstico da Perturbação Obsessivo-Compulsiva da Personalidade

A POCP é caracterizada, fundamentalmente, por um padrão global de preocupação com a ordem, com o perfeccionismo e com o controlo mental e interpessoal, à custa da flexibilidade, abertura e eficiência, começando no início da idade adulta e apresentando-se em diversos contextos da vida da pessoa (American Psychiatric Association [APA], 2013).

Segundo a classificação categorial do manual da APA (2013), o critério 1 afirma que as pessoas que possuem esta perturbação apresentam uma preocupação e um cuidado minucioso no que diz respeito a regras, procedimentos, listas, ordem, pormenores triviais, esquemas ou formalidades, chegando a perder o foco no objetivo principal da atividade.

O critério 2 sustenta que estas pessoas são excessivamente perfeccionistas com cada pormenor, a ponto de não conseguirem concretizar determinadas tarefas como, por exemplo, projetos e relatórios, pelo que o resultado final acaba por possuir muito pouca perfeição.

Além disso, de acordo com o critério 3, estas pessoas apresentam uma extrema dedicação ao trabalho e à produtividade, de tal modo que podem chegar a demover da sua vida os momentos de lazer como, por exemplo, férias e os próprios amigos (exceto por motivos de necessidade económica).

O critério 4 afirma que as pessoas com POCP podem revelar-se extremamente conscienciosas e escrupulosas, no sentido de serem inflexíveis em termos morais, éticos ou de valores, exceto por razões de identificação cultural ou religiosa.

Segundo o critério 5, estas pessoas podem, também, apresentar dificuldade em se desfazer de determinados objetos que são inúteis e sem qualquer valor sentimental.

Podem, ainda, de acordo com o critério 6, apresentar relutância no que concerne a delegar funções ou trabalho nos outros, a não ser que respeitem exatamente o seu modo de proceder, uma vez que consideram que apenas a sua forma de fazer as coisas é a correta. Contudo, quando delegam alguma função, providenciam procedimentos bastante pormenorizados acerca de como fazer as coisas.

O critério 7 sustenta que as pessoas com esta perturbação podem adotar um estilo miserabilista e revelar ser avarentas, no sentido em que possuem a crença de que é necessário juntar dinheiro para possíveis catástrofes que possam ocorrer no futuro.

Por fim, segundo o critério 8, estes sujeitos apresentam uma determinada rigidez e obstinação, no sentido de fazerem as coisas da maneira que consideram corretas e de planearem tudo antecipada e meticulosamente. Além disso, dificilmente aceitam as perspetivas de outras pessoas.

Segundo o DSM-5, para completar um diagnóstico para esta perturbação, a pessoa deve apresentar quatro ou mais dos critérios anteriormente referidos (APA, 2013), sendo que estes não sofreram nenhuma alteração relativamente ao DSM-4-TR. Contudo, foram introduzidas algumas mudanças no DSM-5, nomeadamente, uma classificação dimensional no que respeita às perturbações de personalidade.

Segundo o critério A desta classificação, a pessoa deve apresentar um prejuízo moderado ou grave no funcionamento da personalidade, em duas ou mais das seguintes áreas: identidade, auto-orientação, empatia e intimidade (APA, 2013). Em termos da identidade, o DSM-5 refere que as pessoas com esta perturbação apresentam um sentimento de si derivado predominantemente do trabalho ou produtividade e uma experiência e expressão de emoções fortes constringidas.

No que diz respeito à auto-direção é indicado que estas pessoas apresentam dificuldade em completar tarefas e concretizar objetivos, associada a padrões internos de comportamento rígidos e excessivamente

elevados e inflexíveis e possuem atitudes demasiadamente conscienciosas e moralistas.

Relativamente à empatia, estes sujeitos têm dificuldade em compreender e valorizar as ideias, os sentimentos e os comportamentos dos outros.

Por fim, em relação à intimidade, as relações, para estas pessoas, são vistas como secundárias ao trabalho e à produtividade e a rigidez e obstinação afetam negativamente estas relações com os outros.

O critério B para o diagnóstico da POCP, segundo a perspectiva dimensional do DSM-5, diz respeito aos traços de personalidade patológicos, pelo que a pessoa deve apresentar três ou mais dos seguintes, sendo que o primeiro deve estar obrigatoriamente presente: perfeccionismo rígido, perseveração, evitamento da intimidade e afetividade restrita (APA, 2013).

O perfeccionismo rígido diz respeito a uma insistência rígida em tudo ser perfeito e sem quaisquer erros, incluindo o próprio desempenho e o dos outros e acreditando que existe apenas um modo correto de fazer as coisas; existe uma preocupação com detalhes, organização e ordem e uma dificuldade em mudar as suas ideias e/ou pontos de vista.

A perseveração – um aspeto da afetividade negativa – indica uma persistência em tarefas muito tempo após o comportamento deixar de ser funcional ou eficaz, ou seja, a repetição de um mesmo comportamento apesar de repetidas falhas.

O evitamento de intimidade – um aspeto da desvinculação – diz respeito ao evitamento de relações próximas ou românticas, bem como vinculações interpessoais e relacionamentos sexuais íntimos.

Por fim, o traço patológico afetividade restrita – um aspeto, também, da desvinculação – é relativo à pouca reação a situações que despertam emoções, existindo uma experiência e expressão emocional constrictas, indiferença e frieza.

A POCP é, assim, uma perturbação caracterizada por um padrão estável de experiência interna e comportamento que se manifesta, sobretudo, numa preocupação excessiva com o perfeccionismo, a ordem e o controlo, pelo que as pessoas se demonstram bastante rígidas e obstinadas (APA, 2013). Estas pessoas apresentam, portanto, um prejuízo no funcionamento da personalidade que causa sofrimento ou incapacidade, afetando várias

dimensões da sua vida, nomeadamente as relações interpessoais (APA, 2013).

Etiologia da Perturbação Obsessivo-Compulsiva da Personalidade

O diagnóstico da POCP desencadeia ainda muitas questões relativamente à sua etiologia. Possíveis justificações para o aparecimento da perturbação são dadas por diferentes abordagens, nomeadamente a cognitiva, a psicodinâmica e a comportamental. Estas abordagens salientam a importância dos fatores ambientais, em particular na infância, e alguns fatores biológicos foram também alvo de investigação por parte da comunidade científica.

As experiências negativas na infância são comumente apresentadas como fatores importantes no desenvolvimento das perturbações de personalidade (Birgenheir & Pepper, 2011). A abordagem cognitiva sugere que os indivíduos com POCP possam ter experienciado eventos na infância que incutiram um sentimento de forte inadequação e, subsequentemente, uma necessidade de ser perfeito (Beck, Freeman, & Davis, 2004). Alguns autores sugerem que um indivíduo que foi frequentemente criticado pelos pais pode desenvolver a crença de que a única forma de ser aceite é ter a certeza que não comete quaisquer erros, resultando num padrão de comportamento de controlo excessivo e tentativa de ser perfeito (Birgenheir & Pepper, 2011).

Um estudo longitudinal de Johnson et al. (2001) investigou o valor preditor que o abuso verbal na infância, por parte das mães, pode ter no desenvolvimento de perturbações da personalidade. Os autores procuraram uma amostra representativa da população, analisando 793 histórias clínicas, tendo por base entrevistas psicossociais às mães e aos seus filhos. Os resultados do estudo indicam que as crianças que sofrem de abuso verbal na infância têm três vezes mais probabilidade de vir a desenvolver perturbações de personalidade, entre elas a POCP (Johnson et al., 2001). Outro estudo de Battle et al. (2004) procurou investigar e compreender as histórias clínicas de 600 indivíduos com perturbações da personalidade, incluindo a POCP, de forma a clarificar a associação entre as experiências adversas na infância, mais especificamente questões de negligência e

abuso, e o desenvolvimento das perturbações. Os resultados apontam que as taxas de maus tratos e negligência em indivíduos com perturbações da personalidade foram altas, sendo que 63% relataram ter sofrido de abusos e 82% de negligência (Battle et al., 2004).

No entanto, é preciso interpretar os resultados destes estudos com cautela, pois os estudos não foram replicados e a sua análise foi direcionada a todas as perturbações da personalidade, sem especial foco para a POCP. No futuro, estudos que deem especial atenção aos estilos parentais podem ser úteis para perceber melhor a associação entre os estilos perfeccionistas e controladores dos pais e o desenvolvimento da POCP nos seus filhos (Birgenheir & Pepper, 2011).

A abordagem psicodinâmica sublinha, também, a importância que a qualidade das relações interpessoais na infância pode ter para o desenvolvimento de traços de personalidade idênticos aos da POCP, como a rigidez, o perfeccionismo e a parcimónia (Emmelkamp, 1982, citado por Reus & Emmelkamp, 2010). A teoria psicanalítica clássica observa os traços de personalidade como decorrentes de forças intrapsíquicas que surgem como resultado das experiências e percepções vividas na primeira infância (Grant, Mooney, & Kushner, 2012). O comportamento obsessivo-compulsivo é visto por esta abordagem como uma fixação na fase anal do desenvolvimento psicosexual, sendo o resultado de conflitos entre os pais e os filhos decorrentes do controlo dos esfíncteres da criança, entre os dois e os três anos. Por um lado, a criança deseja controlar livremente a expulsão de fezes e urina como até então, por outro lado os pais ensinam-lhe que deve aprender a regular esse comportamento de acordo com os padrões culturais e sociais (Emmelkamp, 1982, citado por Reus & Emmelkamp, 2010). A fixação nesta fase pode, então, estar relacionada com uma atitude rígida e impaciente por parte dos pais quando ensinam a criança a “usar a casa de banho”, o que contribuirá para o desenvolvimento severo do superego da criança (Chessick, 2001, citado por Eskedal & Demetri, 2006). Porém, esta relação causal entre a adaptação da criança ao “uso da casa de banho” e o desenvolvimento da personalidade obsessivo-compulsiva sugerida pela abordagem psicodinâmica tem tido pouca sustentação empírica (Reus & Emmelkamp, 2010).

Numa perspetiva comportamental, acredita-se que os traços de personalidade se desenvolvem a partir de respostas compensatórias a tendências inatas ou adquiridas (Villemarette-Pittman, Stanford, Greve, Houston, & Mathias, 2004). As características obsessivas começam, então, por ser respostas adaptativas, mas que rapidamente se tornam em desregulações comportamentais, desenvolvendo um padrão de disfunção comportamental (Villemarette-Pittman et al., 2004).

Existem, ainda, alguns estudos que procuram investigar alguma evidência biológica para a POCP, nomeadamente explorando possíveis disfunções ao nível dos sistemas neurotransmissores e diferenças significativas na atividade metabólica dos lobos frontais (Reus & Emmelkamp, 2010; Villemarette-Pittman et al., 2004). Um estudo de Light et al. (2006) procurou explorar a associação entre o polimorfismo do gene recetor D3 de dopamina com o aumento dos sintomas associados à POCP, em particular em pacientes com depressão. Os resultados do estudo apoiam a associação, estabelecendo que um indivíduo com o genótipo Gly/Gly tem 2,4 vezes mais probabilidade de ser diagnosticado com a POCP. No entanto, o estudo é limitado já que explora apenas a associação baseada em um único gene, neste sentido, investigações futuras podem ser importantes para uma melhor compreensão da etiologia da POCP (Light et al., 2006).

Podemos, então, concluir, que existe pouca evidência empírica para determinar a existência de fatores biológicos que justifiquem o desenvolvimento da POCP (Eskedal & Demetri, 2006). Contudo, a literatura sugere que os fatores ambientais podem desempenhar um papel fulcral para a evolução desta perturbação, salientando as consequências de um controlo excessivo por parte dos pais (Birgenheir & Pepper, 2011; Chessick, 2001, citado por Eskedal & Demetri, 2006) e a aprendizagem de comportamentos compulsivos (Villemarette-Pittman et al., 2004).

Prevalência da Perturbação Obsessivo-Compulsiva da Personalidade

A POCP é uma das perturbações de personalidade com maior incidência na população em geral, estimando-se que a sua prevalência varie entre 2,1% e 7,9% (APA, 2013).

O estudo de Grant et al. (2012), que procurou apresentar resultados representativos da população tendo em conta a POCP, contou com uma amostra de 43093 pessoas, sendo que a recolha de informação foi feita através de entrevistas presenciais. Os resultados indicam que a POCP foi prevalente em 7,8% dos casos e que o registo desta perturbação de personalidade foi menos comum em adultos jovens, em indivíduos asiáticos e hispânicos, mas mais comum em sujeitos com habilitações médias ou inferiores (Grant et al., 2012).

Analisando a realidade hospitalar, em particular a de indivíduos internados em unidades de psiquiatria, um estudo de Zimmerman, Rothschild, e Chelminski (2005) entrevistou 859 indivíduos, sendo que 31,4% foram diagnosticados com, pelo menos, uma das dez perturbações da personalidade descritas no DSM-4. A POCP foi a terceira perturbação mais prevalente (8,7%) entre as diagnosticadas, depois da perturbação da personalidade evitante (14,3%) e da perturbação anti-social da personalidade (9,3%).

Relativamente à diferença entre géneros, estudos sistemáticos apontam que a POCP parece ser diagnosticada cerca de duas vezes mais no sexo masculino (APA, 2013). Um estudo de Light et al. (2006) que procurou ilustrar fatores etiológicos com base na biologia, concluiu que o sexo masculino pode também ser um preditor significativo para o diagnóstico da POCP. Contudo, o estudo de Grant et al. (2012) não registou diferenças significativas entre os géneros.

Comparativamente com as perturbações do Eixo I, existem poucos estudos epidemiológicos que descrevam a prevalência das perturbações de personalidade (Reus & Emmelkamp, 2010). No entanto, o estudo da prevalência das perturbações de personalidade é importante, não só como pesquisa básica, mas também no sentido de clarificar o planeamento dos serviços de saúde, de forma a conseguirem fornecer uma resposta às necessidades efetivas dos indivíduos (Lenzenweger, 2008).

Caraterísticas e Perturbações Associadas à Perturbação Obsessivo-Compulsiva da Personalidade

As pessoas com POCP apresentam, frequentemente, comorbilidade com outras perturbações, tanto mentais, como de personalidade, e podem

manifestar determinadas características que, segundo a literatura, se encontram associadas a esta perturbação.

Ao nível das perturbações de ansiedade, as pessoas com ansiedade generalizada, perturbação obsessivo-compulsiva (POC), fobia social e fobias específicas, apresentam maior probabilidade de ter POCP (APA, 2013). Neste sentido, Gordon, Salkovsis, Oldfield, e Carter (2013) realizaram um estudo com 359 participantes, 189 dos quais apresentava um diagnóstico principal de POC e 170 de perturbação de pânico. Foram utilizadas medidas como SCID-I e II e de auto-relato para a sintomatologia da ansiedade, depressão e POC. Os resultados indicam que as pessoas com POC apresentam taxas significativamente mais elevadas de POCP, comparativamente com as pessoas com perturbação de pânico e que aquelas com POC e comorbilidade com POCP reportam, também, níveis significativamente mais altos de consumo de álcool (Gordon et al., 2013). Estes autores concluíram, então, que existe uma associação significativa entre a POC e a POCP, pelo que a comorbilidade de ambas está associada a uma maior gravidade dos prejuízos em termos de determinados sintomas da POC.

A literatura sugere que a POCP, bem como traços desta perturbação, podem ser relativamente comuns entre indivíduos com perturbações alimentares (APA, 2013), nomeadamente com perturbação de ingestão compulsiva (Becker, Masheb, White, & Grilo, 2010), com anorexia nervosa (Bardone-Cone et al., 2007; Karwautz, Troop, Rabe-Hesketh, Collier, & Treasure, 2003) e com bulimia nervosa (Bardone-Cone et al., 2007).

Bardone-Cone et al. (2007), no seu estudo de revisão, concluíram, ainda, que o perfeccionismo se encontra frequentemente associado a perturbações depressivas. Neste sentido, o manual da APA (2013) estabelece, igualmente, que pode existir uma associação entre esta perturbação e perturbações do humor.

Em relação às perturbações de personalidade, Hummelen, Wilberg, Pederson, e Karterud (2008) conduziram uma investigação com 2237 pessoas e averiguaram que 77% das que tinham POCP apresentavam, simultaneamente, outras perturbações de personalidade. Porém, apenas a comorbilidade com a perturbação paranóide foi significativamente mais alta do que o esperado. Por outro lado, Skodol et al. (2002), que procuraram

comparar o funcionamento psicossocial em pessoas com perturbações de personalidade esquizotípica, *borderline*, evitante e obsessivo-compulsiva em 660 participantes, sugerem que a POCP é menos incapacitante do que outras perturbações de personalidade, nomeadamente a perturbação esquizotípica e *borderline*.

Relativamente ao comportamento suicida em indivíduos com POCP, Diaconu e Turecki (2009) aplicaram entrevistas estruturadas para o humor e perturbações de personalidade (SCID I e II), a 311 pessoas. O estudo demonstrou que as pessoas com POCP e comorbilidade com depressão apresentam um aumento da ideação suicida atual e ao longo da vida, comparativamente ao grupo de pessoas com depressão, sem depressão ou com perturbações de personalidade. Os sujeitos do grupo da comorbilidade POCP-depressão apresentam, também, um histórico mais elevado de tentativas de suicídio (Diaconu & Turecki, 2009). Semelhantemente, Ansell et al. (2010), num estudo com 130 participantes hispânicos monolíngues (espanhol) avaliados num programa psiquiátrico com base comunitária para pacientes não hospitalizados, mostraram que a componente do perfeccionismo da POCP – incluindo traços de preocupação com detalhes e devoção excessiva ao trabalho – está associada à depressão e à ideação suicida.

Ansell et al. (2010) sugerem, ainda, que a componente de rigidez interpessoal da POCP – traços de escrupulosidade, relutância para delegar tarefas a outros e obstinação – está associada à raiva e a comportamentos agressivos. Neste sentido, o manual da APA (2013) também indica que estas pessoas têm uma tendência para ficar aborrecidas ou zangadas em situações nas quais não possuem controlo, embora esta raiva não seja, geralmente, expressada diretamente.

Um dos objetivos do estudo de Kosti et al. (2008) foi investigar a presença de anedonia (i.e., perda ou ausência da capacidade para ter prazer) em pessoas com POCP, pelo que concluíram que este é um sintoma central da depressão, mas que também pode ser observado em pessoas com outras perturbações psicológicas, nomeadamente com POCP.

Assim, concluímos que as pessoas com perturbações mentais, nomeadamente perturbações de ansiedade, apresentam uma maior propensão

para a comorbilidade com a POCP (APA, 2013; Gordon et al., 2013). As perturbações do comportamento alimentar encontram-se frequentemente presentes em pessoas com POCP (APA, 2013; Bardone-Cone et al., 2007; Becker et al., 2010; Karwautz et al., 2003), bem como as perturbações depressivas (APA, 2013; Bardone-Cone et al., 2007) e outras perturbações de personalidade (Hummelen et al., 2008). Verificamos, ainda, que as pessoas com POCP e depressão manifestam um aumento do comportamento suicida (Diaconu & Turecki, 2009).

Intervenções Terapêuticas para a Perturbação Obsessivo-Compulsiva da Personalidade

Relativamente às intervenções terapêuticas existentes para a POCP, as investigações analisam não só diferentes orientações psicoterapêuticas, mas também intervenções específicas, explorando o seu curso e a sua eficácia.

O estudo de Bender et al. (2001) procurou comparar a utilização de tratamentos de saúde mental em pessoas com perturbações de personalidade – nomeadamente esquizotípica, *borderline*, evitante e obsessivo-compulsiva – e pessoas com perturbação depressiva major. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a 664 participantes e verificou-se que as pessoas com POCP reportam uma maior utilização de psicoterapia individual, em detrimento de outros tratamentos psicossociais, como grupos de auto-ajuda, comparativamente com pessoas com perturbação depressiva major (Bender et al., 2001).

Mais especificamente, um estudo avaliou os resultados da terapia cognitivo-analítica (Kosti et al., 2008) – um tipo de intervenção psicoterapêutica breve que integra elementos da teoria psicanalítica das relações de objeto e da psicologia cognitiva (Mulder & Chanen, 2013) – na anedonia, na depressão e na ansiedade em 64 pessoas com POCP. Quarenta e cinco pessoas completaram a terapia e os resultados indicam que esta se revela eficaz na redução da anedonia – apesar de 13 terem permanecido com este sintoma –, pelo que a sua melhoria ocorre com a melhoria de todo o quadro clínico da pessoa (Kosti et al., 2008).

No que diz respeito à terapia de orientação cognitiva, um estudo piloto teve o intuito de avaliar a sua eficácia em 20 participantes chineses com POCP e depressão refratária, que apresentavam graus moderados de ansiedade e níveis elevados de desesperança (Ng, 2005). Foram utilizadas entrevistas estruturadas (SCID-I e II), o Inventário de Depressão de Beck, o Inventário de Ansiedade de Beck e a Escala de Desesperança de Beck. Os resultados sugerem que a terapia cognitiva, para além de melhorar os sintomas depressivos e de ansiedade, reduz a severidade da POCP, podendo, assim, apresentar-se como uma intervenção psicológica eficaz para esta perturbação, mas que necessita de mais estudos empíricos (Ng, 2005). Um outro estudo acompanhou 30 pacientes com diagnóstico de perturbação da personalidade evitante e POCP que se encontravam em terapia cognitiva, com 52 sessões semanais (Strauss et al., 2006). Numa fase de pré-tratamento todos os participantes cumpriam os critérios para o diagnóstico das perturbações, contudo, após o tratamento, apenas 7% continuava a cumprir os critérios, resultados que explanam as melhorias significativas dos sintomas (Strauss et al., 2006). Outro estudo, ainda nesta orientação, procurou analisar a possibilidade da variabilidade da autoestima ser um preditor de um melhor funcionamento depois do tratamento por terapia cognitiva (Cummings, Hayes, Cardaciotto, & Newman, 2012). Vinte e sete pessoas com perturbação evitante da personalidade e POCP foram acompanhadas durante 52 semanas e foram-lhes administradas entrevistas estruturadas (SCID I e II). Os autores concluíram que uma maior variabilidade da autoestima prediz uma melhoria maior, tanto na perturbação de personalidade, como nos sintomas depressivos. Portanto, os autores consideram que esta variabilidade pode ser uma parte necessária para a mudança terapêutica (Cummings et al., 2012).

Por outro lado, Svartberg, Stiles, e Seltzer (2004) procuraram avaliar a eficácia da psicoterapia dinâmica a curto-prazo e da terapia cognitiva em 50 pessoas não internadas com perturbações de personalidade do grupo C. Os indivíduos foram avaliados através de entrevistas estruturadas (SCID I e II), receberam 40 semanas de sessões de uma ou outra terapia, sendo que os resultados foram medidos durante e depois do tratamento e a mudança foi avaliada longitudinalmente. Os resultados indicam que estas duas

terapias são eficazes no tratamento de pessoas com estas perturbações, mas que devido a algumas limitações o estudo necessita de ser replicado com mais participantes e com diferentes equipas terapêuticas (Svartberg et al., 2004). Neste sentido, a meta-análise de Simon (2009) sugere, também, que os efeitos do tratamento não parecem variar em função da orientação, nomeadamente a cognitivo-comportamental e a psicodinâmica. A terapia cognitivo-comportamental pode representar uma combinação eficaz para as pessoas com POCP, uma vez que estas podem preferir um plano terapêutico que lhes pode ser explicado ponto por ponto e de uma forma lógica (Eskedal & Demetri, 2006). É, também, comum, as pessoas com perturbações de personalidade do grupo C receberem treino de competências para manter os ganhos da psicoterapia durante o *follow-up* (Simon, 2009). Deste modo, Simon (2009) conclui que as abordagens cognitivo-comportamental e psicodinâmica, juntamente com o treino de competências são, geralmente, benéficas para as pessoas com esta perturbação.

O estudo de Enero et al. (2013) teve como objetivo investigar a influência da angústia (*distress*) antes do tratamento na resposta de 116 pacientes à terapia cognitivo-comportamental (TCC) em grupo. A angústia pré-tratamento foi operacionalizada como níveis de depressão e de ansiedade. A intervenção foi composta por 10 grupos de sessões que incluíram psico-educação, técnicas específicas de TCC e prevenção de recaída e a amostra foi dividida em dois grupos: (1) os pacientes que receberam alta e (2) os pacientes que precisaram de continuar no tratamento. Os autores concluíram que os pacientes do primeiro grupo possuíam níveis de angústia pré-tratamento mais baixos que os pacientes no segundo grupo e que, portanto, os níveis deste estado de ansiedade são um preditor significativo da resposta à TCC em grupo, em pacientes com POCP. Assim, os níveis de angústia antes do tratamento devem ser considerados para o planeamento da intervenção, embora sejam necessários mais estudos neste sentido (Enero et al., 2013).

As pessoas com perturbações de personalidade podem, ainda, apresentar dificuldade em pensar sobre o próprio pensamento, ou seja, em reconhecer os seus próprios pensamentos e sentimentos ou analisar a exatidão de algo que pensam ser verdadeiro (Fiore, Dimaggio, Nicoló,

Semerari, & Carcione, 2008). A terapia metacognitiva interpessoal pode, assim, ser uma opção de intervenção, uma vez que a falta da capacidade para identificar e refletir sobre estados mentais dificulta a criação de estratégias de resolução de problemas baseadas em informações mentais e na negociação dos seus desejos e objetivos com os cônjuges, colegas e amigos, ou lidar com os stressores (Dimaggio et al. 2011). Assim, se os terapeutas estiverem conscientes das disfunções na metacognição dos clientes, não os forçarão a usar conhecimento psicológico ao qual eles não têm acesso, mas, por outro lado, irão promover gradualmente o crescimento dessa metacognição (Dimaggio et al., 2011).

No que diz respeito à psicoterapia, Bartak et al. (2010) procuraram investigar a eficácia de diferentes modalidades de psicoterapia no tratamento de perturbações de personalidade do grupo C, numa amostra de 371 pessoas de seis centros de cuidados mentais diferentes. Estes autores concluíram que a psicoterapia – em diferentes modalidades, mas sobretudo na modalidade de internamento a curto prazo (cinco dias por semana, durante uma média de 4.2 meses) – é um tratamento eficaz para pacientes com perturbações de personalidade do grupo C, revelando melhorias ao nível dos sintomas psiquiátricos, do funcionamento psicossocial e da qualidade de vida.

Relativamente ao curso das perturbações de personalidade, nomeadamente da POCP, o estudo longitudinal de Shea et al. (2002) procurou conhecer o seu curso em comparação com a perturbação depressiva major. O estudo seguiu 621 indivíduos em tratamento, que foram avaliados semanalmente (perturbação depressiva major) e mensalmente (perturbação de personalidade), além de uma reavaliação do diagnóstico seis e 12 meses após o primeiro. Os resultados sugerem que após 12 meses os indivíduos com perturbação de personalidade mantiveram mais o diagnóstico do que os indivíduos com depressão, apesar de os critérios de diagnóstico terem vindo a diminuir (Shea et al., 2002).

Verificamos, assim, que as intervenções terapêuticas realizadas até então em pessoas com POCP se revelam potencialmente eficazes, com melhorias significativas dos sintomas. No entanto, a maior parte dos estudos

foram realizados com amostras bastante reduzidas, o que impossibilita a extrapolação dos resultados para a população em geral.

Conclusão

A informação acerca desta perturbação é, no geral, ainda limitada. Contudo, a introdução da perspetiva dimensional para a caracterização das perturbações de personalidade no DSM-5, nomeadamente da POCP, vem fornecer uma visão mais alargada e compreensiva da perturbação, importante para o seu diagnóstico. Assim sendo, uma das limitações deste artigo prende-se com a inexistência, tanto quanto sabemos e para além do manual da APA (2013), de artigos que investiguem especificamente os traços fundamentais da POCP.

No que diz respeito à etiologia, apesar de existirem diferentes pontos de vista, tanto a abordagem cognitiva, como a abordagem psicodinâmica reúnem algum consenso ao referirem que o diagnóstico da POCP pode ter como fatores etiológicos as experiências e perceções vividas na infância, nomeadamente a vivência de experiências negativas (Johnson et al., 2001; Battle et al., 2004) e o controlo excessivo por parte dos pais (Chessick, 2001, citado por Eskedal & Demetri, 2006). No entanto, a maioria dos estudos que exploram os fatores etiológicos não foram replicados e a sua análise foi direcionada a todas as perturbações de personalidade, sem especial foco para a POCP.

Parece, também, ser consensual que a POCP é uma das perturbações de personalidade mais frequentes na população (APA, 2013; Grant et al., 2012). Contudo, os estudos que exploram a sua prevalência não reúnem unanimidade relativamente à sua distribuição em termos de género (Grant et al., 2012; Light et al., 2006).

No que concerne às características e perturbações associadas à POCP, os autores parecem convergir, nomeadamente ao nível das perturbações de ansiedade (APA, 2013; Gordon et al., 2013), perturbações do comportamento alimentar (APA, 2013; Bardone-Come et al., 2007; Becker et al., 2010; Karwautz et al., 2003), perturbações depressivas (APA, 2013; Bardone-Cone et al., 2007) e comportamentos agressivos e raiva (Ansell et al., 2010; APA, 2013). Todavia, embora não haja divergências, existem outras perturbações

e características que são referidas apenas por um estudo, designadamente as perturbações de personalidade (Hummelen et al., 2008), o comportamento suicida (Diaconu & Turecki, 2009) e a anedonia (Kosti et al., 2008). Este facto assinala a relevância do desenvolvimento de investigações que explorem melhor estas características.

Adicionalmente, o estudo das intervenções terapêuticas para a POCP é, ainda, limitado, pelo que a maior parte da literatura existente já data de alguns anos. Além disso, alguns destes estudos foram realizados com uma amostra muito reduzida (e.g., Kosti, 2008; Ng, 2005; Strauss, 2006). Neste sentido, consideramos pertinente a condução de futuras investigações com amostras representativas da população, a fim de ser possível a extrapolação dos resultados obtidos. Estudos no âmbito da orientação psicoterapêutica são similarmente relevantes, uma vez que, por exemplo, a abordagem centrada no cliente, a existencial ou a integrativa, não são exploradas na literatura, relativamente a pessoas com POCP. A terapia interpessoal metacognitiva e o treino de competências, embora sejam referenciados por alguns autores (e.g., Dimaggio et al., 2011; Simon, 2009), poderão, igualmente, ser mais aprofundados em pesquisas futuras.

Referências

- American Psychiatric Association (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). Arlington, VA: American Psychiatric Publishing.
- Ansell, E., Pinto, A., Crosby, R., Becker, D., Añez, L., Paris, M., & Grilo, C. (2010). The prevalence and structure of obsessive-compulsive personality disorder in Hispanic psychiatric outpatients. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 41, 275-281. doi: 10.1016/j.jbtep.2010.02.005.
- Bardone-Cone, A., Wonderlich, S., Frost, R., Bulik, C., Mitchell, J., Uppala, S., & Simonich, H. (2007). Perfectionism and eating disorders: current status and future directions. *Clinical Psychology Review*, 27, 384-405. doi: 10.1016/j.cpr.2006.12.005.
- Bartak, A., Spreeuwenberg, M., Andrea, H., Holleman, L., Rijnierse, P., Rossum, B., ... Emmelkamp, P. (2010). Effectiveness of different modalities of psychotherapeutic treatment for patients with cluster c personality

- disorders: results of a large prospective multicentre study. *Psychotherapy and Psychosomatics*, 79, 20-30. doi: 10.1159/000254902.
- Battle, L., Shea, T., Johnson, M., Yen, S., Zlotnick, C., Zanarini, M., & Morey, C. (2004). Childhood maltreatment associated with adult personality disorders: Findings from the Collaborative Longitudinal Personality Disorders Study. *Journal of Personality Disorders*, 18, 193–211. doi: 10.1521/pedi.18.2.193.32777.
- Beck, A., Freeman, A., & Davis, D. (2004). *Cognitive therapy of personality disorders* (2nd ed.). New York, NY: Guilford Press.
- Becker, D., Masheb, R., White, M., & Grilo, C. (2010). Psychiatric, behavioral, and attitudinal correlates of avoidant and obsessive-compulsive personality pathology in patients with binge-eating disorder. *Comprehensive Psychiatry*, 51, 531-537. doi: 10.1016/j.comppsy.2009.11.005.
- Bender, D., Dolan, R., Skodol, A., Sanislow, C., Dyck, I., McGlashan, T., ... Gunderson, J. (2001). Treatment utilization by patients with personality disorders. *American Journal of Psychiatry*, 158, 295-302. doi: 10.1176/appi.ajp.158.2.295.
- Birgenheir, D., & Pepper, C. (2011). Negative life experiences and the development of cluster c personality disorders: a cognitive perspective. *Cognitive Behaviour Therapy*, 40, 190-205. doi: 10.1080/16506073.2011.566627.
- Cummings, J., Hayes, A., Cardaciotto, L., & Newman, C. (2012). The dynamics of self-esteem in cognitive therapy for avoidant and obsessive-compulsive personality disorders: an adaptative role of self-esteem variability? *Cognitive Therapy & Research*, 36, 272-281. doi: 10.1007/s10608-011-9375-x.
- Dimaggio, G., Carcione, A., Salvatore, G., Nicoló, G., Sisto, A., & Semerari, A. (2011). Progressively promoting metacognition in a case of obsessive-compulsive personality disorder treated with metacognitive interpersonal therapy. *Psychology and Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, 84, 70-83. doi: 10.1348/147608310X527240.
- Diaconu, G., & Turecki, G (2009). Obsessive-compulsive personality disorder and suicidal behavior: evidence for a positive association in a sample of depressed patients. *Journal of Clinical Psychiatry*, 70, 1551-1556. doi: 10.4088/JCP.08m04636.

- Enero, C., Soler, A., Ramos, I., Cardona, S., Guillamat, R., & Valles, V. (2013). Distress level and treatment outcome in obsessive-compulsive personality disorder (OCPD). *European Psychiatry, 28*, 1-1. doi: 10.1016/S0924-9338(13)77373-5.
- Eskedal, G., & Demetri, J. (2006). Etiology and treatment of cluster C personality disorders. *Journal of Mental Health Counselling, 28*, 1-17.
- Fiore, D., Dimaggio, G., Nicoló, G., Semerari, A., & Carcione, A. (2008). Metacognitive interpersonal therapy in a case of obsessive-compulsive and avoidant personality disorders. *Journal of Clinical Psychology, 64*, 168-180. doi: 10.1002/jclp.20450.
- Grant, J., Mooney, M., & Kushner, M. (2012). Prevalence, correlates, and comorbidity of DSM-IV obsessive-compulsive personality disorder: Results from the National Epidemiologic Survey on Alcohol and Related Conditions. *Journal of Psychiatric Research 46*, 469-475. doi: 10.1016/j.jpsychires.2012.01.009.
- Gordon, O., Salkovskis, P., Oldfield, V., & Carter, N. (2013). The association between obsessive-compulsive disorder and obsessive-compulsive personality disorder: prevalence and clinical presentation. *British Journal of Clinical Psychology, 52*, 300-315. doi: 10.1111/bjc.12016.
- Hummelen, B., Wilberg, T., Pedersen, G., & Karterud, S. (2008). The quality of the DSM-IV obsessive-compulsive personality disorder construct as a prototype category. *The Journal of Nervous and Mental Disease, 196*, 446-455. doi: 10.1097/NMD.0b013e3181775a4e.
- Johnson, G., Cohen, P., Smailes, M., Skodol, E., Brown, J., & Oldham, M. (2001). Childhood verbal abuse and risk for personality disorders during adolescence and early adulthood. *Comprehensive Psychiatry, 42*, 16-23. doi: 10.1053/comp.2001.19755.
- Karwautz, A., Troop, N., Rabe-Hesketh, S., Collier, D., & Treasure, J. (2003). Personality disorders and personality dimensions in anorexia nervosa. *Journal of Personality Disorders, 17*, 73-85. doi: 10.1521/pedi.17.1.73.24057.
- Kosti, F., Adamopoulou, A., Bozikas, V., Katsigiannopoulos, K., Protogerou, C., Voikli, M., ... Garyfallos, G. (2008). The efficacy of Cognitive-Analytic Therapy (CAT) on anhedonia in patients with obsessive-compulsive personality disorder. *Annals of General Psychiatry, 7*, 1-1. doi:10.1186/1744-859X-7-S1-S158.

- Lenzenweger, M. (2008) Epidemiology of Personality Disorders. *The Psychiatric Clinics of North America*, 31, 395-403. doi: 10.1016/j.psc.2008.03.003.
- Light, K., Joyce, P., Luty, S., Mulder, R., Frampton, C., Joyce, L., ... Kennedy, M. (2006). Preliminary evidence for an association between a dopamine D3 receptor gene variant and obsessive-compulsive personality disorder in patients with major depression. *American Journal of Medical Genetics Part B* 141, 409-413. doi: 10.1002/ajmg.b.30308.
- Mulder, R., & Chanen, A. (2013). Effectiveness of cognitive analytic therapy for personality disorders. *The British Journal of Psychiatry*, 202, 89-90. doi: 10.1192/bjp.bp.112.113571.
- Ng, R. (2005). Cognitive therapy for obsessive-compulsive personality disorder – a pilot study in Hong Kong chinese patients. *Hong Kong Journal of Psychiatry*, 15, 50-53.
- Reus, R., & Emmelkamp, P. (2010). Obsessive-compulsive personality disorder: A review of current empirical findings. *Personality and Mental Health*, 6, 1-21. doi: 10.1002/pmh.144.
- Shea, M., Stout, R., Gunderson, J., Morey, L., Grilo, C., McGlashan, T., ... Keller, B. (2002). Short-term diagnostic stability of schizotypal, borderline, avoidant, and obsessive-compulsive personality disorders. *American Journal of Psychiatry*, 159, 2036–2041. doi:10.1176/appi.ajp.159.12.2036.
- Simon, W. (2009). Follow-up psychotherapy outcome of patients with dependent, avoidant and obsessive-compulsive personality disorders: a meta-analytic review. *International Journal of Psychiatry in Clinical Practice*, 13, 153-165. doi:10.1080/13651500802570972.
- Skodol, A., Gunderson, J., McGlashan, T., Dyck, I., Stout, R., Bender, D., ... Oldham, J. (2002). Functional impairment in patients with schizotypal, borderline, avoidant, or obsessive-compulsive personality disorder. *American Journal of Psychiatry*, 159, 276-283. doi:10.1176/appi.ajp.159.2.276.
- Strauss, L., Johnson, L., Laurenceau, J., Hayes, A., Newman, C., Brown, G., ... Beck, T. (2006). Early alliance, alliance ruptures, and symptom change in a nonrandomized trial of cognitive therapy for avoidant and obsessive-compulsive personality disorders. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 74, 337–345. doi: 10.1037/0022-006X.74.2.337.

- Svartberg, M., Stiles, T., & Seltzer, M. (2004). Randomized, controlled trial of the effectiveness of short-term dynamic psychotherapy and cognitive therapy for cluster C personality disorders. *American Journal of Psychiatry*, 161, 810-817. doi:10.1176/appi.ajp.161.5.810.
- Villemarette-Pittman, N., Stanford, M., Greve, K., Houston, R., & Mathias, C. (2004). Obsessive-compulsive personality disorder and behavioral disinhibition. *The Journal of Psychology*, 138, 5-22. doi:10.3200/JRLP.138.1.5-22.
- Zimmerman, M., Rothschild, L., & Chelminski, I. (2005). The prevalence of DSM-IV personality disorders in psychiatric outpatients. *American Journal of Psychiatry*, 162, 1911-1918. doi:10.1176/appi.ajp.162.10.1911.



A Importância da Perceção Comunicacional nas Organizações

The Importance of the Perception of Communication within Organizations

António Camilo-Alves¹
João Carlos Araújo Pinto²

PSIQUE – ISSN 1647-2284 – N.º 10 – Janeiro-Dezembro 2014 – pp. 129-150

Recebido em 24/09/2013; aceite em 10/04/2014

Resumo

No presente trabalho, assente em pesquisa bibliográfica, tivemos como objetivo geral compreender a importância da comunicação em termos globais e, mais especificamente, na componente percetiva dentro das organizações. A comunicação dentro de uma organização desempenha um papel crucial e a sua eficácia depende não só de diversos conhecimentos e habilidades, como também da compreensão da emoção por detrás da mensagem. Neste contexto, importa aprofundar os conceitos de comunicação no âmbito das organizações e em que medida se interligam e determinam a forma como uma mensagem é emitida e como é recebida. Podemos concluir que a perceção que um indivíduo tem de si mesmo e como percebe os outros influencia substancialmente a comunicação interna em sede organizacional. A linguagem escrita e oral é uma ferramenta importante na partilha de ideias e sentimentos e para o sentido de pertença dentro das

¹ Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: antonio.camiloalves@eur.cushwake.com.

² Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: pinto.joaoca@gmail.com.

organizações. É com base na comunicação que um indivíduo compreende e participa na dinâmica da sua organização.

Palavras-chave: comunicação, comunicação interna, organizações, percepção.

Abstract

In the present work, based on bibliographical research, our main objective was to understand the importance of communication in general terms and, more specifically, as a perspective component within organizations. Communication within an organization plays a crucial role and its efficacy depends not only on diverse knowledge and skills, but also on the comprehension of the emotion behind the message. In this context, it is important to further explore the concepts of communication and to grasp to what extent they are interconnected and to determine how a message is issued and how it is received. We can conclude that the perception that an individual has of himself/herself and how he/she perceives others substantially influences internal communication within an organization. Written and oral language is an important tool for sharing ideas, feelings and a sense of belonging. It is based on communication that an individual understands and participates in the dynamics of an organization.

Keywords: communication, intercommunication, organizations, perception.

As diferentes abordagens e perspectivas desenvolvidas recentemente têm demonstrado a importância da comunicação no seio organizacional em face de um novo mundo global, nomeadamente a comunicação interna, que é transversal a todas as áreas de decisão, sejam da gestão ou das opções comportamentais. Sem comunicação não pode haver organização, gestão, cooperação, motivação ou processos de trabalho coordenados (Cunha, Rego, Cunha, & Cabral-Cardoso, 2006).

À luz de Mintzberg (1996, citado por Correia, Ribeiro, & Henriques, 2010), para o bom funcionamento de uma organização, será necessário fazer uma configuração dessa mesma organização, que passa por uma forma específica de a sistematizar, partindo de uma harmonização lógica entre os elementos estruturais e o seu contexto, sendo que uma delas é a comunicação.

Comunicar assume-se, assim, como um fator determinante na lógica de consecução social em sede organizacional, considerando que é através dos processos de comunicação que os sistemas produtivos, que são de facto sistemas sociais, promovem a sua resiliência e garantem a sua sobrevivência pelo conhecimento da cultura e da identidade (Curvello, 2008).

O processo comunicacional no contexto das organizações implica ter presente dois níveis de observação: por um lado, não é possível não comunicar, o que implica uma noção de continuidade e de necessidade permanente de melhorar essa mesma comunicação. Por outro lado, a percepção comunicacional, ou seja, a forma como os outros interpretam as diversas formas de comunicação que são distribuídas na dinâmica interna de cada organização (Duarte, s.d.).

Dentro dos processos de comunicação, Harold Lasswell procurou fazer uma sistematização dos diversos contributos emergentes sobre os fatores comunicacionais, com origem na investigação geral sobre comunicação na procura de um perfil de mensagem mais assertiva entre emissor e recetor. Neste contexto, aquele autor refere que a eficácia da comunicação entre indivíduos se distingue da seguinte maneira: quem diz o quê, a quem, através de que meio e com que finalidade (citado por Monteiro, Caetano, Marques, & Lourenço, 2008).

Conforme Ruão (1999), a comunicação é uma fase que ocorre no período de pré-estruturação de uma qualquer organização. Contudo, essa variável e/ou conceito fará parte integrante de todo o ciclo de vida organizacional e, nesse contexto, irá ficar capacitada para, em sede de dinâmica, ter uma lógica de partilha de informações, iniciativas ou mesmo reflexões casuísticas.

Os fundamentos da comunicação humana suportam-se em formas e métodos diversificados em que os seres humanos recebem e retransmitem

informações, sentimentos e percepções da mais variada índole. Assim, é o quadro de referência simbólico que suporta a transmissão das emoções que não têm tradução evidente na comunicação verbal. Ou seja, estamos a referir a importância da comunicação não-verbal e da percepção que a acompanha. Neste contexto, a opinião pública, traduzida na comunicação pública, é um fator determinante para a consciencialização global de quem a recebe (Monteiro et al., 2008; Ruão, 1999).

Assim, podemos compreender que a comunicação não se resume unicamente à informação. Ela transita de forma circular e constante, num intercâmbio de palavras com o intento de informar, em que tanto influencia como é influenciada (Duarte, s.d.).

É no contexto da lógica comunicacional que podemos salientar a sua importância no que se refere à tomada de decisão organizacional. Sendo crucial decidir, é incontornável assumir que a decisão é compreendida pelos visados e por todas as envolventes da dinâmica interna, ou seja, a variável percepção tem de estar sempre presente naquela lógica. Contudo, apesar de ser vasta a informação sobre os planos de comunicação interna no seu sentido mais público, o facto é que não existem realidades consistentes para comprovar essa variável, pois embora se verifique um crescimento no interesse do tema por parte de académicos, instituições e da própria sociedade, ainda existem poucos estudos sobre a influência da comunicação interna no sector público (Curvello, 2008).

O presente artigo teve como objetivo procurar compreender e aprofundar a importância da comunicação no contexto organizacional. Procurámos entender em que medida os conceitos de comunicação se interligam ou se complementam, bem como salientar a percepção como uma variável que pode condicionar a eficácia do processo comunicacional.

Este artigo foi suportado numa metodologia de pesquisa e recolha bibliográfica, através das bases de dados Scielo, PsycINFO da EBSCO Host e outros sítios da internet, bem como obras de referência, confinada a investigações de atualidade cujo foco incidiu sobre estudos de aproximação recente e/ou determinantes para o nosso objetivo. De alguma forma, também procurámos que os resultados da pesquisa tivessem suporte em

conteúdos que fossem transversais e de proximidade em relação à problemática da comunicação estratégica das organizações.

Breve Reflexão sobre a Origem da Comunicação Organizacional

A comunicação organizacional remonta à escola das relações humanas e aos trabalhos de Elton Mayo na Universidade de Harvard. Na sua origem, o seu desempenho destacou-se em três tipos de instituições: as forças armadas dos Estados Unidos da América, relacionado com a comunicação com as tropas; a indústria americana, com o objetivo de vender ideias de gestão aos trabalhadores; e a academia, relacionando o nível de comunicação entre o supervisor e o subordinado (Cunha et al., 2006).

Até à Segunda Guerra Mundial, a comunicação organizacional estava ligada à retórica e não às ciências, como atualmente acontece, e a primeira dissertação consubstanciada ao tema teve origem em 1943, na Universidade de Denver, tendo a sua primeira graduação na Universidade de Purdue em 1948. Na década de 70 surgiram as ciências sociais, como a Sociologia, a Gestão e a Psicologia. Assim, surgiu a necessidade de uma forma mais eficiente de comunicar por parte das hierarquias dentro das organizações e a comunicação organizacional estabelece assim um grau de grande relevância no contexto académico e social em pleno século XX (Cunha, Basto, & Gugelmin, 2013; Cunha et al., 2006).

Comprender Algumas Teorias de Comunicação

O significado da interação humana é o paradigma para todas as teorias e modelos de comunicação. Por sua vez, uma teoria ajuda-nos a ter uma melhor visão sobre o que é a comunicação e a compreender todo o seu processo de forma mais clara.

Craig (2005, citado por Bilhim, 2006) identifica e enumera as teorias da comunicação da seguinte forma:

1. Retórica: comunicação como a arte prática do discurso;
2. Semiótica: comunicação como mediação intersubjetiva;
3. Fenomenológica: comunicação como diálogo, ou experiência dos outros;
4. Cibernética: comunicação como processo de informação;

5. Sociopsicológica: comunicação como processo de expressão, interação e influência;
6. Sociocultural: comunicação como reflexão discursiva que tende para um ponto objetivo e que nunca poderá ser totalmente atingida.

Deal (s.d., citado por Bilhim, 2006), dedica um capítulo da sua obra à rede cultural de relações, referindo os seguintes tipos de relação informal:

Storytellers – encontram-se numa posição de poder porque podem mudar a realidade, interpretam o que acontece na organização e influenciam os outros no sentido da sua perceção;

Priests – à semelhança das religiões, as organizações também dispõem de *padres* que são tidos como os guardiões das organizações, garantindo os valores morais e éticos;

Whispers – são os ouvidos do chefe e encontram-se tanto em posição de destaque como em lugares obscuros. Nalguns casos só o chefe é que os conhece e a sua lealdade é total;

Gossips – os bisbilhoteiros são os trovadores da cultura, pois enquanto os *padres* falam em analogias, os bisbilhoteiros falam em nomes, datas e acontecimentos que ocorrem na organização;

Secreterial sources – são uma fonte estável e objetiva de informação, pois conhecem as normas e as suas diferentes interpretações;

Sources – são pessoas leais para manterem o chefe sempre informado do que está a acontecer na organização;

Cabals – são grupos de duas ou mais pessoas que se reúnem secretamente com um propósito comum, frequentemente a sua própria promoção. Quando os interesses são comuns ao conluio e à organização, da atuação destes grupos resultam culturas fortes. Quando opostos, funcionam como contrapoder.

Comunicação Interna

A comunicação interna tem de assumir prevalência em qualquer tipo de organização, seja qual for a sua dimensão, o seu segmento de mercado e a sua própria posição em sede social e económica (Curvello, 2008).

O fator que interliga a importância da comunicação interna implica uma noção de que as lideranças são estratégicas, que as avaliações planejadas são essenciais e que toda a comunicação deve suportar-se numa lógica de mudança anunciada (Lindon, Lendrevie, Lévi, Dionísio, & Rodrigues, 2009).

A comunicação interna é indubitavelmente um dos elos mais cruciais em todas as fases em que se torna necessário reforçar a simbologia organizacional para que seja percebida como uma ferramenta tendente a consolidar as sinergias internas e a captar as percepções do público externo. Através de uma eficaz comunicação pública, pode potenciar-se uma comunicação política para a implementação das estratégias organizacionais tendentes ao reforço da identidade corporativa e funcionando como estímulo à inovação. Para isso, torna-se imprescindível direcionar a estratégia comunicacional para o exterior e, através do diagnóstico das percepções, ajustar a metodologia comunicacional tendo em linha de conta que a opinião pública refere-se a uma comunicação entre o Governo e os seus cidadãos e só é possível quando é hierarquicamente aceite como fazendo parte de uma ação sociopolítica. Não consegue brotar numa política autocrata, dando lugar, em vez disso, a uma opinião clandestina (Monteiro et al., 2008).

No contexto organizacional, existem também os tipos de comunicação *formal* e *informal*. Ao nível da comunicação organizacional formal, existe um fluxo básico em que a sua direção pode seguir o padrão de autoridade das diversas posições hierárquicas, descendo do topo para as bases, também denominada por *comunicação descendente*. Pode movimentar-se entre iguais, ou pares do mesmo nível hierárquico, sendo este processo denominado por *comunicação horizontal*. Subindo os níveis hierárquicos, denomina-se *comunicação ascendente*. Se adotar o processo entre elementos de diferentes níveis hierárquicos, chama-se *comunicação lateral* (Cunha et al., 2006).

No âmbito da comunicação lateral, é possível inferir que existe algum suporte informal no decorrer do processo. A informalidade pode ser um fator determinante para o estabelecimento de relações de caráter informal e de consolidação da dinâmica interna (Cunha et al., 2006).

No contexto anterior em que abordamos a importância da comunicação informal, tornou-se evidente que esta está direta e condicionalmente relacionada com a comunicação interpessoal. Só através de boas regras de aplicação prática daquela comunicação poderemos assegurar, dentro dos limites da percepção, o sucesso da comunicação pública e política no seio das organizações.

Através de um estudo quali-quantitativo com 30 funcionários de uma instituição financeira, Cunha et al. (2013), analisaram vários níveis de comunicação, nomeadamente ascendente, descendente e horizontal, procurando identificar os problemas relacionados com a comunicação interna e permitindo, dessa forma, intervir de modo a modificar e melhorar os seus processos. Para o referido estudo utilizaram um questionário com 24 questões abertas e 2 questões fechadas, abordando seis categorias, sendo elas os dados sociodemográficos, a situação familiar, o nível de satisfação no trabalho, a comunicação horizontal, a comunicação ascendente e a comunicação descendente.

Na análise quantitativa, os resultados apresentados pelos autores para a comunicação horizontal demonstraram que os funcionários acreditavam que uma boa comunicação contribuía para a melhoria do desempenho e da produtividade. Ao mesmo tempo, consideravam que existia uma comunicação horizontal e descendente inadequada, mas reconheciam que a comunicação podia trazer benefícios à empresa.

No que refere à comunicação ascendente, 56% dos funcionários não se mostravam satisfeitos com a comunicação proveniente da hierarquia. Sentiam que a sua opinião não era valorizada e, quando existia uma boa relação, seria porque os laços se estendiam para além do local de trabalho.

Quanto à comunicação descendente, 48% dos funcionários percecionavam que a comunicação com a hierarquia não era clara e que nem sempre a informação chegava ao funcionário.

Na análise qualitativa, foram apresentadas várias propostas de melhoria para um bom fluxo da comunicação, sendo as principais as que se seguem:

- Revisão por parte da empresa da falta da informação disponibilizada, podendo esta ser facultada através de correio eletrónico;
- Marcação de reuniões com maior frequência;
- Rotação dos trabalhos efetuados, permitindo um conhecimento de tudo por todos;
- Criação de uma caixa de sugestões/reclamações para sensibilizar os superiores relativamente às necessidades dos funcionários.

Com este estudo, os autores concluíram que a existência de um processo de comunicação eficaz aumenta a produtividade e motivação dos funcionários e dos recursos humanos, influencia de forma positiva os lucros da empresa e produz maior satisfação no trabalho.

Comunicação Interpessoal

De acordo com Sethi e Seth (2009), a comunicação interpessoal é o procedimento através do qual as pessoas trocam informação e sentimentos, passando informações verbais e não-verbais.

Aqueles autores referem, ainda, que a comunicação interpessoal assume as seguintes características:

- Comunicação de uma pessoa para outra;
- Comunicação que se efetua face-a-face;
- A forma e o conteúdo da comunicação refletem as características dos indivíduos, bem como os seus papéis e relações.

Embora a comunicação interpessoal possa incluir formas de comunicação oral, escrita e não-verbal, o termo está mais relacionado com a comunicação falada que tem lugar entre dois ou mais indivíduos pessoal e presencialmente. Alguns destes tipos de comunicação interpessoal, que geralmente são utilizados dentro de uma organização, incluem reuniões entre colaboradores, discussões de projetos, reavaliações de desempenho e conversas informais. Comunicação interpessoal com indivíduos fora da organização pode assumir várias formas, tais como reuniões com clientes ou entrevistas de recrutamento. Neste âmbito, estamos a considerar que a comunicação interna nas organizações passa obrigatoriamente pela

dinâmica interpessoal criada através dos meios e dos canais existentes e disponíveis para o efeito (Sethi & Seth, 2009).

Comunicação interpessoal pode ser subdividida entre comunicação bilateral, comunicação pública e comunicação de pequenos grupos. Comunicação bilateral é simplesmente o método de comunicação que envolve apenas duas pessoas, tal como uma conversa telefónica. Neste processo de comunicação, o emissor pode instantaneamente receber e avaliar o *feedback* do recetor, o que permite um maior entendimento da mensagem e uma comunicação mais pessoal do que por muitos outros meios (Sethi & Seth, 2009).

Segundo Sethi e Seth (2009), a comunicação interpessoal pode ser utilizada nas seguintes situações:

- Fornecer e reunir informação;
- Influenciar as posições e condução de outros;
- Desenvolver conhecimentos e preservar relacionamentos;
- Formular o senso e a experiência globais;
- Tomar decisões e resolver problemas;
- Tentar antecipar e encarar comportamentos.

Os mesmos autores referem também que os padrões de comunicação mudam conforme o tipo de relacionamento partilhado pelos indivíduos e, nesse sentido, podemos ter diversos níveis de observação em sede do processo comunicacional.

Um estudo efetuado por Maubane e van Rheede van Oudtshoorn (2011) procurou verificar qual a perceção de contabilistas profissionais em relação à comunicação interpessoal dentro de uma empresa, ou seja, procuravam saber o que a amostra entendia por *comunicação interpessoal*. Para o efeito foram realizadas entrevistas face-a-face não estruturadas, tendo como base algumas perguntas que serviam de guião. Os resultados demonstraram que os contabilistas definem a comunicação como sendo uma transação entre um emissor e um recetor e que a comunicação deveria ser descendente. Para essa amostra específica, esse tipo de comunicação

deveria restringir-se essencialmente a assuntos relacionados com o trabalho em curso, embora reconheçam que uma boa comunicação interpessoal poderá facilitar as relações entre os funcionários e a hierarquia, dando um toque *humano* à profissão. Referem, igualmente, a importância de uma comunicação objetiva e precisa, afirmando também que uma compreensão mútua promove a eficácia e bons resultados dentro de uma organização.

Comunicação Pública e Política

O grande objetivo da política das organizações é ter uma comunicação pública eficiente e eficaz. Comunicação pública e comunicação política apresentam-se-nos assim como dois termos que parecem estar intrinsecamente ligados. Contudo, é importante fazer-se uma distinção entre os dois conceitos de forma a perceber a sua relação e respetivas funções comunicativas exercidas nas organizações, sendo este o caminho que demos à pesquisa.

Entende-se por política da comunicação o conjunto de sinais emitidos pela empresa de forma voluntária em direção aos seus clientes, distribuidores e líderes de opinião, a todos os alvos internos, ou externos, segundo os produtos a promover e o tipo de objetivos a atingir (Lindon et al., 2009).

Em termos de comunicação pública, e de acordo com a pesquisa efetuada, reconhecemos que esta é direcionada a um diálogo que se manifesta enquanto direito social, tanto do grupo como do indivíduo, à informação e à liberdade de expressão. Ou seja, mesmo configurando uma lógica interpessoal, o seu enfoque está na lógica de cidadania da comunicação cujos elementos constituintes devem ser sempre sensíveis ao coletivo (Duarte, s.d.). Já a comunicação política visa influenciar percepções sobre determinado tema político (Kegler & Kegler, 2011).

Seja qual for o sentido, a comunicação pública surgiu a partir da comunicação governamental, significando que o suporte do que se torna público tem origem na comunicação política, ou seja, na comunicação que impulsiona a diretividade da meta a atingir. Esta situação tem a ver com o facto de, como refere o autor, a comunicação política estabelecer os princípios, as regras e as estratégias no que concerne ao discurso e à nomenclatura das entidades, individuais ou coletivas (também integra os

partidos, os grupos de pressão, a opinião pública em geral, entre outros), com capacitação para decidir em momentos que estejam relacionados com a direção do voto ou com opções estratégicas (Duarte, s.d.).

Na perspetiva de Kegler e Kegler (2011), para a comunicação pública, a definição dos conteúdos a ser comunicados e a forma como isto será ou deverá ser feito, deve partir do recetor comunicativo, pois este deverá ser visto como o centro deste processo, devendo ser estimulada e respeitada a sua participação.

Os autores referem que esta não pode nem deve ser confundida com comunicação governamental, pois diz respeito aos interesses do Estado e não ao Governo. A comunicação pública tem como objetivo concretizar a presença e partilha ativa na decisão das envolventes e dos atores sociais (Brandão, 2007, citado por Kegler & Kegler, 2011).

Neste âmbito, a comunicação assume diversas formas que se interligam na própria sinergia comunicacional, ou seja, em referência a comunicação pública e a comunicação política. Pode referir-se que o âmbito público tem um contexto mais abrangente, mais corrente e menos diretivo. Por este facto, mais facilmente aceite mas com maiores probabilidades de diferenciação percetiva. Na comunicação política, o contexto é mais diretivo e mais afirmativo, reduzindo os níveis de diversificação da perceção sobre o tema (Ruão, 1999).

Contrariamente à comunicação política, podemos verificar que a comunicação pública pretende integrar os indivíduos na linha de participação ativa, estabelecendo uma lógica de intercomunicação entre a sociedade e o poder (Kegler & Kegler, 2011).

Os mesmos autores complementam a reflexão, afirmando que a comunicação pública não se destina apenas a organismos e instituições públicas, podendo também ter aplicação em organizações de cariz privado que tenham, fundamentalmente, objetivos sociais e humanitários, uma vez que estas são as que mais contas devem prestar à sociedade.

Ainda segundo estes autores, em organizações privadas há o objetivo de construir a identidade e a imagem da instituição perante a sociedade através de um plano estratégico de comunicação. Por outro lado, devem prestar contas tornando públicas as suas atividades e políticas internas,

atuando sempre na preservação e construção da identidade da organização, pois são estas (imagem e identidade) que vão influenciar a percepção que os públicos internos e externos têm da mesma. Sendo assim, podemos verificar que, ainda que interligadas, a comunicação pública é a que prevalece nas organizações.

No mesmo sentido, Monteiro (2007, citado por Kegler & Kegler, 2011) introduz o conceito de que as organizações têm o dever de prestar informação às envolvidas públicas. Refere, igualmente, que é importante estabelecer um elo de diálogo que permita assegurar a consecução, apresentação e promoção de serviços, bem como dá a conhecer as instituições através de um plano de comunicação interna que possibilite a divulgação de uma comunicação de cidadania, com interesse global, a integrar todo o processo de decisão que faz parte da praxis política traduzida na comunicação política.

Comunicar é uma forma de gestão global e de recursos humanos de valia estratégica. Em situações de crise como a que hoje nos assola, a comunicação interna releva a sua imprescindibilidade, quer na componente da decisão de gestão, quer no enfoque da motivação da equipa de colaboradores. E, neste contexto, importa referir que existem fatores que fazem emergir a comunicação pública como, por exemplo, a necessária flexibilidade para com o poder. Esta forma seria considerada como a estratégia regular utilizada pelo Estado para implementar as suas medidas através de uma lógica partilhada de estímulo à participação clara da sociedade nas orientações ou decisões públicas (Novelli, 2006).

A Comunicação no Sucesso Organizacional

O saber comunicar dentro de cada organização é dotar os responsáveis pela comunicação de atributos que permitam tratar a mudança como um elo de dinâmica regular, promovendo a aceitação natural e partilhada. É propositado e tem como objetivo obter resultados utilizando estratégias comunicacionais e psicológicas que, por vezes, podem interagir (Smith, 1975, citado por Gomes, 2010).

Quando a referência da comunicação se direciona para a eficácia e eficiência, implica que se encontra integrada dos conceitos e abordagens

relativas à estratégia organizacional, aos princípios que balizam os níveis de inovação e de iniciativa, que promove a clareza e designa a mudança ou as mudanças a operar e/ou a refletir e, sobretudo, a avaliação continuada e gradativa da forma de perceber a comunicação nos seus dois níveis, que tanto se afastam como se aproximam: a comunicação pública e política. É por essa razão que o processo de comunicação interna pode traduzir-se pelo conjunto de decisões da responsabilidade de cada organização. O sentido desta linha de pensamento é salientar a importância de escutar e informar, criar sinergias e consolidar a consistência interna com base em valores que sejam partilhados por todos os atores sociais e que, de alguma forma, sejam uma mais-valia para a edificação de uma imagem pública de excelência (Curvello, 2008).

Diante da imprevisibilidade que parece envolver estes processos, uma comunicação interna eficaz é aquela que transfere significado à alma da organização, tendo em consideração as suas necessidades e o seu público-alvo, procurando estimular cada segmento da organização para uma revolução comunicacional e inovadora, e convidando todos os elementos à participação (Curvello, 2008).

A imagem que se pretende impor no mercado tem redobrada importância se o seu acervo for interno e externo. É esta dicotomia que pode proporcionar o êxito das organizações: o seu público interno e o seu público externo estarem sintonizados no contexto e conteúdo da comunicação porque, embora a persuasão seja uma variável importante, a comunicação deve ser fundamentalmente em diálogo, no qual as variáveis devem ser a partilha, e em entendimento, sendo igualmente um elemento com grande influência nos processos comunicacionais internos em que a imagem pública está subjacente (Curvello, 2008).

Quando a meta de informar passa pela estratégia da comunicação interna, estamos perante um nível de comunicação pública voltada para motivar e integrar todos os atores sociais da organização. Deste modo, comunicar pode mostrar-se como uma mais-valia que promova mais produto para o conjunto dos colaboradores e da organização. Contudo, o processo pode ter envolventes perversas que de algum modo permitem adulterar a

percepção que se pretende, como sejam, entre outros, a formação direcionada para a definição, ou não, de compromissos internos (Curvello, 2008).

Uma das observações mais cruciais na comunicação é a possibilidade de estabelecer inter-relações de cariz formal/funcional e emotivo que possibilitem que os colaboradores se fidelizem, gradativamente, à organização. Neste sentido, assumem particular importância a definição e consecução de estratégias direcionadas de comunicação interna como um todo interligado, em sentido público e político, através da utilização dos canais e meios disponíveis, tendendo sempre, como já referido, para que se crie uma percepção de aproximação em relação ao âmago da comunicação. Este sentido deve ser proactivo e agilizado, uma vez que existem estudos que demonstram que as tendências mais utilizadas na comunicação interna já se saturaram. Atualmente centram-se mais nas relações interpessoais, numa tentativa de acompanhar o crescimento e transformação dentro das organizações (Curvello, 2008).

Park e Rainey (2012) procuraram entender o que motiva uma pessoa a escolher e dedicar-se a um certo emprego, tendo realizado um estudo com funcionários públicos, visto que a investigação até à data tinha sido maioritariamente estudada em empresas privadas. Assim, selecionaram 790 diretores em instituições públicas nos estados norte americanos de Illinois e Georgia, procurando analisar os pontos que se seguem:

1. O efeito da motivação extrínseca e intrínseca na escolha do emprego;
2. A relação entre vários tipos de comunicação social;
3. A interação entre a motivação para a escolha de um emprego e a comunicação social.

Os resultados demonstraram que os funcionários públicos valorizavam menos a recompensa extrínseca (por exemplo, dinheiro), e mais a intrínseca (por exemplo, ajudar os outros), em comparação com as empresas privadas. A motivação intrínseca encontrava-se significativamente mais relacionada com um bom envolvimento/desempenho e alguns tipos de comunicação social, bem como a socialização de superiores com os seus funcionários. A relação entre motivação e comunicação mostraram que

os Diretores que revelavam mais comportamentos de comunicação social, favoreciam a disposição positiva dentro da organização.

A Perceção na Comunicação Organizacional

As opiniões e interesses de um grupo de pessoas tendem a ser discrepantes e, conseqüentemente, geram decisões tomadas enquanto grupo, o que vai fortalecer a união do mesmo, criando as raízes da sua cultura (Silveirinha, 2010). Contudo, a leitura atenta dos autores pesquisados não apresenta a referida situação como uma afirmação ou mesmo uma possibilidade normativa porque “a comunicação não é algo que uma pessoa faz à outra, mas um processo contínuo dentro de cada um de nós.” (Ruão, 1999, p. 4).

Assim, a comunicação, face ao exposto anteriormente, pode ser entendida como a emissão e a receção de informação, a partir do modo como se descodificam os significados a partir da mensagem recebida, ou seja, a comunicação organizacional, apresentando-se como um processo em que a mensagem é transmitida no seio da organização pelos seus atores. Por esse motivo, estabelece logo de partida a relação que surgirá (Curvello, 2008; Ruão, 1999).

Assim, verificamos que os estudos orientados para a comunicação pública abraçam, em grande parte, a comunicação e a psicologia, e que esse duo vai compor a mensagem e determinar as ações do indivíduo (Graber & Smith, 2005).

Para ter uma previsão da reação do *público*, a comunicação implica avaliar como será a perceção por parte do mesmo (Anant, 2010).

Muitas vezes, a nossa perceção é afetada pelos nossos interesses e gostos, pois inconscientemente tendemos a perceber somente as qualidades que pretendemos ver nos outros (Anant, 2010).

As perceções são influenciadas não só por parte do observador, mas pelo público a que se dirige e o seu contexto (Anant, 2010).

As perceções são um conceito de enorme importância na política, pois, sendo uma característica humana, deve ser tida sempre em conta antes e quando se quer passar uma mensagem. É através das perceções que podemos observar e estudar o resultado da comunicação que foi passada.

Assim, observar e julgar os outros é um processo humano e contínuo. Podemos inclusivamente utilizar os nossos *eus* como um padrão contra o qual comparamos e avaliamos os outros (Anant, 2010).

O mesmo autor refere também que as percepções desempenham um papel de extrema importância na comunicação interpessoal dentro das organizações, fazendo com que os indivíduos tenham determinado comportamento, o que, por sua vez, afeta as percepções de quem as observa.

Numa situação crítica, como por exemplo mudanças no planeamento de gestão ou na dinâmica do funcionamento da organização, a percepção da cultura identificada poderá reduzir de forma significativa as potenciais consequências negativas para a organização. Logo, a percepção da cultura será uma mais-valia para a compreensão, facilitando a resolução de fenómenos que ocorram no âmbito das organizações, nomeadamente os que dizem respeito a comunicação (Junior & Borges-Andrade, 2004).

As características acima referidas configuram um quadro de análise subordinado ou no pressuposto que quando duas ou mais pessoas se encontram no mesmo lugar e têm a percepção da presença umas das outras, a comunicação está já a ter lugar independentemente da sua eventual subtileza ou intencionalidade (Sethi & Seth, 2009).

Conforme já salientado, a percepção é um conceito de extrema importância para que se possa ter sucesso na comunicação quotidiana das organizações. Através da comunicação interpessoal, pode ser possível consolidar essa percepção através das sinergias criadas no contexto da dinâmica relacional (Sethi & Seth, 2009).

Conclusões

Procurámos com este artigo constar a ação da percepção da comunicação nas organizações, salientando a importância que esta tem nos mais diferentes níveis, sejam eles grupais e/ou individuais.

Foi fundamental entender os conceitos que envolvem esta questão e como os mesmos se complementam e interligam. A revisão bibliográfica esclarece que a comunicação é fundamental para o bom funcionamento de uma organização. Quando esta falha, surgem vários problemas, desde colaboradores desmotivados a clientes insatisfeitos, deixando de existir

uma comunicação interna e externa de excelência. Para tal, é de extrema importância verificar e entender o modo como esta é percebida e percebida pelos demais públicos envolvidos e, também, como pode condicionar a eficácia do processo comunicacional. Os estudos apresentados neste artigo exemplificam esta conclusão e mostram que quando existe uma boa comunicação e a mensagem é percebida de forma eficaz, isso contribui indubitavelmente para o profissionalismo e sucesso de uma organização. Não obstante, os resultados apresentados pelos investigadores demonstram que a importância da comunicação pesa principalmente sobre a horizontal, partindo da hierarquia para os funcionários, comprovando a necessidade de saber comunicar por parte de indivíduos em cargos superiores, embora o entendimento entre pares poderá facilitar as tarefas a cumprir e promover o interação social.

Compreende-se desta forma que a comunicação não é apenas dar a conhecer uma informação, mas sim uma constante troca de estados emocionais entre os interlocutores que pode ter repercussões na organização, devendo deste modo ser clara e objetiva para que o recetor receba a mensagem com a máxima clareza. É a comunicação interna, pública e/ou política, que potencia a mudança em aceitação e partilha. O que se comunica para o exterior deve ser sempre assimilado e explicitado internamente. Sejam projetos, diretrizes ou objetivos, a essência da percepção da comunicação é proporcional ao nível de aproximação à realidade interna.

Procurámos também perceber em que medida os conceitos de comunicação pública e política se complementam e qual a sua importância no seio organizacional. Neste contexto, a investigação pesquisada refere que a comunicação política serve de suporte à comunicação pública em sede das organizações. Ou seja, existe uma predisposição estratégica na determinação das lógicas comunicacionais que tendem para a consecução das missões estratégicas do poder organizacional. Contudo, o enfoque assenta na expectativa que o conteúdo da mensagem chegue à compreensão dos recetores. E é neste âmbito que está implícito o conceito de percepção, isto é, o significado que cada um dos recetores dá ao que ouve ou ao que lê. É nesta fase do processo comunicacional que a comunicação pública assume particular importância enquanto meio tático para chegar mais perto dos

recetores e poder, transversalmente, captar a sua adesão, mesmo que não seja com acordo unânime. A percepção está diretamente relacionada com a personalidade de cada um, cujas variáveis envolventes, fatores inatos, adquiridos e vivenciais, delimitam um campo de ser e estar com cariz uno. A dificuldade de chegar a todos da mesma forma passa pelo esforço de transformar uma lógica diretiva, muito dirigida para o objetivo a atingir e, portanto, essencialmente métrica, para uma lógica substantiva, mais dirigida à componente emocional e cognitiva, mais preocupada em aproximar os objetivos métricos da organização, das expectativas individuais, e mais focadas na autoestima e na autorrealização. É este o contexto que nos permite inferir que a comunicação pública e política, em sede das organizações, está interligada e é mesmo complementar.

A comunicação pública e política interliga-se entre si e, com o enfoque na percepção dos recetores, potencia e garante que o saber comunicar permite que as alterações no seio da organização se concretizem com base na aceitação dos colaboradores. Neste contexto, o princípio será sempre assumir que a informação que vai para o exterior tem de ser comunicada e compreendida, em primeiro lugar, dentro da organização.

Este universo da comunicação faz emergir a importância do conhecimento comportamental como suporte do conhecimento de gestão, para que as decisões possam assumir um cariz de sucesso e, sobretudo, de consolidação de facto.

Como já referido anteriormente, a comunicação interna, na sua dicotómica observação de pública/política, apresenta-se cada vez mais saliente como um fator determinante em cada situação de credibilização imagética do empregador e da organização, através da percepção e compreensão, de que é uma ferramenta para melhor captar e fidelizar os melhores quadros e os eventuais talentos na e para a organização. Assim, o mundo organizacional começa a assumir como relevante a imagem interna e externa, como uma estratégia de posição global que permite o reforço corporativo e se transforme num instrumento de gestão que, por um lado, determine em partilha a forma de atuar dos colaboradores, onde a inovação e a criatividade passam a ser focos de reflexão, e, por outro lado, ter um papel determinante na lógica de mudança face às envolventes externas.

Estudos recentes comprovam que a comunicação organizacional continua a ser um tema de interesse para investigadores e que é atribuída cada vez maior importância à forma como é compreendida. No entanto, talvez exista ainda lugar para uma maior sensibilização relativamente à necessidade da comunicação entre pares enquanto fator que permite fortalecer uma equipa de trabalho, bem como enquanto contributo para a obtenção de resultados mais positivos e benéficos para uma organização. Persiste, igualmente, a noção entre funcionários de que a comunicação hierárquica é um dos fatores mais determinantes para um bom funcionamento empresarial. Esses resultados demonstram que o trabalho relativamente à perceção da comunicação organizacional tem ainda um longo caminho a percorrer, permanecendo uma lacuna, tanto na sua compreensão, como na sua intervenção. Assim, lançamos o apelo para uma investigação contínua e fundamental nesta área.

Referências Bibliográficas

- Anant, H. (2010). Interpersonal perceptions within organisations: An exploratory study. *The IUP Journal of Soft Skills*, 4(4), 34-47. Retrieved from <http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=069c2ba7-865b-4930-bab4-3d8a8f2a42d6%40sessionmgr4&vid=10&hid=18>
- Bilhim, J. A. F. (2006). *Teoria organizacional: Estruturas e pessoas*. Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Correia, A. C., Ribeiro, M., & Henriques, T. (2010). Os big five da organização: Uma analogia entre as configurações estruturais de Mintzberg e as dimensões estruturais da personalidade de Costa e McCrae. *Psicologia.com.pt*, 1-18. Retrieved from <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0198.pdf>
- Cunha, A. S., Basto, M. L. S. L., & Gugelmin, E. R. (2013). A comunicação interna como diferencial competitivo. *Revista Capital Científico*, 11(3), 1-30. Retrieved from <http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=4&sid=ff9cb7c2-016a-422d-94ab-b78e2d95af84%40sessionmgr111&hid=118>

- Cunha, M. P., Rego, A., Cunha, R. C., & Cabral-Cardoso, C. (2006). *Manual de comportamento organizacional e gestão* (5ª ed.). Lisboa, Portugal: Editora RH, Lda.
- Curvello, J. J. A. (2008, Setembro). A dimensão interna da comunicação pública. In Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Trabalho apresentado no NP Relações Públicas e Comunicação Organizacional do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, Natal, Brasil. Retrieved from <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-2065-1.pdf>
- Duarte, J. (s.d.). Comunicação pública. *Comunicação e Crise*. Retrieved from <http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>
- Gomes, N. D. (2010). Propaganda. In J. C. Correia, G. B. Ferreira & P. do Espírito Santo (Orgs.). *Conceitos de comunicação política* (pp. 107-115). Covilhã, Portugal: Livros LabCom. Retrieved from http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110817-correia_conceitos_2010.pdf
- Graber, D. A., & Smith, J. M. (2005). Political communication faces the 21st century. *Journal of Communication*, 55, 479-507. doi:10.1111/j.1460-2466.2005.tb02682.x.
- Junior, F. A. C., & Borges-Andrade, J. E. (2004). Percepção de cultura organizacional: uma análise empírica da produção científica brasileira. *Psico-USF*, 9, 191-199. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v9n2/v9n2a10.pdf>
- Kegler, B., & Kegler, J. Q. S. (2011). Comunicação pública: Os sentidos usuais do termo no Brasil. *Razón y Palabra*, 77. Retrieved from http://www.razonypalabra.org.mx/varia/77%205a%20parte/66_KeglerQuincocez_V77.pdf
- Lindon, D., Lendrevie, J., Lévi, J., Dionísio, P., & Rodrigues, J. V. (2009). *Mercator XXI: Teoria e prática do marketing*. Lisboa, Portugal: Dom Quixote.
- Maubane, P., & van Rheede van Oudtshoorn, G. P. (2011). An exploratory survey of professional accountants' perceptions of interpersonal communication in organisations. *Journal of Public Affairs*, 11, 297-302. doi:10.1002/pa.426.
- Monteiro, A. C., Caetano, J., Marques, H., & Lourenço, J. (2008). *Fundamentos de comunicação* (2ª ed.). Lisboa, Portugal: Edições Sílabo, Lda.

- Novelli, A. L. C. R. (2006). O papel institucional da comunicação pública para o sucesso da governança. *Organicom*, 4, 73-89. Retrieved from <http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/56/190>
- Park, S. M., & Rainey, H. G. (2012). Work motivation and social communication among public managers. *The International Journal of Human Resource Management*, 23, 2630-2660. doi:org/10.1080/09585192.2011.637060.
- Ruão, T. (1999). A comunicação organizacional e a gestão de recursos humanos: Evolução e actualidade. *Cadernos do Noroeste*, 12(1-2), 179-194. Retrieved from http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2727/1/truao_ComRH_1999.pdf
- Sethi, D., & Seth, M. (2009). Interpersonal communication: Lifeblood of an organization. *The IUP Journal of Soft Skills*, 3(3-4), 32-40. Retrieved from <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=13&sid=2cb822e9-b8ba-46ef-a65c-26d3fced9727%40sessionmgr4002&hid=4204>
- Silveirinha, M. J. (2010). Comunicação política. In *Dicionário de Filosofia Moral e Política*, Instituto de Filosofia da Linguagem, Universidade Nova de Lisboa. Retrieved from <http://www.ifl.pt/private/admin/ficheiros/uploads/c2db1da58205a4278465c4a16e3d6d67.pdf>

E depois da reforma, sair ou não sair?: A gestão da idade em contexto de trabalho.

And after retirement, to leave or not to leave?: Age management in the workplace.

Maria Margarida Cróca Piteira¹

PSIQUE – ISSN 1647-2284 – N.º 10 – Janeiro-Dezembro 2014 – pp. 151-190

Recebido em 26/05/2013; aceite em 21/05/2014

Resumo

As transformações demográficas que caracterizam as últimas décadas e as atuais projeções adivinham grandes implicações para o mundo do trabalho. Os presentes modelos organizacionais e de trabalho estão a ficar obsoletos devido a estas novas dinâmicas. Empregadores e empregados têm de começar a encontrar estratégias alternativas face à emergência do fenómeno do envelhecimento ativo. O presente trabalho tem como objetivo apresentar pistas para a reflexão da problemática do envelhecimento ativo, em contexto de trabalho. Elencam-se alguns modelos teóricos e conceituais, desenvolvidos pelas investigações neste domínio. Discorre-se sobre as perspetivas dos trabalhadores mais velhos e das organizações, na decisão de trabalhar, após a idade legal da reforma. Adicionalmente, focam-se as práticas de recursos humanos associadas ao fenómeno, bem como algumas formas de intervenção sugeridas pelos estudos da área. Por fim, apresentam-se algumas evidências empíricas ao nível mundial; finalizando-se,

¹ SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Instituto Superior de Economia e Gestão/Universidade de Lisboa, Portugal. E-mail: margarida_piteira@hotmail.com.

com uma tentativa de diagnóstico da situação “envelhecimento ativo” em Portugal, indicando-se as principais políticas de ativação, com base em dados dos últimos anos. Este trabalho pretende ser um estudo descritivo, de base teórica, e sustentado por evidências empíricas; oscilando entre a descrição e a prescrição, de acordo com as recomendações práticas das investigações referenciadas.

Palavras-Chave: envelhecimento ativo; práticas GRH; políticas de ativação.

Abstract

The demographic changes which have defined the past decades, as well as current projections, anticipate major implications for the working world. Existing organizational and work models are becoming obsolete due to these new dynamics. Employers and employees must find alternative strategies in view of the emergence of the active aging phenomenon. The current study aims to provide cues for reflections on active aging issues in the workplace. Theoretical and conceptual models developed by research in this area are presented. Perspectives from older workers and organizations on the decision to continue working after the statutory retirement age are discussed. Furthermore, human resource practices connected to this phenomenon and some forms of intervention suggested by studies in the area, are described. Finally, some empirical evidence at a global level is presented; lastly, an attempted diagnosis of “active aging” in Portugal is presented, indicating the key policies of activation, based on data from recent years. This work intends to be a descriptive study with a theoretical basis, and supported by empirical evidence; balancing between description and prescription, according to the practical recommendations of the referenced research.

Key-Words: active aging, HRM practices; policies of activation.

Em 2012 o Parlamento Europeu aprovou e celebrou o *Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações*. Este ato teve como objetivo ajudar a refletir sobre a forma como os Europeus estão a viver cada vez mais anos e as oportunidades que daí decorrem. Isto tem grandes implicações para as organizações e para o mundo do trabalho. Este ano, visou, assim, promover o envelhecimento ativo em três áreas (European Parliament, 2012): i) no emprego – à medida que a esperança de vida aumenta também a idade da reforma, tendencialmente, aumenta, receando-se que a maioria dos empregados não consiga manter os seus empregos, ou não consiga encontrar outro modo de usufruir uma reforma digna; conseqüentemente, é imperioso criar perspetivas de emprego para os trabalhadores mais idosos; ii) na participação na sociedade – a saída do mercado de trabalho também enfrenta grandes mudanças, colocando-se as questões do voluntariado ou mesmo do apoio à família; e, iii) na autonomia – no envelhecimento com qualidade de vida e, conseqüentemente, nos necessários reajustamentos em diversos contextos.

Entenda-se por envelhecimento ativo, a assunção da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002), *como o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas*. Este processo, segundo os investigadores da área abrange vários domínios. Por exemplo, Birren e Renner (1977) apontam três componentes, designadamente: i) o processo de envelhecimento biológico, que resulta da vulnerabilidade crescente e de uma maior probabilidade de morrer; ii) um envelhecimento social, relacionado com os papéis sociais, e ajustado às expetativas da sociedade em relação a este grupo etário; iii) o envelhecimento psicológico, definido pela autoregulação do indivíduo no campo de forças, pelo tomar decisões e opções, adaptando-se ao processo de envelhecimento. Rowe e Khan (1997), no seu modelo individual de envelhecimento, assente em investigações de estudos longitudinais, dizem que envelhecer com êxito, implica quatro grupos de fatores: i) baixa probabilidade de adoecer e de incapacidade associada; ii) alto funcionamento cognitivo; ii) alto funcionamento físico; e, iv) compromisso com a vida.

A OMS (2002), alerta que apesar de se tratar de um novo conceito, e ainda não existir investigação suficiente que permita afirmar com certeza quais os fatores que determinam o envelhecimento ativo, já é possível elencar alguns, tais como: económicos; sociais; ambiente físico; pessoais (biológicos e psicológicos); comportamentais (estilos de vida); serviços de saúde; e, ainda o género e a cultura.

Fernández-Ballesteros (2009) define envelhecimento ativo como o produto do processo da adaptação que ocorre ao longo da vida, através do qual se alcança um óptimo funcionamento físico (incluindo a saúde), cognitivo, emotivo-motivacional e social. A autora desenvolve um modelo multidimensional-multinível para o estudo do envelhecimento ativo, baseando-se nos seus próprios estudos e pesquisas, como também levando em consideração os trabalhos de diversos autores desta área. O modelo está operacionalizado em duas dimensões: i) “fatores distais” e “fatores proximais”; e, ii) os três níveis segundo os quais podem ser considerados, níveis micro, médio e macro. Os fatores distais/proximais dizem respeito ao tempo; os segundos referem-se aos níveis de organização segundo os quais é possível considerar e agrupar as numerosas transações entre o indivíduo e o contexto que determinam o desenvolvimento ao longo da vida. Adicionalmente, a autora argumenta que existem mecanismos de seleção, otimização e compensação. Presentes ao longo de toda a vida do indivíduo, e estando, naturalmente, na origem dos modos escolhidos de envelhecer, quer de desenvolvimento, quer de declínio do mesmo indivíduo. A autora integra, ainda neste modelo, aspetos referentes à saúde física e mental do indivíduo, ao seu enquadramento social, e ao seu funcionamento e potencial psicológico; isto é, cognição, emoção, motivação e comportamento relacional. Este modelo integra-se nos contributos da psicologia para o estudo do envelhecimento ativo.

Para além dos modelos anteriormente referenciados, outros contributos emblemáticos têm recentemente sido feitos a nível mundial (c.f. Bucur, 2012; Fries, 2012; Martínez-Maldonado, Correa-Muñoz, & Mendoza-Núñez, 2007; Schroots, 2012), chamando a atenção para um problema que vai para além das dimensões da saúde individual.

Apesar do conceito envelhecimento ativo ser recente, e as investigações sobre esta área serem ainda escassas, o seu estado da arte já indicia a consolidação de estatuto científico. Recentemente, tem surgido literatura e estudos que contribuem para o seu desenvolvimento, quer ao nível teórico-concetual, quer pelas evidências empíricas. Não obstante, a problemática do envelhecimento ativo é uma preocupação que reclama ser, ainda, mais investigada. O seu enquadramento nas políticas e estratégias de emprego, quer do ponto de vista dos trabalhadores mais velhos, quer do ponto de vista das organizações e das estratégias de recursos humanos, ou até mesmo a um nível macro-social, focando o mercado trabalho, constitui o objetivo deste artigo. Pretende-se, assim, levantar pistas de reflexão sobre a presente problemática, ilustradas com algumas evidências empíricas no âmbito de políticas emblemáticas, e acionadas em diferentes países.

Estas questões são aqui abordadas, tendo conta os vários aspetos da temática do envelhecimento ativo, no local de trabalho. Porém, e não esquecendo os aspetos demográficos, aborda-se a perspetiva dos indivíduos mais velhos e das organizações, exemplificam-se algumas práticas de intervenção organizacional e de recursos humanos. O presente trabalho termina com evidências empíricas, apresentando-se alguns indicadores internacionais, ilustrados pelos casos da Eslovénia, do Canadá e dos Países Nórdicos. Por fim, é feito um diagnóstico sobre as políticas que têm influenciado Portugal nestas matérias.

1. Do envelhecimento demográfico ao envelhecimento ativo

Um novo paradigma está a emergir no mundo do trabalho! A sociedade mudou. Decorrente da globalização económica, as sociedades estão constantemente a sofrer variadas pressões, a saber (Berkel & Moller, 2002): i) os governos nacionais terem o dever de criar um clima economicamente atrativo; ii) as alterações demográficas e as problemáticas inerentes ao envelhecimento da população e as fortes migrações internacionais; iii) as alterações do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego de longa duração e a necessidade de flexibilização; e, iv) o crescente processo de individualização e diferenciação, numa sociedade cada vez mais complexa e imprevisível.

Portugal não está imune a este cenário (Carrilho & Gonçalves, 2004), enfrentando problemas estruturais, conseqüentes destas tendências demográficas, económicas, sociais e culturais que se têm vindo a acentuar; sendo o envelhecimento populacional um efeito e, em paralelo, um fator condicionante. A par deste fenómeno, emergem mudanças sociais e familiares. A melhoria das condições de vida associada à melhor qualidade de vida foi o principal fator que contribuiu para o aumento da longevidade e, conseqüentemente, uma esperança de vida longa e com melhor bem-estar (Osório & Pinto, 2007; Saldanha, 2009).

Com o crescimento da população idosa, Portugal depara-se com baixas taxas de natalidade e de mortalidade, sendo o aumento significativo dos idosos, no conjunto da população do país, muito acentuado (Correia, 2003). É dentro deste cenário que se enquadra a promoção do envelhecimento ativo.

2. A perspetiva dos indivíduos mais velhos em contexto de trabalho

Quando se chega à idade da reforma, a decisão de continuar a trabalhar implica a análise de diferenciadas variáveis. Henretta (2000), por exemplo, lembra que a redefinição do trabalho poderá reter a saída dos trabalhadores mais velhos, equilibrando-se com a procura de trabalhadores especializados, e acionando-se os empregos temporários, por prazo determinado ou com horários reduzidos. Esta poderá ser uma das variáveis a condicionar a saída do mercado de trabalho, ou a aceitar continuar a trabalhar depois da idade da reforma.

Kim e Feldman (1998), por sua vez, alertam para o fato de que quanto mais os trabalhadores estejam implicados em empregos temporários, menor será a possibilidade de desenvolverem atividades de lazer. Normalmente, como o lazer e o voluntariado estão associados a esta fase da vida (Ellis, 1994; Kim & Feldman, 2000), o desafio para os trabalhadores mais velhos que gostam (podem e querem) trabalhar, será procurar um novo contrato que corresponda aos seus interesses e necessidades.

Como nota Oliveira (2010), a reforma é o ponto de partida para uma etapa da vida que permite realizar alguns dos sonhos que se foram adiando.

O empreendedorismo sénior, e o florescimento de universidades seniores em Portugal são exemplos apontados destas estratégias individuais. Trabalhar por conta de outrem depois dos 50 é árduo, sendo cada vez mais as pessoas que, atingida a idade da reforma e pretendendo manter-se ativas, criam o seu próprio negócio (Oliveira, 2010). Ainda de acordo com aquele autor e de acordo com dados do IAPMEI (2010), 2,9% dos empreendedores portugueses eram reformados e 1,6% tinham mais de 65 anos.

Em suma, e como argumentam alguns autores (e.g., Fernández-Ballesteros, 2009) o envelhecimento é um fenómeno individual, já que a pessoa pode fazer muito para ser agente do seu próprio envelhecimento. Envelhecer é, assim, um processo que não tem um início preciso. Ocorre ao longo da vida do indivíduo e tem a ver com as condições genéticas, biológicas, sociais e psicológicas.

Estas diferenças individuais assentam, por sua vez, na forma como os indivíduos planeiam a sua vida e como se articulam com o seu meio laboral-social, sendo os planos de preparação para a reforma, um bom exemplo (França, 2002, 2008). Estes planos são construídos na livre escolha do trabalhador, desenvolvidos não apenas em seminários informativos, mas sedimentados em espaços de reflexões e discussões sobre a qualidade de vida atual e o estilo de vida que se deseja para o futuro. Contudo, reforça a autora, nesta nova fase da vida, ganham força novos projetos pessoais, assegurando-se a continuidade ou a busca de um trabalho mais prazenteiro, que complemente os rendimentos ou que atenda à necessidade de uma poupança maior para o futuro (França, 2002, 2008).

Concluindo, as atitudes em relação à decisão de sair do mercado de trabalho, em virtude da idade, dependem das perspetivas individual, social, familiar, económica, sócio-política, e ambiental da comunidade onde se está inserido (França 2004, 2008); mas, acima de tudo, e em primeira instância, são uma decisão individual, contingente às expetativas que o próprio indivíduo tem da vida e da sua filosofia de envelhecer.

3. A perspetiva das organizações

As empresas, não sendo organizações marginais de uma sociedade, sofrem, de igual modo, com estas mudanças. Neste sentido, as práticas de

recursos humanos têm de acompanhar estas transformações. O mercado de trabalho está envelhecido, e para agravamento da situação, face aos níveis elevados de desemprego, os jovens altamente qualificados, tendem a emigrar. Neste sentido, existe um duplo desafio para as empresas portuguesas: um mercado de recursos humanos envelhecido e pouco qualificado (Osório & Pinto, 2007). Porém, as empresas têm de encontrar formas eficazes de gerir a força de trabalho disponível: acima dos 65 anos e com habilitações ao nível do secundário. A gestão de recursos humanos precisa, então, de uma nova abordagem, de novas políticas e novos instrumentos que promovam maiores taxas de emprego dos idosos, através da implementação do conceito envelhecimento ativo nos negócios e nas práticas gestão de recursos humanos (Osório & Pinto, 2007). Para isso devem ultrapassar o mito da idade, como critério de recrutamento e seleção.

O futuro passa pela gestão da idade. O envelhecimento demográfico e as carências do mercado de trabalho revolucionaram também a forma como as pessoas vão sendo retidas, ultrapassando a discriminação de idade. Isto implicará, não só uma transformação das práticas de Gestão de Recursos Humanos, mas também uma revolução cultural e de mentalidades dentro das empresas (Walker, 1998a).

Ser jovem e possuir uma longa experiência profissional são, certamente, dois dos requisitos que mais têm sido mais usados quando se recruta alguém para uma vaga de emprego. Ser jovem está, normalmente, associado à capacidade e facilidade em usar as novas tecnologias, aprender rapidamente, menos resistência à mudança, mais ambição e expectativas na progressão da carreira. O mesmo se passa com a ideia de que uma longa experiência de trabalho é mais abonatória que a inexperiência (Lopes, 2010). O mundo do trabalho mudou galopantemente, e estas ideias não passam, na nossa modernidade, de mitos. Não basta ser jovem e, nem sempre, a experiência é uma mais-valia (Lopes, 2010)! Neste sentido, as práticas e políticas de Recursos Humanos devem contemplar estes novos desafios (Pestana, 2003).

3.1. Dificuldades dos trabalhadores mais velhos em ficarem ativos em contexto de trabalho

Existem duas razões principais que dificultam os trabalhadores mais velhos de ficar ativos no emprego (Pestana, 2003; Stockholm European Council, 2002; Walker, 1998b), designadamente:

1. A flexibilidade do mercado de trabalho, uma das razões mais significativas para acionar reformas antecipadas; em paralelo, com a necessidade das empresas reduzirem custos através de *downsizing*, e da emergência de novas formas estruturais (organizações mais pequenas, e mais simples);

2. A percepção dos empregadores sobre trabalhadores mais idosos ser influenciada por estereótipos e mitos: ter mais de 50 anos é ter oportunidades de trabalho bastante limitadas. Uma pessoa com mais de 50 anos é considerada pouco atraente como fonte de trabalho devido às seguintes razões: i) a percepção de falta de flexibilidade e iniciativa; ii) uma má compreensão de línguas estrangeiras; iii) uma relutância em participar em ações de formação; iv) adaptabilidade limitada a novas condições de trabalho; v) falta de conhecimento sobre novas tecnologias ou processos de produção; e, vi) uma maior tendência em licença médica/baixas/doenças.

Como resultado, há um número enorme de pessoas desempregadas em grupos de risco, como mais de 45 anos, representando quase metade de todas as que estão em situação de desemprego (Pestana, 2004). Apenas alguns empregadores estão cientes de que subestimar a população mais velha como potencial força de trabalho representa uma perda prematura e permanente de capital humano. As pessoas mais velhas podem representar uma preciosa fonte de conhecimentos e experiência (Walker, 1998b).

3.2. Razões pelas quais as empresas devem promover o envelhecimento ativo

Algumas investigações têm demonstrado que trabalhadores mais velhos estão mais expostos ao desemprego de longa duração, e recebem menos formação do que os mais jovens (veja-se o caso da Eslovénia: Žnidaršič & Dimovski, 2009a). Em paralelo, há também evidências científicas que mostram que os trabalhadores mais velhos são menos eficazes que os

mais jovens – embora, existam variações entre os postos de trabalho, de acordo com as suas especificidades (Žnidaršič & Dimovski, 2009a).

No entanto, há estudos que demonstram que funcionários mais antigos também têm menos acidentes do que os mais jovens, e são menos propensos a deixar a organização (Žnidaršič, & Dimovski, 2009a). Porém, o seu custo líquido médio, para um empregador, é semelhante ao do pessoal mais jovem; ou, até muito frequentemente, em análises de custo-benefício, pende em favor dos trabalhadores mais velhos (Brooke, 2003).

Na sequência destas evidências, surgem alguns argumentos em prole do envelhecimento ativo, e na eliminação das barreiras da idade (Brooke, 2003; Walker, 1998a), tais como:

– A estrutura etária da força de trabalho estar a mudar galopantemente em todos os países. Perante este fenómeno há também a necessidade de uma mudança radical nas estratégias de recursos humanos, e numa nova abordagem para a gestão idade, no local de trabalho.

– Os empregadores estão a reavaliar a sua atividade, contemplando uma utilização eficiente dos trabalhadores mais velhos: i) como prevenção da saída precoce dos colaboradores; ii) como perda de experiências e de recursos humanos, e do investimento feito nas suas pessoas; iii) os trabalhadores mais velhos são ainda vistos como potenciais formadores dos mais novos; e, iv) mesmo na prevenção da perda de competências escassas.

– Aumento da consciência dos empregadores, sindicatos, associações de trabalhadores/profissionais, entre outros, no sentido de eliminar a barreira da idade, face à escassez de recursos humanos no mercado de trabalho, e maximizando o potencial de recrutamento.

– A aposta na diversidade: algumas organizações reconhecem que devem assentar numa base etária diversificada – mistura de juventude e maturidade -, tendo, assim, a probabilidade de responder melhor às rápidas mudanças de circunstâncias. Por exemplo, no setor dos serviços, as organizações são, deste modo, capazes de adaptar a sua faixa etária aos dos seus clientes, permitindo uma maior aproximação/compreensão do mercado.

– As preocupações governamentais generalizadas sobre as taxas de emprego e do financiamento das pensões: colocando-se o problema da sobrevivência da segurança social.

Decorrente destas razões, impera uma reestruturação do desenho do trabalho; no sentido de ajudar à prevenção de potenciais riscos psicossociais, que os trabalhadores mais velhos, eventualmente, possam estar sujeitos.

3.3. Envelhecimento ativo e reestruturação do trabalho

Gerir as pessoas em função da idade deverá ser uma prática imprescindível no fenómeno envelhecimento ativo. Assim, torna-se imperiosa uma cuidadosa reestruturação dos postos de trabalho. As diferenças individuais aumentam com a idade, o que, por sua vez, significa que o trabalho, a função e as respetivas tarefas devam ser, de igual modo, reajustadas ao indivíduo.

Neste âmbito, recentes estudos (c.f. Dimovski & Znidaršič, 2006; Mandl, Dorr, & Oberholzner, 2006; Znidaršič & Dimovski, 2009a) demonstram que os gestores, no atual cenário de crise, entendem a implementação de uma boa gestão da idade dos seus colaboradores como importantes oportunidades de negócio. Para ultrapassar os estereótipos e preconceitos, é urgente adquirir e desenvolver um novo modelo de gestão; e, identificar os seus campos de ação. Este novo modelo de gestão, assume, como primeira premissa, a diferenciação em função da idade: pessoas de diferentes idades têm também necessidades, qualificações e competências diferenciadas. Assim, o trabalho deve ser organizado tendo em conta os pontos fortes e fracos das diferentes idades dos trabalhadores, orientando-se a gestão de pessoas para as consequentes mais-valias etárias. A par disto, o empregador é o principal responsável pela criação de condições que permitam que os trabalhadores mais velhos se adaptem ao contexto de trabalho. Por seu turno, o trabalhador deve fazer uso adequado desta nova configuração de trabalho.

Dimovski e Znidaršič (2006) propõem um modelo para esta problemática, orientado por oito campos de ação, designadamente:

1. Mudança dos modelos mentais e atitudes dentro das organizações: pré-requisito vital para o desenvolvimento de boas práticas, sendo inevitável o alcance de uma consciência abrangente sobre a idade; potenciar a igualdade de oportunidades; criar necessidade de boas práticas no recrutamento e formação de trabalhadores mais velhos, podendo haver um lugar especial para este grupo etário.

2. Criação de uma cultura/nova mentalidade de gestão sobre o envelhecimento da população ativa (Leibold & Voelpel, 2006), através de: i) descartar as políticas enviesadas que despedem os trabalhadores mais “maduros”; ii) criar uma cultura que integre os trabalhadores mais velhos e as suas onerosas experiências; iii) oferecer oportunidades de trabalho flexíveis; iv) oferecer opções flexíveis de reforma; e, v) utilizar e disseminar experiências práticas da força de trabalho mais envelhecida.

3. Desenvolvimento de uma GRH em função da força de trabalho envelhecida, garantindo que os trabalhadores mais velhos têm acesso igual – ou especial – para os empregos disponíveis, não sendo estes potenciais candidatos discriminados. Assente na ideia de que a formação, desenvolvimento e promoção não sai mais caro para os trabalhadores mais idosos do que para os mais jovens (c.f. Brooke, 2003; Roland, 2004), isto é: os trabalhadores mais velhos tendem a ter baixas taxas de turnover, o tempo no retorno do investimento em formação é mais baixo; e, ao contrário da crença popular, os trabalhadores mais velhos também têm a capacidade de aprender e trabalhar “com as novas tecnologias” de forma tão eficaz quanto os mais jovens. Segundo Dunn (2005), os métodos de formação só precisam de ser ajustados aos diferentes padrões de aprendizagem. Os trabalhadores mais velhos não deverão ser negligenciados nem na formação, nem na carreira.

4. Desenvolver práticas de trabalho flexíveis: dar mais flexibilidade aos trabalhadores nas suas horas de trabalho, ou no tempo/natureza da sua aposentadoria. A gestão de recursos humanos tem de considerar as vias da retirada do trabalhador em função da idade, com o objetivo de incentivar a continuidade de mais emprego. Esta retirada, de forma flexível, pode ser uma maneira útil de preparar a mudança, entre trabalho a tempo inteiro e de retirada completa: e.g. horas reduzidas, trabalho partilhado, trabalho

a tempo parcial... Para o empregador, este pode envolver contratos de curto prazo, re-emprego como consultor, e prestação temporária durante as férias, na ausência por doença ou em períodos de maior movimento... Ser flexível sobre a retirada em função da idade pode significar reduzir a capacidade, sem perder os trabalhadores mais velhos, nem os seus valiosos conhecimentos.

5. Mudança da gestão do conhecimento, desenvolvendo planos de transferência de competências e de conhecimentos, entre os colaboradores mais novos e mais velhos. É urgente melhorar a transferência e retenção de conhecimento crítico. Colaboradores mais velhos são bons treinadores para os trabalhadores mais jovens. Os fatores críticos de sucesso, que compõem o quadro de ação, necessários para capturar, compartilhar e reaplicar conhecimento, segundo DeLong (2004) são: i) identificar o conhecimento essencial que está em risco, circunscrevendo os funcionários que tencionam aposentar-se: identificar “position risk factor” – identificar a indispensabilidade e criar um plano de sucessão detalhado, no sentido de facilitar a substituição do conhecimento; ii) desenvolver práticas de partilha de conhecimento (tais como: a opinião pós-ação, criar comunidades de prática, facilitar o face-a-face, desenvolver programas de tutoria, usar a narração de histórias...); iii) usar tecnologias da informação para permitir a captura de conhecimento, partilha e reutilização; iv) desenvolvimento e retenção de funcionários experientes; e, v) construir *business cases* para iniciativas de retenção de conhecimento.

6. Gestão da saúde no local de trabalho (saúde organizacional/ocupacional): Implementar serviços de saúde deve atender às necessidades crescentes dos trabalhadores mais velhos. Os estudos têm demonstrado que os problemas de saúde relacionados com o trabalho são mais comuns entre homens e mulheres com mais de 45 anos de idade (e.g., Ilmarinen, 2006). Consequentemente, a prevenção de doenças relacionadas com o trabalho é uma prioridade em todos os grupos etários, mas especialmente nos mais avançados. O desafio é encontrar os ajustes necessários no trabalho devido à deterioração da saúde. Os desafios de uma força de trabalho envelhecida para os serviços de saúde no trabalho exigem, segundo Ilmarinen (2006): i) a promoção da saúde; ii) a prevenção do trabalho

de doenças ocupacionais/relacionadas com o trabalho; iii) a redução do comprometimento do trabalho devido a doenças; iv) melhorar o suporte para trabalhadores com deficiência; e, v) a promoção da capacidade de trabalho. Os recursos humanos devem, assim, orientar-se para as condições de trabalho: contemplando como dimensões centrais a saúde, a capacidade física e mental, e o funcionamento/integração social.

7. Gestão do posto de trabalho: ergonomia e desenho da função, desenvolvendo medidas preventivas. Os trabalhadores mais velhos experimentam mudanças físicas que podem afetar seu desempenho no trabalho, se este não for confortável. Tem-se observado que um ambiente físico e psicológico menos exigente pode ajudar, mantendo os trabalhadores mais velhos durante mais tempo no trabalho; e, conseqüentemente, mais produtivos. Há uma grande variedade no modo de analisar a doença induzida (doença profissional) ou as deformações profissionais, e a forma como podem ser evitadas, pela melhoria do desenho da função, por exemplo. A eliminação do trabalho pesado ou violentos movimentos de torção, a prestação de iluminação benéfica e de bem-estar, são disso exemplos. No processo de envelhecimento, para os trabalhadores que sofrem de um declínio físico, é possível modificar o posto de trabalho, fazendo alterações nos níveis de iluminação para compensar as mudanças de visão... novo mobiliário para evitar que se dobrem ou baixem... na redução de tarefas física e mentalmente stressantes.

8. Gestão diferenciada em função das gerações, promovendo equipas etárias mistas. Há, no entanto, algum preconceito e estereótipos nesta abordagem da gestão; ocorrendo resistências à mudança. É, assim, imprescindível a criação de uma cultura da gestão da idade e da gestão de trabalho. Deve-se saber tirar partido do desenvolvimento de vantagens competitivas, através da realização de sinergias de diferentes idades, na força de trabalho.

A figura 1 sintetiza estes tópicos, apresentando algumas recomendações para a gestão do envelhecimento ativo, em contexto de trabalho, e adiantando algumas práticas de GRH que potencialmente possam ser associadas.



Figura 1 Gestão da idade e práticas de GRH associadas

Fonte: Adaptado de Brooke (2003); De Long (2004); Dunn (2005); Ilmarinen (2006); Leibold e Voelpel (2006); Roland (2004).

Na sequência destas recomendações debatem-se, em seguida, as possíveis intervenções em contexto de trabalho.

4. Envelhecimento ativo: Que intervenções possíveis?

A idade não se pode evitar! Em contexto de trabalho são possíveis algumas intervenções, para transformar esta variável em mais-valia competitiva, para as organizações. As intervenções não implicam, necessariamente, grandes gastos financeiros. Na verdade, muitas mudanças importantes neste domínio podem ser implementadas a baixo custo.

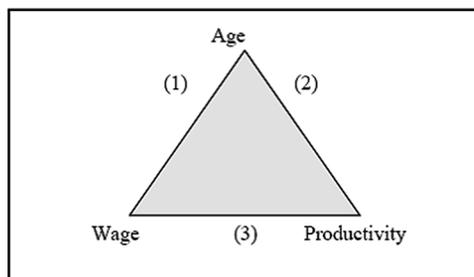


Figura 2. Bermuda Triangle Model

Fonte: Evans & de Lange, 2006

Neste sentido, a idade, numa perspetiva da gestão estratégica de RH tem de ser equacionada em função do salário e da produtividade. Evers e Ester (2008) analisaram esta perspetiva economicista no seu *Bermuda triangle model* (Figura 2). A ideia principal é que se não houver equilíbrio entre a idade, o salário e a produtividade, o sentido económico do emprego dos trabalhadores mais velhos desaparece.

Contudo, e particularmente em tempo de crise/recessão, os recursos humanos na vertente económica não podem ser negligenciados, implicando uma maior atenção para os custos do trabalho; o que pode ser atenuado pela flexibilidade (por exemplo, através do trabalho temporário, contratos flexíveis, procedimentos aligeirados, redução da sobrecarga de trabalho...); e, por salários flexíveis (Evers & Ester, 2008). Assim, o problema agudiza-se. Como manter, então, produtivos os trabalhadores nestas condições? A chave parece estar numa boa gestão do envelhecimento ativo. Isto é, na criação de políticas (OMS, 2002) pelas quais se mantenham os trabalhadores mais velhos durante mais tempo, de boa saúde, altamente motivados e com elevados níveis de produtividade (Evers & Lange, 2006); impondo-se, em simultâneo, uma boa gestão da motivação.

Porém, se as organizações querem os empregados a trabalhar mais tempo, têm de se adaptar às suas necessidades; e, conseqüentemente, reduzir os riscos psicossociais inerentes às diferentes faixas etárias. Deste modo, também a força de trabalho mais velha deve estar motivada para prolongar a sua vida ativa, mantendo-se produtiva e aceitando flexibi-

lidade salarial, em função da condição de (pré)-reforma/aposentadoria. Mantendo-se empregada, esta força de trabalho, estará mais motivada para ser produtiva.

A adoção de um novo modelo de gestão da idade pode ser uma forma para resolver os desafios deste novo problema. Neste enquadramento, esta é uma área que futuramente a gestão de recursos humanos deve trabalhar. Por exemplo, na operacionalização de programas de preparação para a reforma. Os trabalhos de França (2009), no Brasil, são elucidativos nesta área de intervenção, por parte das empresas. Segundo a autora (França, 2009), estes programas devem apelar à participação, mobilidade e bem-estar dos aposentados, devendo ser propostos pelas organizações, com recurso a outros apoios institucionais (em conjunto com o estado, universidades e sociedade em geral).

Em termos de processo, e como argumentado por alguns autores (Atchley, 1989; França, 2002), a transição deverá iniciar-se antes da saída do trabalhador, estendendo-se até alguns anos depois da situação de reforma; i.e., idealmente o planeamento deve ser iniciado cinco anos antes desta decisão. Os mesmos autores recomendam que o diagnóstico deve ser o ponto de partida, assegurando-se que a procura de uma nova situação seja traduzida, e se integre no próprio o desenho da organização. Este diagnóstico para a preparação da idade da reforma deve levar em linha de conta, prioritariamente, os interesses dos futuros reformados, as suas atitudes frente à nova situação e os conteúdos a serem oferecidos em futuras formações (França, 2004, 2009).

Adicionalmente, outras análises complementares ao diagnóstico pré-reforma devem ser realizadas pelas organizações, a saber (França, 2004, 2008): i) identificação das políticas de recursos humanos e atitudes da gestão frente à longevidade da organização; ii) análise sobre o número dos trabalhadores que a organização prevê aposentar; iv) entrevistas com os prováveis reformados, ou aqueles que estão mais próximos ao evento, no sentido de identificar oportunidades e detalhar interesses, pelos quais se possam definir estratégias individuais e programas organizacionais; v) entrevistas com os reformados da organização nos últimos cinco anos, focando os aspetos positivos e negativos da sua situação, especialmente no

que diz respeito à qualidade de vida, aos preconceitos percebidos, e quais seriam os aspetos mais importantes para um planeamento da retirada do mundo do trabalho.

Todas estas práticas poderão ajudar a equipa de RH a elaborar propostas de programas de preparação para a saída dos trabalhadores por motivos de reforma, e ajustados aos requisitos e necessidades da organização (França, 2002, 2004, 2008, 2009).

5. Evidências empíricas do envelhecimento ativo

São, em seguida, apresentados alguns dados internacionais deste fenómeno. Foram selecionados os exemplos da Eslovénia, do Canadá e dos Países Nórdicos, nos quais têm sido desenvolvidos estudos emblemáticos, e reflexões, que ajudam a situar e a compreender esta nova realidade. As evidências apresentadas pretendem funcionar como um *road map*, para identificar as principais dimensões, pelas quais o problema do envelhecimento ativo tem sido abordado.

5.1. O envelhecimento ativo na Eslovénia

O caso da Eslovénia apresenta três grandes domínios de reflexão/ação (Žnidaršič & Dimovski, 2009b, 2009c, 2010): 1. internamente avaliar as intenções de negócio (internal business purposes); 2. externamente, identificar os impulsionadores do meio (external drivers); e por fim, 3. a redução dos diferentes ciclos relacionados com o trabalho (Labour shortage). Assim, podem elencar-se várias preocupações organizacionais, em relação ao envelhecimento ativo (Žnidaršič & Dimovski, 2009c, 2010) nestes três domínios, como descrito no quadro 1.

Tabela 1. Domínios organizacionais de ação para o envelhecimento ativo

1. Internal business purposes	2. External drivers	3. Labour shortages
Redução de custos: redução de custos associados ao recrutamento e desenvolvimento; Canalização para papéis/necessidades de mentoria e coaching Retenção de talentos; Retenção de talentos e conhecimentos especiais, dos trabalhadores mais velhos; Transferência de conhecimentos de especialistas seniores para os sucessores; Manutenção das boas relações/contatos com os clientes; Melhor adaptação aos clientes com um perfil mais antigo, bem como às suas necessidades; Manter a vantagem competitiva através de uma força de trabalho mista; Cultura organizacional orientada para a retenção e desenvolvimento; Criação de elevados padrões éticos de trabalho (empenhamento, lealdade...); Sistema de benefícios baseados nos trabalhadores mais velhos (na experiência, características, pontos fortes, lealdade...); Necessidade de finalizar projetos antigos liderados por uma equipa sénior.	Trabalho sazonal: a necessidade de mais trabalhadores no período das férias; Construção de uma reputação de uma empresa socialmente responsável (escolha dos empregados, empregar pela diversidade, permissão da idade...); Mudança na legislação do trabalho; Novas tendências no planeamento da reforma: estratégia de retirada gradual.	Redução geral do mercado de trabalho (menos candidatos jovens); Ações preventivas de potenciais reduções do mercado de trabalho; Gestão da dificuldade sucessões (redução de candidatos para preencher os lugares dos trabalhadores mais seniores).

Fonte: Adaptado de Žnidaršič e Dimovski (2009b, 2009c, 2010)

5.2. O envelhecimento ativo no Canadá

A população do Canadá está também a envelhecer a uma velocidade vertiginosa. Este envelhecimento sido atribuído à crescente esperança de vida e à desaceleração das taxas de natalidade. O *baby boom*, ou seja, as pessoas nascidas entre 1946 e 1965, contribuiu para 30% da população do Canadá. A literatura recente sobre envelhecimento da população no Canadá apresenta uma série de estatísticas reveladoras sobre esta tendência demográfica (Malatest, 2003). Por exemplo: até o ano de 2026, um em cada cinco canadenses terá 65 anos de idade ou mais. Este é um aumento significativo de um em oito, tendo como referência o ano de 2001.

A idade média no Canadá tem vindo a aumentar desde 1971. Em 2001, a idade média era a mais alta de todos os tempos (de 37,6 anos), tendo-se registado um aumento de 2,3 anos a partir de 1992. Se as tendências atuais continuarem, espera-se que metade da população Canadá, para 2026, será de 43,6 anos de idade (Malatest, 2003). A esperança média de vida para os canadenses é maior do que nunca, estando em 75,8 anos para os homens, e 81,4 anos para as mulheres. Estas estimativas devem subir devido às futuras inovações e progressos na área da saúde, e ao aumento de estilos de vida mais saudáveis.

Outra tendência recente do mercado de trabalho no Canadá é a do aumento da participação de mulheres. O resultado será algum abrandamento dos problemas de escassez de trabalho, o que vai implicar algumas reformas significativas, incluindo alterações nos programas de recrutamento – que não fornecem acesso igual para as mulheres -, bem como que as mulheres mantenham alguns trabalhos que historicamente têm sido desempenhados por homens (Malatest, 2003).

Os desafios na GRH do Canadá

Face a este cenário, as políticas canadenses têm incidido nas seguintes esferas (Malatest, 2003):

1. Planeamento da força de trabalho: encontrar uma direção estratégica; fazer uma análise das forças de trabalho (oferta/procura; análise dos gaps...), e implementar planos de emprego, monitorando, avaliando e revendo...

2. Retenção dos trabalhadores mais velhos: através da flexibilidade, transferência de conhecimento, disseminação de boas práticas...;

3. Estratégias de saúde, segurança e ergonomia: reestruturar os postos de trabalho, ajustados aos problemas da idade, redução de stress na tarefa, mobiliário, luminosidade, facilitar mobilidade e flexibilidade de horário, hábitos saudáveis..;

4. Estratégias ambientais de trabalho: criar uma nova cultura no trabalho e acionar novos comportamentos sociais; trabalhar a redução de preconceitos/estereótipos da idade;

5. Métodos de recrutamento e formação: recorrer a fontes não convencionais, apostar na reputação de bom empregador, gerir a diversidade (emigração...), implementar programas de intercâmbios...

6. Aposta na formação: em novas formas de ensinar/aprender, diminuindo o turnover, fazendo com que os trabalhadores mais velhos assumam o papel de mentores e *coaches*...

5.4. O envelhecimento ativo nos países nórdicos

O envelhecimento ativo na vida profissional abrange muitos aspetos, entre eles: a demografia; as atitudes individuais e decisões; o papel das práticas de gestão e gestão de recursos humanos no local de trabalho, e as medidas públicas, legislação e acordos. Os Países Nórdicos têm feito grandes progressos nestas áreas, começando pela construção de atitudes individuais e tomando decisões emblemáticas (Salomon, 2012).

As atitudes individuais e decisões

A própria conceção da capacidade de trabalho e a motivação são importantes para entender a situação dos trabalhadores mais velhos, e procurar medidas para incentivá-los a permanecer mais tempo no mercado de trabalho.

Em geral, parece haver uma atitude positiva para as pessoas idosas no Países Nórdicos, em comparação com vários países da Europa meridional e oriental. Os Países Nórdicos estão numa posição melhor do que muitos outros países europeus, ao contribuir para o envelhecimento ativo na vida de trabalho; assumindo socialmente desafios importantes nestas problemáticas (Salomon, 2012). Segundo o autor, como exemplo destes desafios, apontam-se:

1. A saúde é importante na decisão para deixar a força de trabalho ou para continuar a trabalhar. Saúde decente e capacidade de trabalho razoável são pré-requisitos para uma carreira de trabalho prolongada.

2. A reforma/rendas: Alguns trabalhadores mais velhos estão numa posição financeira onde podem escolher entre a reforma ou continuar a trabalhar na carreira. Outros, muitas vezes (como as mulheres), estão em uma posição menos favorável nessa decisão, devido à diferença de rendimentos auferidos; *i.e.*, rendimentos inferiores podem condicionar

essa decisão, assim como, o estigma que assola ainda o gênero feminino no mundo do trabalho.

3. Tempo e horas de trabalho flexíveis: também são de crucial importância, para decidir se continuar ou não na vida ativa do trabalho.

4. Outro fator importante na decisão de continuar a trabalhar é o sentimento “ser apreciado” pelos colegas e pela gestão, estando esta necessidade assegurada pela continuação no trabalho.

A falta de saúde, a falta de incentivos económicos para continuar a trabalhar, a falta de flexibilidade nas horas de trabalho e a discriminação são fatores importantes na decisão dos nórdicos em prolongar a sua vida ativa no mercado de trabalho. Os países nórdicos são exemplares na política ativa do bom envelhecimento, sendo este pensado cedo, e constituindo parte integrante da política da gestão estratégica de recursos humanos (Salomon, 2012).

5.4.1. Noruega

No Centro de Política Sénior norueguês, o ponto de partida para a importância do envelhecimento ativo é fundado na ideia de que os trabalhadores mais velhos são um imprescindível recurso (Salomon, 2012). Sublinhando a perspetiva do recurso, é mais fácil olhar para os trabalhadores mais velhos como um ativo e não como um fardo. O desafio é utilizar o recurso de uma forma positiva. As empresas com maior parcela de trabalhadores com mais de 50 anos de idade têm mais conhecimento, através dos seus trabalhadores mais velhos e, assumem uma maior tendência, para incluir a gestão da idade como parte integrante da política de gestão de recursos humanos (Salomon, 2012).

5.4.2. Finlândia

Este país apresenta-nos também alguns ensinamentos importantes (Salomon, 2012), entre eles:

1. Nas empresas tradicionais, recentemente, tem havido uma mudança da saída precoce de alguns trabalhadores para uma política de retenção dos trabalhadores mais velhos, melhorando as suas condições de trabalho.

2. O setor público parece ter uma política de apoio aos trabalhadores mais velhos. No entanto, esta política de gestão de recursos humanos

tem-se concentrado, ainda, no recrutamento de jovens, setor que está em competição difícil com o privado.

3. Algumas empresas de serviços salientam idade como um factor de marketing. Estas empresas definem estratégias assentes na contratação a tempo parcial; dirigidas, assim, ao afastamento dos clientes mais jovens. Contudo, assume-se uma tendência para recrutar funcionários mais jovens. Algumas estão cientes dos benefícios do pessoal de meia-idade e mais velhos, para o atendimento de pessoas da sua faixa etária.

4. Um quarto grupo de empresas estudadas insere-se também no setor de serviços. Nessas empresas, onde o ritmo de trabalho é agitado e intenso, bem como exigente nos requisitos de conhecimento de novas tecnologias, favorecem ainda o recrutamento do pessoal jovem.

São os países nórdicos, e especialmente na Noruega, que apresentam uma situação muito especial, comparando com a maioria dos outros países, sobre as condições para uma política de envelhecimento ativo (Salomon, 2012). Isto, pode justificar, provavelmente porque têm conseguido superar as crises financeiras tão rapidamente.

5.5. O envelhecimento ativo e políticas de ativação em Portugal

Em Portugal, nos últimos anos, a ideia de envelhecimento ativo tem vindo a ser associada às políticas sociais de ativação. As práticas portuguesas neste domínio são coincidentes com a reestruturação das reformas dos Estados sociais europeus; e, influenciadas pela conjuntura estrutural comum. No caso Português, o envelhecimento ativo tem sido regido através das orientações estratégicas traçadas pela Comissão Europeia, e pelas políticas públicas e sociais dos outros Estados Membros; seguindo-se as diretrizes dos relatórios e as recomendações que colocam as políticas de envelhecimento ativo dentro das prioridades estratégicas europeias.

Por políticas de ativação, entende-se o conjunto de práticas que promovem a participação dos indivíduos, no mercado de trabalho e os processos de empregabilidade; contrariando a ideia de dependência face aos incentivos sociais e à iniciativa das instituições públicas (Silva, 2008). Em Portugal, como já se referiu, no desenvolvimento destas medidas foram decisivas as diretivas e recomendações da Comissão Europeia, nomea-

damente com a Estratégia Europeia para o Emprego (EEE) e a Estratégia de Lisboa (Silva, 2008). Estas novas políticas sociais, visam, assim, a introdução de mecanismos de ativação e da promoção da coesão social, num mercado de trabalho mais inclusivo (Silva, 2008).

Não obstante estas intenções, e como reforçam alguns autores (Silva, 2008;), as políticas sociais de ativação no caso português, têm sido reforçadas mais pelo princípio de compulsão ao trabalho e pela ideologia da obrigação, do que pelo princípio do papel das gerações mais velhas no mundo do trabalho.

Em síntese, as políticas de envelhecimento ativo têm um passado recente, podendo elencar-se alguns momentos emblemáticos no seu progresso. O quadro 2 descreve alguns desses contributos.

Tabela 2: Políticas Europeias na promoção do envelhecimento ativo e das políticas de ativação influentes em Portugal

Data	Descrição
1990: Criação do Observatório Europeu do Envelhecimento e dos Idosos	Identificação de áreas-chave de atuação: (i) a questão da idade e do emprego; (ii) os rendimentos e padrões de vida; (iii) os cuidados de saúde e sociais; e, (iv) a integração social.
1993: Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre as Gerações	Teve como preocupação-chave a discriminação etária contra os trabalhadores idosos na UE.
1995: Resolução sobre o Emprego de Trabalhadores Idosos	Durante a presidência francesa do Conselho Europeu, é publicada esta resolução, que destaca dois princípios-chave: (i) a necessidade de adaptação da formação profissional e das condições de trabalho às necessidades dos trabalhadores idosos; e, (ii) a necessidade de se tomarem medidas para evitar a exclusão destes trabalhadores no mercado de trabalho, e para que todos eles disponham de recursos financeiros suficientes.

1998: Publicação pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho do relatório de investigação 'Combate às Barreiras Etárias no Emprego' e do 'Dossier Europeu de Boas Práticas na luta contra as barreiras etárias'

1999: Ano Internacional dos Idosos

1999: Regime de flexibilização da idade de acesso à pensão

Estas publicações são o resultado de um estudo europeu iniciado em Abril de 1994. Destes documentos, são feitas as seguintes recomendações: (i) a adaptação das entidades empregadoras a mudanças horizontais e não verticais no final de carreira; (ii) o incentivo à atuação dos trabalhadores mais velhos como mentores ou consultores dos mais jovens; (iii) o envolvimento dos trabalhadores mais velhos nas discussões acerca das barreiras etárias no mercado de trabalho; e, (iv) a eliminação de barreiras etárias no recrutamento.

Resulta o comunicado da Comissão Europeia com as seguintes preocupações: (i) a necessidade de se integrar, na gestão dos recursos humanos das empresas e nas políticas sociais dos Governos, a promoção da aprendizagem ao longo da vida, assim como a criação de novas oportunidades que contrariem a saída antecipada do mercado de trabalho pelos trabalhadores mais velhos; e, (ii) a necessidade de proporcionar maiores garantias ao nível dos sistemas de segurança social através da implementação de taxas de atividade e emprego mais elevadas e de medidas de proteção social que respondam eficazmente às evoluções demográficas.

Foi introduzido o regime de flexibilização da idade de acesso à pensão, que permite: (i) por um lado, a possibilidade de opção pela antecipação da idade a partir dos 55 anos e, pelo menos, 30 anos de serviço, estando neste caso, o montante da pensão sujeito a redução; e, (ii) por outro lado, permite a bonificação da pensão para os trabalhadores que adiem a idade da reforma para além dos 65 anos até aos 70 anos, o que representa um incentivo à atividade profissional para além da idade legal de reforma.

- 2000: Estratégia de Lisboa** Na Estratégia de Lisboa, os líderes europeus assumem o compromisso de, até 2010, a União Europeia se tornar “na economia baseada no conhecimento mais dinâmico e competitivo do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social e respeito pelo ambiente” (Kok, 2004). Do ponto de vista das recomendações-chave para a promoção do envelhecimento ativo, são discutidas: (i) a necessidade de atribuir os incentivos adequados, do ponto de vista legal e financeiro, para os trabalhadores trabalharem mais tempo e para os empregadores contratarem e manterem os trabalhadores mais velhos; (ii) aumentar a participação na aprendizagem ao longo da vida para pessoas de todas as idades; e, (iii) melhorar as condições de trabalho e a qualidade do emprego.
- 2001: Relatório do Conselho Europeu de Estocolmo** O Relatório do Conselho Europeu de Estocolmo estabelece como meta para os Estados-Membros da União Europeia o crescimento em 50% da taxa de empregabilidade no grupo etário dos 55 aos 64 anos, a concretizar até 2010.
- 2001: Portaria nº 196-A/2001 de 10 de Março de 2001 – regime de apoios financeiros à contratação de jovens e desempregados de longa duração aos trabalhadores com idade superior a 45 anos** Como medida de apoio à contratação de trabalhadores mais velhos, é estendido o regime de apoios financeiros à contratação de jovens e desempregados de longa duração aos trabalhadores com idade superior a 45 anos (Portaria nº 196-A/2001 de 10 de Março de 2001).
- 2002: Relatório do Conselho Europeu de Barcelona** Relatório do Conselho Europeu de Barcelona tem como a meta o aumento médio de 5 anos de idade, para a entrada dos trabalhadores na reforma, a concretizar até 2010, pelos Estados-Membros.
- 2003: Estudo “Trabalhadores Mais Velhos. Políticas Públicas e Práticas Empresariais” (Pestana, 2003)** A Direcção Geral de Emprego e das Relações de Trabalho do Governo Português publica o estudo “Trabalhadores Mais Velhos. Políticas Públicas e Práticas Empresariais”, de autoria de Nuno Nóbrega Pestana, nos Cadernos de Emprego e Relações de Trabalho. Este estudo inclui o levantamento e inquérito a 6000 empresas nacionais sobre políticas, práticas, atitudes e representações das empresas sobre os trabalhadores mais velhos.

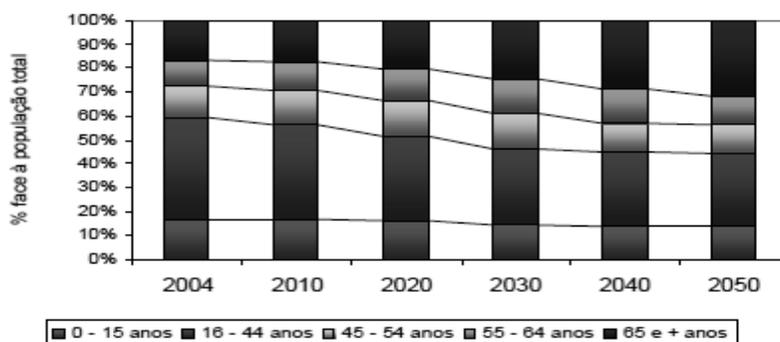
- 2005:** Livro verde “Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas”
É editado o livro verde “Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas” com as seguintes recomendações: (i) impulsionar o crescimento demográfico, nomeadamente com medidas de apoio à natalidade e a um recurso controlado da imigração, (ii) proporcionar o equilíbrio entre as gerações, através da divisão de benefícios entre as várias faixas etárias; e, (iii) alterar as formas de transição entre os períodos de atividade e inatividade, para jovens e velhos.
- 2006:** Redução substancial da taxa contributiva a suportar por empresas e trabalhadores dos 34,75% para os 26,2%
Um dos instrumentos de incentivo à empregabilidade de trabalhadores com mais de 65 anos e 40 anos de carreira contributiva discutidos, em 2006, no novo acordo da Segurança Social, passa pela “redução substancial da taxa contributiva a suportar por empresas e trabalhadores” dos 34,75% para os 26,2% (ficando 6,7% à responsabilidade dos trabalhadores, e 19,5% da entidade patronal).
- 2007:** Novo acordo da Segurança Social
A partir de 2007, em Portugal, entra em vigor o novo acordo da Segurança Social que introduz algumas mudanças no sistema de protecção social. No que concerne ao impacto destas medidas para os mais velhos, o novo acordo: (i) bonifica as pessoas que permaneçam no mercado de trabalho, apesar de já terem reunidas as condições que permitem o acesso à reforma; (ii) aumenta a taxa de penalizações das reformas antecipadas; (iii) introduz o “factor de sustentabilidade” que adequa o sistema de pensões à evolução da esperança de vida da população, favorecendo uma maior permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho na mesma medida em que a esperança média de vida aumenta; e, (iv) incentiva a flexibilização a favor do aumento da idade real da reforma através do reforço da protecção para os trabalhadores com longas carreiras contributivas (Lei nº4/2007 de 16 de Janeiro e Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio).
- 2012:** Ano Europeu do Envelhecimento Ativo
O Parlamento Europeu decidiu que 2012 é o «Ano Europeu do Envelhecimento Ativo». De acordo com o documento da Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, “a celebração deste Ano Europeu deverá ser considerada como o principal evento de um conjunto de iniciativas importantes no período 2011-2014, durante o qual a UE centra muitos dos seus programas e políticas na questão do envelhecimento ativo e cria um quadro de promoção e divulgação, a todos os níveis (Estados-Membros, parceiros sociais, regionais e locais, e sociedade civil), das novas iniciativas e parcerias em prol do envelhecimento ativo”.

2013: Alteração à Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro).	A proposta de alteração à Lei de Bases da Segurança Social que pretende subir a idade da reforma para os 66 anos começou a ser discutida no Parlamento português a 29 de Novembro de 2013. Ressalva-se que a “troika “quer impor os 67 anos como idade da reforma” para Portugal (Martins & Rodrigues, 2013).
---	---

Fonte: Gil (2007); Martins e Rodrigues (2013); Pestana (2003); PNE (2006); Silva (2008).

O caso português nesta matéria, e como evidenciam por exemplo Silva (2008) e Pestana (2003), ainda está muito assente na cultura da juvenilidade da massa trabalhadora, aliada à baixa escolaridade dos trabalhadores mais velhos. Consequentemente, a acumulação de acréscimos salariais próprios de uma promoção de carreira parecem também não favorecerem a empregabilidade das pessoas em idade mais avançada. Esta situação agrava-se se se analisar trabalhadores mais jovens e escolarizados que procuram ingressar no mercado de trabalho (Pestana, 2003; Silva, 2008).

Segundo o Plano Nacional de Emprego (PNE), a população portuguesa do grupo etário 55-64 anos representava, em 2004, 10,9% do total da população. Um valor com um crescimento ligeiro, mas contínuo, nos últimos anos (ao contrário do sucedido com os jovens 15-24 anos), evidenciando um progressivo envelhecimento demográfico e um aumento do rácio de dependência dos idosos, consequência, entre outros fatores, do aumento da esperança média de vida e da redução do número médio de filhos por família. Adicionalmente, e segundo as mesmas fontes as projeções demográficas do EUROSTAT, relativas a Portugal para as próximas décadas, evidenciam um aumento progressivo do peso da população mais velha na estrutura populacional, superior a 40% de indivíduos com 55 e mais anos, como se pode observar no seguinte gráfico (gráfico 1).



Fonte: Eurostat – Newcronos.

Figura 1: Projeções Demográficas, Portugal, 2004-2050

Neste cenário, e tomando também as projeções feitas em Portugal (Magalhães, 2002), é imprescindível uma atuação precoce, de carácter preventivo, ao nível dos futuros trabalhadores mais velhos (atualmente na faixa etária 45-54 anos), sendo pertinente salientar o peso crescente deste grupo no total da população ativa, representando, em 2005, 22% (PNE, 2006).

5.5.1. O perfil dos trabalhadores mais velhos

A análise dos perfis dos trabalhadores mais velhos, efetuada com base nos Quadros de Pessoal, permite uma abordagem mais pormenorizada das principais características dos trabalhadores, das quais se salientam (PNE, 2006).

i) Taxas de emprego, mais elevadas que as da média comunitária; e, ligeiramente superiores à meta fixada para 2010 pela Cimeira de Lisboa;

ii) A experiência detida por esses trabalhadores, em conjunto com as denominadas qualificações sociais, que lhes conferem uma capacidade significativa de trabalhar. Importa salientar o carácter relevante do processo de acumulação de competências informais ou não formais adquiridas ao longo do ciclo de vida dos trabalhadores. Efetivamente, é elevado o peso dos trabalhadores mais velhos qualificados: os trabalhadores qualificados, altamente qualificados, quadros médios e superiores, encarregados, entre outros, representam mais de 70% do total do grupo etário 45-54 anos (bem como do grupo etário 55-64 anos), valor que se encontra acima da média

global dos trabalhadores. Esta estrutura de qualificações profissionais explica também os níveis salariais dos trabalhadores mais velhos que são relativamente superiores aos dos trabalhadores como um todo, revelando a valorização das competências/qualificações adquiridas ao longo da vida.

iii) A predominância, nos escalões etários mais avançados da vida ativa dos indivíduos, dos trabalhadores homens (63,4% e 69,8% nos escalões 45-54 e 55-64 anos, respetivamente, face a um peso de 59,1% no total dos trabalhadores), bem como os trabalhadores com maior grau de antiguidade nas empresas – 34,9% dos trabalhadores com 55-64 anos, encontram-se há 20 ou mais anos na empresa (30,3% no grupo etário 45-54), face a um valor médio de apenas 10,1% dos trabalhadores com essa antiguidade.

Devem ser também sublinhadas algumas debilidades preocupantes que caracterizam os trabalhadores mais velhos, com consequentes dificuldades de reintegração no mercado de trabalho, em caso de desemprego; e, em especial, de desemprego de longa duração ou da inatividade. De entre essas vulnerabilidades destacam-se:

a) Os baixos níveis habilitacionais e a fraca participação na aprendizagem ao longo da vida; consubstanciada em atividades de educação e formação, com consequentes dificuldades em termos de adaptação à mudança e face às reestruturações empresariais. Mais de metade dos trabalhadores mais velhos tem um nível educacional correspondente ao 1º ciclo do ensino básico, sendo, igualmente, os grupos etários que menos beneficiam de aprendizagem ao longo da vida;

b) A sua concentração em pequenas e médias empresas (até 49 pessoas), uma parte das quais se caracteriza pelo seu fraco dinamismo e com um caráter de sustentabilidade reduzida, no médio e longo prazo. É difícil a mobilidade interna (como sejam as atividades tradicionais com necessidade de reestruturações profundas) e o acesso ao emprego em setores/empresas mais dinâmicos e inovadores. Em termos setoriais, os trabalhadores mais velhos estão, maioritariamente, nos setores do comércio, construção e transportes, armazenagem e comunicações. Estes empregam o maior número de trabalhadores com idade superior a 45 anos, e mais de metade destes estão concentrados, em termos regionais, em Lisboa e Vale do Tejo (LVT) e na região Norte. Porém, quanto aos trabalhadores mais

velhos, apresentam padrões distintos: LVT concentra um peso crescente de trabalhadores à medida que os grupos etários avançam na idade (40,8% no grupo 45-54 anos, 45,0% no grupo 55-64 anos); enquanto no Norte, esse peso é inferior e decresce com a idade (32,0% no grupo 45-54 anos, 26,7% no grupo 55-64 anos).

c) As condições deficientes de trabalho e os baixos rendimentos de uma grande parte destes trabalhadores.

Não obstante este cenário, como constata Gil (2007), Portugal tem apresentado uma das mais elevadas taxas de participação económica dos grupos etários mais velhos da população em idade ativa, acima da média Europeia. Se tivermos em conta as estatísticas nacionais referentes aos trabalhadores mais velhos, a taxa de emprego dos trabalhadores com 55 anos ou mais anos era, em 2004, 50,3% (51,6%, em 2003), situando-se ligeiramente acima da meta europeia assumida para 2010 (50%)”, (Gil, 2007; Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2005).

No entanto, este cenário é pernicioso. Remete para uma estratégia de emprego como forma de prolongar a idade da reforma (para assegurar a sustentabilidade do próprio Sistema da Segurança Social), por muito mais anos; e, combater a saída precoce do mercado de trabalho. Não é uma estratégia estritamente para assegurar o envelhecimento ativo, na sua plena assunção. Mas, está a surgir como forma impositiva, devido ao colapso do financiamento da segurança social, o que está a gerar grande celeuma na sociedade portuguesa. Como nota a autora (Gil, 2007), esta estratégia potencia possíveis problemas, tais como:

i) Trabalhar até mais tarde, possivelmente até aos 70 anos, partindo do pressuposto que estamos saudáveis, e do ponto de vista da saúde se concretize a tese de Fries (1998) para a compressão da morbilidade; ou seja, que o surgimento da incapacidade se inicie em idades mais avançadas (> 80 anos). O problema coloca-se em relação aos trabalhadores mais velhos, já em situação considerável de debilidade física e psicológica. Estes, certamente, irão debater-se com obstáculos importantes em termos de produtividade e da própria qualidade do trabalho, mesmo devidamente formados e qualificados.

ii) Por outro lado, para além da doença, as responsabilidades familiares são um dos principais fatores do abandono do mercado de trabalho. A disponibilidade de prestar cuidados a pessoas em situação de incapacidade corre o risco de ser mais restrita, sobretudo em países onde a taxa de atividade feminina é mais elevada, como é o caso de Portugal, em que a tensão entre cuidados e trabalho se pode acentuar.

Com base em Quaresma (2006), e no que concerne a matéria do emprego para o envelhecimento ativo, já estão contempladas algumas medidas. O quadro 3 descreve estas medidas quanto à dimensão das organizações.

Tabela 3: Dimensões organizacionais e políticas de emprego para o envelhecimento ativo

Entidades de nível micro	Entidades de nível macro
Responsabilização dos corpos técnicos com base na definição de domínios de competências e responsabilidades; Fixação de Recursos Humanos nas funções técnicas e de enquadramento, através da criação de incentivos; (Re)organização das condições de trabalho facilitadoras do aproveitamento das características dos trabalhadores mais velhos.	Estabelecimento de programas de emprego a nível local e regional que valorizem as competências dos trabalhadores mais velhos; Definição dos normativos de enquadramento dos perfis, acesso, formação específica, carreiras e remunerações dos profissionais dos serviços de âmbito gerontológico; Proceder a uma avaliação “participada” da situação dos recursos humanos neste tipo de serviços; Definir objetivos de curto e médio prazo para a profissionalização destes serviços.

Fonte: Quaresma (2006)

Face aos cenários descritos anteriormente, os problemas inerentes ao fenómeno do envelhecimento ativo que assolam o mundo, e em particular a sociedade portuguesa, impulsionam à reflexão e ao delineamento de políticas de intervenção mais eficazes no mercado do trabalho. Aprender com o que se tem vindo a fazer noutros países, poderá contribuir, de certa forma, para uma melhor gestão da idade em contexto de trabalho, quer a nível societal. Esta foi a intenção do presente trabalho.

Conclusão

A percentagem de trabalhadores mais velhos na União Europeia aumentará nas próximas décadas (Ilmarinen, 2012). As tendências entre a população ativa da UE-27 apontam para um crescimento de cerca de 16,2% (9,9 milhões), do grupo etário dos 55-64 anos, entre 2010 e 2030. Todos os outros grupos etários evidenciam uma tendência decrescente, de 5-4% (grupo de 40-54 anos de idade), a 14,9% (grupo de 25-39 anos de idade). Esta acentuada mudança demográfica deve-se ao aumento da esperança de vida e à diminuição das taxas de fertilidade. Consequentemente a força de trabalho na Europa atingirá níveis etários nunca antes registados. Em numerosos países, os trabalhadores mais velhos representarão 30% ou mais da população ativa (Ilmarinen, 2012).

Na UE, as taxas de emprego dos trabalhadores mais velhos (55-64 anos de idade) são atualmente inferiores a 50%. A nível mundial, apenas 15 países registam uma taxa de emprego de trabalhadores mais velhos superior a 50%. Mais de metade dos trabalhadores mais velhos suspendem a sua atividade profissional antes da idade de reforma obrigatória, por uma diversidade de razões (e.g. apoio à família de outros elementos mais velhos; situações de insolvência das entidades empregadoras; questões motivacionais na mudança de profissão). Impõem-se, pois, com caráter de urgência, melhores e mais longas carreiras profissionais para financiar e apoiar a vida mais longa dos cidadãos europeus (Ilmarinen, 2012).

Muito recentemente, instalou-se uma grande celeuma na sociedade portuguesa: o aumento da idade legal para a reforma. Face ao conjunto de problemas decorrentes da aprovação da Lei de Bases da Segurança Social, que prevê o aumento da reforma para os 66 anos, a polémica está instalada, envolvendo os mais diversos atores sociais: políticos, sindicatos, trabalhadores e empregadores; e, os setores públicos e privados. Este é um relevante indício de que o envelhecimento ativo e o desenvolvimento de estratégias eficazes que o sustentem precisam, mesmo, de ser discutidas; e seriamente, por toda a sociedade. A discussão em torno da alteração a esta Lei, vem trazer à ribalta as (des)vantagens do envelhecimento ativo no

mundo do trabalho e quais as políticas de ativação a ser definidas, impondo reflexão a todos os seus intervenientes sobre os inerentes problemas.

É, cada vez mais, imperioso que as organizações desenvolvam políticas de gestão da idade, ajustadas às suas pessoas. As práticas de GRH devem contemplar, para além das atividades tradicionais, outras decorrentes deste emergente cenário, tais como os riscos psicossociais do envelhecimento ativo, condições do posto de trabalho, política de saúde ocupacional, mobilidade e flexibilidade... Assim, todos os técnicos que operam em contexto de trabalho terão um papel incontornável: desde ao gestor de RH, ao técnico de saúde e segurança no trabalho; e, imprescindivelmente o apoio psicossocial e de intervenção psicológica, onde Sociólogos e Psicólogos são elementos fundamentais nos programas de prevenção/intervenção/integração face a situações críticas, decorrentes deste novo cenário social, em contexto de trabalho.

A idade não é um obstáculo à produtividade e nem ao desenvolvimento das organizações. Bem gerida pode ser uma importante mais-valia! Resta às organizações saber sagazmente enfrentar este desafio. Assumindo a Noruega ou a Finlândia como casos exemplares neste domínio, devem as organizações seguir esta filosofia, repensando as suas estratégias para os recursos humanos. Assim, marcarão pontos, diferenciando-se e ultrapassando mais rapidamente as contingências da crise.

Não há volta a dar. A idade, via longevidade também no mundo do trabalho, dita as suas novas regras para empregados e empregadores.

Referências

- Atchley, R. C. (1989). A continuity theory of normal aging. *The Gerontologist*, 29(2), 183-190. doi:10.1093/geront/29.2.183.
- Berkel, R. V., & Moller, I. (2002). The concept of activation. In R. van Berkel & I. Moller (Eds.), *Active social policies in the EU. Inclusion through participation?* (pp. 45-71). Bristol, England: Policy Press.
- Birren, J., & Renner, V. (1977). Research on the psychology of aging: Principles and experimentation. In J. Birren (Ed.), *Handbook of the psychology of aging* (pp. 3-38). New York, NY: Van Nostrand Reinhold.

- Brooke, L. (2003). Human resource costs and benefits of maintaining a mature-age workforce. *International Journal of Manpower*, 24(3), 260-283. doi:10.1108/01437720310479732
- Bucur, M. V. (2012). The concept of active aging. *Social Research Reports*, 22, 28-35. Retrieved from http://www.researchreports.ro/images/researchreports/social/srr_2012_vol022.pdf
- Carrilho, M., & Gonçalves, C. (2004). Dinâmicas territoriais do envelhecimento: Análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001. *Revista de Estudos Demográficos*, 36, 175-190. Retrieved from http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xoid=CENSOS&xpgid=ine_censos_estudo_det&menuBOUI=13707294&contexto=es&ESTUDOSest_boui=106187&ESTUDOSmodo=2&selTab=tab1
- Correia, J. (2003). *Introdução à gerontologia*. Lisboa, Portugal: Universidade Aberta.
- DeLong, D. (2004). *Lost knowledge: Confronting the threat of an aging workforce*. New York, NY: Oxford University Press.
- Dimovski, V., & Žnidaršič, J. (2006). *Od koncepta zgodnjega upokojevanja k strategiji aktivnega staranja*. Slovenian: Kakovostna.
- Dunn, S. (2005). Effective strategies for training older workers. In V. Beatty & P. T. Visser (Eds.), *Thriving on an aging workforce: Strategies for organizational and systemic change* (pp. 70-80). Malabar, Florida: Krieger Publishing Company.
- Ellis, J. R. (1994). Volunteerism as an enhancement to career development. *Journal of Employment Counselling*, 30(3), 127-132. doi:10.1002/j.2161-1920.1993.tb00170.x.
- European Parliament (2012). *2012: European Year for active ageing ... and Solidarity between generations*. Brussels: European Parliament. Retrieved from <http://www.europarl.europa.eu/news/en/news-room/content/20110314IPR15479/html/2012-European-Year-for-Active-Ageing-%E2%80%A6-and-Solidarity-between-Generations>
- Evers, G., & Ester, P. (2008, August). *Ageing workforce, human capital and the Bermuda triangle: An interdependent analyse*. Paper presented at the World Ageing & Generations Congress 2008, St. Gallen, Switzerland.

- Evers, G., & Lange, W. (2006, August, September). *Older workers, equality and productivity*. Paper presented at the Industrial Relations in Europe Conference (IREC), Ljubljana, Slovenia.
- Fernández-Ballesteros, R. (2009). *Envejecimiento activo. Contribuciones de la psicología*. Madrid, Spain: Ediciones Pirámide.
- Fries, J. (2012). The theory and practice of active aging. *Current Gerontology and Geriatrics Research*, 1, 1-7. doi:10.1155/2012/420637.
- Fries, J. F. (1998). Aging, natural death, and the compression of morbidity. *The New England Journal of Medicine*, 303, 130-135. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2567746/pdf/11984612.pdf>
- França, L. H. (2009). Influências sociais nas atitudes dos 'top' executivos em face da aposentadoria: um estudo transcultural. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, 13(1), 17-38. Doi: 10.1590/S1415-6552009000100003.
- França, L. H. (2008). *O desafio da aposentadoria*. Rio de Janeiro: Rocco.
- França, L. H. (2004). *Attitudes towards retirement: A cross-cultural study between New Zealand and Brazilian executives*. (Doctoral dissertation). Retrieved from <http://researchpace.auckland.ac.nz/bitstream/handle/2292/18714/whole%20volume%201.pdf?sequence=1>
- França, L. H. (2002). *Repensando a aposentadoria com qualidade – Um manual para facilitadores em programas de educação para a aposentadoria*. Retrieved from <http://www.unati.uerj.br/publicacoes/pubEletronica.asp>
- Gil, A. (2007). O envelhecimento activo como instrumento de participação económica. *Fórum Sociológico*, 17(2), 25-36.
- Henretta, J. C. (2000). The future of age integration in employment. *The Gerontologist*, 40, 286-292. doi:10.1093/geront/40.3.286.
- Ilmarinen, J. (2012). *Promover o envelhecimento ativo no local de trabalho*. European Agency for Safety and Health at Work, 1-9. Retrieved from <http://osha.eiropa.eu/pt/publications/articles/promoting-active-ageing-in-the-workplace>
- Ilmarinen, J. (2006). The ageing workforce – challenges for occupational health. *Occupational Medicine*, 56(6), 362-364. doi:10.1093/occmed/kq1046.

- Kim, S., & Feldman, D. (1998). Healthy, wealthy, or wise: Predicting actual acceptances of early retirement incentives at three points in time. *Personnel Psychology*, 51(3), 623-642. doi:10.2307/1556345.
- Kim, S., & Feldman, D. (2000). Working in retirement: The antecedents of bridge employment and its consequences for quality of life in retirement. *Academy of Management Journal*, 43, 1195-1210. doi:10.1111/j.1744-6570.1998.tb00254.x.
- Kok, W. (2004). *Enfrentar o desafio. A estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego*. Relatório do grupo de alto nível. Retrieved from Comité Económico e Social e Comité das Regiões do Parlamento Europeu website: <http://infoeuropa.euocid.pt/files/database/000037001-0000380000/000037767.pdf>
- Lopes, H. (2010). Os desafios do envelhecimento da população activa. *Dirigir*, 111, 11-14. Retrieved from http://www.iefp.pt/iefp/publications/Dirigir/Documents/2010/DIRIGIR_111.pdf
- Leibold, M., & Voelpel, S. (2006). *Managing the aging workforce: Challenges and solutions*. London, England: Publicis Corporate Publishing and Wiley.
- Magalhães, M. G. (2002). Projeções de população residente, Portugal, 2000/2050 – que tendências de base para a construção de hipóteses?”. *Revista de Estudos Demográficos*, 32, 51-57. Retrieved from http://www.ine.pt/sportal/smain?xid=INE&xpgid=ine_publications&PUBLUCAÇÔESpub_boui=378442&PUBLICAÇÔESmodo=2
- Mandl, I., Dorr, A., & Oberholzner, T. (2006). *Age and employment in the new Member States*. (Report No.ef0673). Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. Retrieved from European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions website: <http://www.eurofound.europa.eu/publications/htmlfiles/ef0673.htm>
- Malatest, R. (2003). *O envelhecimento da população ativa e Recursos Humanos: implicações para o desenvolvimento dos Conselhos Setoriais*. Retrieved from http://translate.googleusercontent.com/translate_c?depth=1&ei=gHrbUJbtOsWQhQfg

- Martínez-Maldonado, M., Correa-Muñoz, E., & Mendoza-Núñez, V. (2007). Program of active aging in a rural Mexican community: a qualitative approach. *BMC Public Health*, 7(276), 1-9. doi:10.1186/1471-2458-7-276.
- Martins, R., & Rodrigues, S. (2013, November 29). Idade da reforma não ultrapassa os 66 anos em 2014 e em 2015. *Jornal Público*. Retrieved from <http://www.publico.pt/economia/noticia/idade-da-refprma-nao-ultrapassa-os-66-anos-em-2014-e-em-2015-1614414>
- Ministério do Trabalho e da Segurança Social (2005). *Plano Nacional de Emprego*. Lisboa, Portugal: Author.
- Oliveira, C. (2010, July, August, September). Reformei-me. E agora? *Dirigir*, 111, 32-38. Retrieved from http://www.iefp.pt/iefp/publicacoes/Dirigir/Documents/2010/DIRIGIR_111.pdf
- Organização Mundial de Saúde (2002). *Active ageing. A policy framework*. Retrieved from the World Health Organization Website: http://whqlibdoc.who.int/hq/2002/WHO_NMH_NPH_02.8.pdf
- Osório, A., & Pinto, F. (2007). *As pessoas idosas, contexto social e intervenção educativa*. Lisboa, Portugal: Insituito Piaget.
- Pestana, N. (2004). Os desafios do envelhecimento activo. *Sociedade e Trabalho*, 21, 73-91.
- Pestana, N. (2003). *Trabalhadores Mais Velhos. Políticas Públicas e Práticas Empresariais*. Lisboa: Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho/Ministério da Segurança Social e do Trabalho.
- Plano Nacional de Emprego (2006). *Estratégia nacional do envelhecimento activo*. Retrieved from Socialgest website: http://www.socialgest.pt/_dllds/ENEA_Estrategia_Nacional_Envelhecimento_Activo.pdf
- Quaresma, M. L., (2006). A evolução das aspirações e necessidades da população envelhecida – Novas Perspectivas de Actuação e Intervenção. *Cadernos Sociedade e Trabalho – Protecção Social*, 7, 179-198.
- Roland, L. (2004). *The age chasm: Successfully managing age in your organisation*. (5th ed., Vol. 2) Melbourne, Australia: Drake International.
- Rowe, J. W., & Kahn, R. L. (1997). Successful aging. *The Gerontologist*, 37, 433-440.

- Saldanha, H. (2009). *Bem viver para bem envelhecer, um desafio à gerontologia e à geriatria*. Lisboa, Portugal: Lidel.
- Salomon, R. (2012). Active ageing in the Nordic countries. *Nordic Work Journal*, 3(2), 2-6. Retrieved from <http://www.nordicwl.com/?p=695>
- Schroots, J. (2012). On the dynamics of active aging. *Current Gerontology and Geriatrics Research*, 1, 1-10. doi:10.1155/2012/818564.
- Silva, S. M. (2008). Os espaços de participação das pessoas mais velhas na sociedade portuguesa actual. *Actas do VI Congresso Português de Sociologia*, 528. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Retrieved from <http://www.aps.ot/vicongresso/pdfs/528.pdf>
- Stockholm European Council (2002). *Increasing labour force participation and promoting active ageing* (Report No. 6519/02). Brussels, Luxembourg: Commission of the European Communities. Retrieved from Europa website: http://europa.eu/epc/pdf/envir02_en.pdf
- Walker, A. (1998a). *Managing an ageing workforce. A guide to good practice*. Dublin: The European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions. Retrieved from <http://www.mature-project.eu/materials/ef9865en.pdf>
- Walker, A. (1998b). *O combate às barreiras etárias no emprego: Resumo da investigação*. Dublin: Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho. Retrieved from <http://www.eurofound.europa.eu/pubdocs/1997/18/pt/1/ef9718pt.pdf>
- Žnidaršič, J., & Dimovski, V. (2009a). Active ageing on the company level: The theory vs. the day-to-day practice in Slovenia. *Economic and Business Review*, 11(2), 137-158. Retrieved from <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ebrjournal.net%2Fojs%2Findex.php%2Ffebr%2Farticle%2Fdownload%2F13%2F9&ei=FYqNU6TjMaWL0AWFk4FQ&usg=AFQjCNHMn1Sk4sA-fEfVU1DV5hoTYRzuMQ>
- Žnidaršič, J., & Dimovski, V. (2009b). Age management: A new paradigm in HRM within Slovenian enterprises. *The Journal of Applied Business Research*, 25(3), 111-124. Retrieved from <http://journals.cluteonline.com/index.php/JABR/article/view/1030/1014>

Žnidaršič, J., & Dimovski, V. (2009c). Retaining older workers: Fields of action – constituting a comprehensive age management model. *The Journal of Applied Business Research*, 25(4), 85-98. Retrieved from <http://journals.cluteonline.com/index.php/JABR/article/view/1019>

Instruções para os Autores

A elaboração e submissão de artigos para a revista *Psique* subordina-se aos padrões científicos internacionais, de acordo com as seguintes condições.

1. Os artigos submetidos para publicação têm de ser originais e os seus autores garantem:

a) que realizaram o trabalho que apresentam e que são integralmente responsáveis pelo que está escrito nos artigos;

b) que respeitaram os padrões éticos e metodológicos internacionais vigentes na área científica da Psicologia, propostos pela American Psychological Association (APA);

c) e que não submeteram o trabalho simultaneamente a outra revista para publicação.

2. A *Psique* detém os direitos de autor sobre o conjunto da publicação, no entanto, cada autor tem o copyright do seu próprio texto; no caso de o republicar mais tarde noutra local, pede-se a referência à publicação na *Psique*.

3. Os artigos enviados para submissão devem ser remetidos em suporte electrónico à Coordenação Editorial: Iolanda Costa Galinha (iolanda.galinha@gmail.com) ou em CD dirigido à Coordenação Editorial da Revista *Psique*, Universidade Autónoma de Lisboa – Departamento de Psicologia e Sociologia, Rua de Santa Marta, 47 – 3º, 1150-293 Lisboa.

4. Da primeira página do artigo deve constar a nome completo do(s) autor(es), a respectiva filiação, local e país, bem como o(s) e-mail(s) de contacto de todos os autores do artigo.

5. Os textos podem ser apresentados em português, espanhol, francês e inglês.

6. Os artigos propostos são submetidos a um processo de arbitragem científica, de revisão cega por pares (*blind peer review*) feita por, pelo menos, dois especialistas (Doutorados em Psicologia) que fazem parte do Conselho Editorial da revista, e cuja maioria é externa à Universidade Autónoma de Lisboa.

7. O processo de submissão e avaliação dos manuscritos submetidos seguirá os seguintes passos:

1.º – Os artigos são recebidos pelo Editor da revista e enviados para dois revisores. Os artigos serão enviados sem o nome dos autores para os revisores. Todo o processo de avaliação dos artigos é feito sob o anonimato dos autores para garantir uma “revisão cega por pares”. No processo de avaliação, os revisores também serão mantidos anônimos para os autores;

2.º – Os revisores avaliarão os artigos e expressarão a sua opinião sobre a qualidade do artigo, sobre a pertinência da sua publicação na revista e poderão indicar sugestões de melhoria tão específicas quanto possível para a reformulação do artigo. No caso das opiniões dos revisores serem discordantes, o Editor poderá decidir sobre a publicação, após a sua própria análise ao artigo, ou pode pedir uma outra revisão a um terceiro revisor;

3.º – Os autores serão informados da decisão editorial que pode consistir em:

a) **Rejeitado** (quando o manuscrito não foi considerado cumprir os critérios para publicação na revista);

b) **Convidado a resubmeter após reformulações substanciais** (o tema interessa à revista, porém, o artigo necessita de uma reformulação profunda). Nestes casos, os autores são convidados a reformular o artigo de acordo com as sugestões dos revisores e a resubmeter à revista. Após a reformulação dos artigos, estes serão enviados novamente aos revisores para uma segunda avaliação;

c) **Aceite condicionalmente** (mediante pequenas reformulações), neste caso, após as alterações introduzidas, o artigo reformulado pode ser aceite pelo editor;

d) **Aceite** (o manuscrito foi aceite para publicação na sua forma actual).

8. A linguagem de base para o envio dos ficheiros originais é “.doc”.

9. A dimensão dos artigos tem um limite de 30 páginas, excluindo a lista de referências bibliográficas, tabelas e figuras.

10. As imagens (esquemas, mapas, tabelas e gráficos) deverão ser referidos e identificados em obediência à última edição do Publication Manual of the American Psychological Association (APA).

11. A estrutura dos artigos deve obedecer às regras da última edição do Manual de Publicações da APA. O resumo deve ser escrito na língua original do artigo e em inglês, bem como as palavras-chave do artigo. O resumo tem uma dimensão limite até 200 palavras e seguem-se-lhe as palavras-chave, no máximo de seis.

12. As citações e referências bibliográficas são feitas de acordo com as normas da última edição do Manual de Publicações da APA.

13. Sempre que se justifique, sem prejuízo da sua inclusão no documento em “.doc”, os ficheiros originais dos quadros e figuras podem ser enviados em separado, em formato JPEG, TIFF ou XLS.

14. As notas de rodapé são feitas de acordo com as normas da última edição do Manual de Publicações da APA.

15. A Psique publica cinco tipos de artigos:

a) Artigos empíricos que apresentam relatórios de investigações científicas originais.

b) Artigos de revisão de literatura que desenvolvem análises críticas de material anteriormente publicado.

c) Artigos teóricos em que o autor desenvolve avanços sobre teorias inovadoras ou anteriormente publicadas.

d) Artigos metodológicos que apresentam novas abordagens metodológicas, modificação de métodos existentes ou discussões sobre as abordagens quantitativas ou qualitativas na investigação científica.

e) Estudos de caso que reportam material de casos obtidos ao longo do trabalho com indivíduos, grupos, uma comunidade ou uma organização.

16. A revista Psique tem um limite máximo de publicação de dois artigos de um mesmo autor em cada volume. No caso de um autor submeter à revista Psique mais do que dois artigos durante um ano, e no caso de esses artigos serem aprovados, o editor selecionará no máximo dois artigos para integrar o volume desse ano.



Instructions to the Authors

The preparation and submission of papers for the Psique journal corresponds to international scientific standards, contingent upon the fulfillment of a number of requirements listed below:

1. Papers submitted for publication must be originals and their authors warrant that they:

a) are in fact the authors and are fully responsible for the content of their paper;

b) that their work abides to the international ethical and methodological standards within the field of Psychology proposed by the American Psychological Association - APA);

c) and that, they have not simultaneously submitted the paper for publication elsewhere.

2. Copyright of the publication as a whole is vested in Psique, while the copyright of texts rests with the individual authors; in case of later republication elsewhere, reference to the Psique publication should be indicated.

3. Submitted papers may be sent in two formats: as an attached file to the Editorial Coordination of the journal Psique Iolanda Galinha (iolanda.galinha@gmail.com) or on a CD addressed to the Editorial Coordination of the Psique Journal to the mail address – Universidade Autónoma de Lisboa – Departamento de Psicologia e Sociologia, Rua de Santa Marta, 47 – 3º, 1150-293 Lisboa.

4. The first page of the paper must contain the author(s)' identification, institution, city and country, as well as a contact e-mail address of all the authors of the paper.

5. Texts may be presented in Portuguese, Spanish, French or English.

6. Proposed papers will be subjected to blind peer review carried out by at least two specialists (PhD in Psychology) from the journal's Editorial Council, the majority of whom are external referees to Universidade Autónoma de Lisboa.

7. These are the steps involved in the process of manuscript submission and acceptance:

1.º – Manuscripts are received by the journal's editor and sent to reviewers, specialists in Psychology. Our is a double-blind peer-review system: both reviewers' and author's anonymity is preserved;

2.º – Reviewers will assess manuscripts and express their opinion on their quality and pertinence for the journal's aim and scope and may should suggest specific improvements. In case both reviewers disagree on their assessment, the editor may assess the manuscript and decide about its publication or request the opinion of a third reviewer;

3.º – Authors will be informed of the editorial decision, which may be:

a) **Rejected** (when the manuscript does not meet the criteria for publication);

b) **Re-submission after major revisions** (the theme is of interest, yet the manuscript needs major revisions). In this case, authors are advised to rewrite the manuscript in accordance to reviewers' suggestions and re-submit it. Re-submitted manuscripts are sent to reviewers for re-assessment.

c) **Conditionally accepted** (requires minor revisions), in this case the paper may be accepted once the author introduces minor revisions;

d) **Accepted** (the manuscript is accepted for publication as it is).

8. The common indicator for sending the original files is “.doc”.

9. There is a 30 pages limit to the size of papers, excluding the reference list, tables and figures.

10. The images, (diagrams, maps, tables and graphs) should be indicated and identified in accordance with the last edition of the Publication Manual of America Psychological Association (APA).

11. The structure of the paper should follow the guidelines set forth in the last edition of the Publication Manual of APA. The summary, as well as the keywords, should be presented in the original language of the paper and in English. The summary should not exceed 200 words and the keywords should not be more than six.

12. Text quotations and bibliography references shall be in accordance with the guidelines of the last edition of the Publication Manual of APA.

13. Whenever necessary, and without any interference to its inclusion in the “.doc” document, the original files of tables and figures may be sent separately, in JPEG, TIFF or XLS format.

14. Footnotes should be in accordance with the guidelines of the last edition of the Publication Manual of APA.

15. Psique publishes five types of papers:

a) Empirical papers that present reports of original research.

b) Literature reviews papers that develop research synthesis, meta-analyses, and critical evaluations of material that has already been published.

c) Theoretical papers in which the author develops advances in theory based on previous published literature.

d) Case studies, reports of case material obtained while working with an individual, a group, a community or an organization.

e) Methodological papers that present new methodological approaches, modifications of existing methods or discussions of quantitative and qualitative data analytic approaches to scientific research.

16. The journal Psique has a limit of two papers by the same author in each issue. If an author submits more than two papers in the same year and if both those papers are accepted, the editor will select the two which will be included in that year’s issue.

